

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Programa de Pós-Graduação em
Educação
Base de Pesquisa: Gênero e Práticas Culturais – Abordagens Históricas,
Educativas e Literárias

A EDUCAÇÃO DA MULHER NORTE-RIO-GRANDENSE
SEGUNDO JÚLIA MEDEIROS (1920-1930)

Manoel Pereira da Rocha Neto

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Arisnete Câmara de Morais

Natal/RN

2005

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Programa de Pós-Graduação em
Educação
Base de Pesquisa: Gênero e Práticas Culturais – Abordagens Históricas,
Educativas e Literárias

A EDUCAÇÃO DA MULHER NORTE-RIO-GRANDENSE
SEGUNDO JÚLIA MEDEIROS (1920-1930)

Manoel Pereira da Rocha Neto

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Arisnete Câmara de Morais

Natal/RN

2005



Júlia Medeiros (1925).

Tese apresentada como exigência parcial à obtenção de título de Doutor em Educação, à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da prof^a Dr^a Maria Arisnete Câmara de Moraes.

**A EDUCAÇÃO DA MULHER NORTE-RIO-GRANDENSE
SEGUNDO JÚLIA MEDEIROS (1920-1930)**

Tese defendida em 01/09/2005

Doutorando: Manoel Pereira da Rocha Neto

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Maria Arisnete Câmara de Moraes – Orientadora/ UFRN.

Prof^a Dr^a Rosanália da Sá Leitão Pinheiro/ UFRN – (Titular).

Prof^a Dr.^a Marlúcia Menezes de Paiva/ UFRN – (Titular).

Prof^a Dr.^a Ilanne Ferreira Cavalcante/ UnP – (Titular).

Prof Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro/ UFPB – (Titular).

Prof^a Dr.^a Ana Maria Cocentino Ramos/ UFRN – (Suplente).

Prof^a Dr^a Maria Lúcia da Silva Nunes / FUNDESCOLA/MEC/PB – (Suplente).

AGRADECIMENTOS

À Virgem Maria, pelos inúmeros sinais em momentos de incredibilidade e ausência de fé, durante o percurso desta pesquisa.

À minha abnegada orientadora, Maria Arisnete Câmara de Moraes que, desde os momentos da iniciação científica, cultivava carinho e amizade no percurso da construção da minha vida acadêmica.

À Diretora do Grupo Escolar Senador Guerra, Antônia Figueiredo de Araújo, e às professoras Euza Monteiro, Eldi Monteiro, Maria Tereza de Araújo Ferreira e Olívia Pereira, pelas valiosas contribuições.

À Capes, pelo incentivo financeiro, sem o qual seria impossível desenvolver este trabalho.

Aos amigos da Base de Pesquisa Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias que, no cotidiano e no calor das discussões das nossas reuniões semanais, contribuíram para o meu crescimento intelectual.

Às professoras Rosanália de Sá Leitão Pinheiro, Constância Lima Duarte, Inês Sucupira Stamatto e Ilane Ferreira Cavalcante, pelas relevantes contribuições.

Aos meus familiares, principalmente minha mãe, Maria da Conceição Rocha de Oliveira, pelas minhas inúmeras ausências no cotidiano da vida privada.

À Isabel Cristine Machado de Carvalho, Amélia Cristina Reis e Silva, Daniela Fonsêca Vieira e Maria da Conceição Silva, pelas discussões, sugestões e amizade.

À escritora Mailde Medeiros Azambuja, pelas informações de grande valia, e à senhora Alice Gurgel Guerra, pela doação de fotografias que compõem este trabalho.

Ao amigo Valério Augusto Soares de Medeiros, pelo apoio durante a pesquisa em Brasília/DF.

**A memória de meu pai, Lavanere Renovato de Oliveira,
presença constante por meio da saudade.**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo reconstituir o perfil biográfico e as práticas da professora e jornalista Júlia Medeiros, no município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, nas décadas de 1920 e 1930, justificadas pela visibilidade dessa docente na construção da sociedade letrada norte-rio-grandense e participação na imprensa potiguar. Como era a representação de mulher e de educadora nas décadas de 1920 e 1930? Na busca de respostas utilizo como fontes o Arquivo Público do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, os jornais da época, como os exemplares disponíveis do *Jornal das Moças* (1926-1932), revistas, cartas, fotografias, entrevistas com familiares, ex-alunos e amigos dessa intelectual. Constatou-se que ela se destacou como professora no Grupo Escolar Senador Guerra e jornalista atuante, emitindo opiniões acerca do cotidiano. Com esta análise, configura-se, em parte, sua época e a história da educação no Rio Grande do Norte, com a participação de educadoras. Apesar de sua importância na construção da educação e da cidadania das mulheres, Júlia Medeiros viveu os dois lados da moeda: visibilidade e anonimato.

ABSTRACT

This present work has the aim of reconstruct the biographical profile and the practices of the professor and journalist Julia Medeiros in the county of Caico, State of Rio Grande do Norte, in the 1920's and 1930's, justified by the visibility of this professor during the construction of the lettered society from the mentioned State and the participation in potiguar press. How were the women and educator's representations in the 1920's and 1930's ? With the aim to get answers, I use as sources, the Public Archive of Rio Grande do Norte and the Geographical and Historical Institute of Rio Grande do Norte, the newspaper of that time, as the available issues of *Jornal das Moças* (1923-1932), magazines, letters, pictures, and interviews with relatives, ex-students and friends of this intellectual woman. It was noticed that she stood out as a professor at School Group of Senador Guerra and as a journalist, sending opinions about everyday life. With this analysis, it configures, in part, her time and the history of education in Rio Grande do Norte, with the participation of teachers. Despite of her importance during the construction of education and citizenship of women, Julia Medeiros lived the two sides of the same coin: visibility and anonymity.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE 12

- 1 Situando a pesquisa 13
- 2 Caminhos da pesquisa: rastreando fontes 19
- 3 Na trilha de uma vida 35
- 4 A educação da Mulher 46
- 5 A vida intelectual de Júlia Medeiros 65

SEGUNDA PARTE 82

- 6 Caicó: Uma docente e seu lugar 83
- 7 O grupo Escolar Senador Guerra 118
- 8 A prática pedagógica de Júlia Medeiros 141
- 9 Marcas dos seus escritos no *Jornal das Moças* 165
- 10 A missão da mulher segundo Júlia Medeiros 179
- 11 Conclusão 189
- 12 Referências 195



(1914)



(1925)



(1939)

PRIMEIRA PARTE

1 Situando a pesquisa

A gênese deste trabalho se deu a partir da sedução pela história das mulheres, seus movimentos culturais e educacionais, bem como a luta para participar efetivamente da vida social e política da sociedade, relacionando-a à temática de gênero.

Como integrante da Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias*¹, tive oportunidade de ampliar meus conhecimentos acerca dos enfoques mencionados. Como jornalista, inicialmente direcionei o meu olhar para as práticas de escrita das mulheres na imprensa norte-rio-grandense, traduzidas em diversos jornais editados nas primeiras décadas do século XX.

Ao conhecer alguns exemplares fotocopiados do *Jornal das Moças*² (1926-1932), folha feminina editada no município de Caicó, o meu desejo de investigar a participação feminina nos impressos veio à tona. Como eram essas mulheres? O que elas publicavam na imprensa daquela cidade? Eram questões que desejava elucidar, fazendo evidenciar aquele impresso que se encontrava adormecido no silêncio dos arquivos e dos anos.

Desejo posto, empreendi a pesquisa no mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título *Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete*. Com esse trabalho, busquei configurar o espaço do meu objeto, no qual essas mulheres

¹ Base de pesquisa coordenada pela professora Maria Arisnete Câmara de Morais/UFRN. O presente trabalho faz parte do Projeto Integrado *História dos Impressos e a Formação das Leitoras/CNPq*.

² O *Jornal das Moças* é objeto de estudo da minha dissertação de Mestrado intitulada *Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete*, sob a orientação de Maria Arisnete Câmara de Morais, defendida em 28 de agosto de 2002; vinculado à Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais*.

educadoras estavam inseridas. Analisava suas práticas de escrita e os elos de interdependência que moviam a sociedade caicoense.

A pesquisa possibilitou-me aliar as práticas jornalísticas às práticas educativas. Áreas estas consideradas distintas, mas que se entrelaçam com o objetivo de construir uma sociedade letrada.

Iniciada a pesquisa e catalogados os exemplares disponíveis daquele jornal, decidi evidenciar três perfis: a professora Georgina Pires que, além de educadora, foi a fundadora do referido jornal; a professora Dolores Diniz, gerente da Folha e, por sua vez, a professora Júlia Medeiros, colaboradora e redatora do periódico.

Com o intuito de investigar as práticas de escrita e os movimentos dessas mulheres naquela sociedade, fui em direção às fontes. Ao folhear as páginas do jornal, amareladas pelo tempo, os depoimentos, o material catalogado durante a trajetória de elaboração da pesquisa, notadamente o perfil da professora Júlia Medeiros se fazia transbordar. Ela foi uma surpresa no percurso do trabalho.

Ao dedicar um capítulo a essa educadora, comecei a perceber que as linhas reservadas para narrar a sua vida não eram suficientes para reconstituir toda a sua trajetória. Sentia a sua presença a cada etapa. Ciente de que essa professora não era o meu objeto de estudo, mas sim o *Jornal das Moças*, redirecionei o meu olhar como inicialmente havia pretendido.

A presença da professora Júlia Medeiros ampliou o meu encantamento e extrapolou os domínios daquela pesquisa. Havia decidido estudá-la na pesquisa de doutoramento. Movido por esse interesse, decidi que faria uma investigação sobre essa professora, com a qual havia feito uma junção: pesquisa e história de vida. Sim, história de vida. Desde os primeiros passos na

pesquisa, em 1997, enquanto estudante de graduação, a presença da mulher nos impressos e no jornalismo norte-rio-grandense era o meu objeto de pesquisa.

Havia sido seduzido pela história das mulheres, mesmo sendo eu produto social de uma sociedade patriarcal, com padrões e papéis sociais pré-estabelecidos, como assinala Perrot (1992, p. 178) “cada sexo tem sua função, seus papéis, seus espaços, seu lugar quase predeterminado”, encontrava-me inquieto. Na Europa do início do século XX, as mulheres ainda lutavam para conquistar espaços no mercado de trabalho, como também o direito à educação. A socióloga e pesquisadora Lagrave (1991, p. 505) discorre que o “jogo entre os sexos permanece desigual, perpetuando ou reinventando formas sutis de segregação na sociedade”.

No limiar do século XX, acreditava-se que muitas transformações referentes à situação da condição da mulher estavam por vir. Seria um novo século de igualdade de direitos entre os sexos, um século de disputa entre homens e mulheres. Contudo, essa luta continuava a privilegiar os homens. A condição da mulher não era muito diferente da de outrora. As estratégias de dominação como, por exemplo, o abandono dos homens em certos empregos na Europa, como os escritórios, objetivavam desvalorizar determinadas profissões.

Essa estratégia permaneceu em voga durante décadas nos anos noventa. O procedimento era utilizado como mecanismo de segregação e supremacia de poder masculino.

As posições de destaque eram exercidas pelos homens, enquanto as mulheres sempre ocupavam funções menos importantes. Essa dominação social não se fazia presente apenas no mercado de trabalho. O sistema educacional da Europa, no início do século XX, também foi alvo dessa estratégia.

Diante dos paradigmas patriarcais que reduziram o espaço de convivência das mulheres ao privado, aos afazeres domésticos, e à condição de subalternidade, encontrei na professora Júlia Medeiros uma resistência. Era uma mulher que participava da vida pública de sua

comunidade.

Decidi, então, analisar as práticas pedagógicas dessa professora, exercidas no Grupo Escolar Senador Guerra, em Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte e a sua participação no *Jornal das Moças* durante as décadas de 1920 e 1930.

O recorte histórico do presente trabalho é um período marcado por um conjunto de acontecimentos que refletiam as mudanças pelas quais passavam o país. Tais mudanças se caracterizavam pelo caráter reivindicatório que contemplava melhores condições de vida, principalmente para as mulheres, por meio da regulamentação para o trabalho e o direito ao voto. O movimento modernista, no qual se destaca a Semana de Arte Moderna, em 1922, entre outros que configuram o perfil de modernidade que se expandiu no país. Como as mulheres estavam configuradas naquela sociedade? Qual a contribuição de Júlia Medeiros nesse contexto? São questões que pretendo responder ao longo deste trabalho.

Comprovando a sua importância hoje, encontram-se homenagens póstumas à educadora em uma instituição escolar, e num logradouro público. A Escola Profissionalizante Professora Júlia Medeiros, inaugurada no dia 16 de abril de 1975 e localizada à rua Coronel Bem Bem, nº 145, no bairro Paraíba; e a rua Professora Júlia Medeiros, no centro da cidade de Caicó.



Escola Profissional Profª. Júlia Medeiros – Caicó/RN (2004).



Logradouro público Profª. Júlia Medeiros – Caicó/RN (2004).



Rua Profª. Júlia Medeiros – Caicó/RN (2004).

As referências e lembranças dos seus parentes, amigos e ex-alunos, ainda vivos, descrevem essa educadora como uma figura quase lendária na sua terra-natal. Foi, portanto, ouvindo histórias de pessoas que conviveram com Júlia Medeiros, em algum momento de sua vida, bem como analisando os seus textos na imprensa, que emergiu, em mim, o desejo de desvelar sua vida de docente, jornalista e mulher atuante na sociedade.

Este estudo tem, como objetivo, trazer para o presente as práticas educativas e o movimento dessa educadora na sua comunidade, configurando, em parte, não somente o perfil da própria educadora Júlia Medeiros, mas também o seu espaço, a sua época.

2 Caminhos da pesquisa: rastreando fontes

Para empreender este trabalho fez-se necessário rastrear múltiplas fontes em diversos lugares, com o anseio de reconstituir os caminhos percorridos pela professora Júlia Medeiros. Busquei os arquivos públicos e privados, as bibliotecas, os depoimentos de amigos, familiares e ex-alunos, assim como os jornais da época, com o objetivo de fazer evidenciar as suas práticas na cidade de Caicó.

Utilizo, como uma das fontes, os registros catalogados no decorrer da pesquisa de mestrado, dentre os quais, os jornais da época ora investigada. Entre esses periódicos, destaco os exemplares disponíveis do *Jornal das Moças*, folha em que Júlia Medeiros desempenhava a função de redatora, a revista *Pedagogium*³ (1921-1925), órgão da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, e parte do material didático utilizado por essa professora. Dessa forma, configuro, em parte, a sociedade, a educação norte-rio-grandense e o perfil de Júlia Medeiros e os movimentos das mulheres nesse espaço. Os seus escritos mostram o que pensava essa pedagoga sobre a mulher e sobre a sua sociedade.

Os jornais, de maneira geral, registram diariamente a história, o movimento da sociedade

³ Revista *Pedagogium* (1921-1925) é uma publicação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. O primeiro número circulou em julho de 1921, sob a direção de Nestor dos Santos Lima. A revista é objeto de pesquisa de Mestrado de Marlene Fernandes Ribeiro, intitulada *Revista Pedagogium: um olhar sobre a educação no Rio Grande do Norte (1920)*, sob a orientação de Rosanália de Sá Leitão Pinheiro e vinculada à Base de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais*.

e dos cidadãos comuns, esquecidos com o passar dos anos. Eles remetem a um passado e narram a história localizada e periférica, desprovida de “grandes vultos”, comum à Historiografia tradicional. Esses jornais trazem marcas e resquícios de uma época:

É fascinante ler a história através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos das vidas de nossos antepassados, que permitem recuperar suas lutas, idéias, compromissos e interesses. Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos (CAPELLATO, 1994, p. 13).

Desse modo a imprensa também desempenha a função de reconstituir a história de um dado lugar e de um dado período. De acordo com Certeau (2003, p. 109) “as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos”. Ou seja, as práticas diárias como, por exemplo, trabalhar, ir às compras, participar dos eventos sociais ou religiosos, ir à escola, entre outras inúmeras práticas cotidianas, em diversas sociedades e épocas. Elas correspondem aos procedimentos dos indivíduos no seu espaço e no seu tempo, e as suas operações na sociedade. São as articulações dos indivíduos que Certeau (2003) advoga como “maneiras de fazer”.

A investigação das “maneiras de fazer” não centra sua análise no atomismo social dos indivíduos, mas na relação entre esses indivíduos. As práticas cotidianas têm como pressuposto a investigação dos seus modos de operação social ou seus esquemas de ação.

Neste sentido, “concebe-se que a dimensão da análise histórica em diferentes espaços e momentos a partir de crenças, representações e práticas cotidianas, tidas como aparentemente banais, são tão importantes quanto os grandes objetos” (MACHADO, 2001, p. 15).

A história periférica não foge o seu olhar às práticas culturais, ao contrário da história dos grandes objetos, tais como as revoluções, a luta de classe, os grandes personagens e os grandes heróis.

A História Cultural tem sua atenção voltada para as práticas culturais e experiências sociais trazendo, por exemplo, alunos, professores, famílias e costumes. As manifestações humanas, como pequenos gestos, sentimentos, festas, o corpo, a loucura, a marginalidade, assim como a morte, a criança, a mulher, desde que consideradas sob a ótica da História Cultural estão no mesmo nível de importância que os objetos estudados pela História tradicional, como o Estado, a luta de classes, as grandes revoluções, os modos de produção, entre outros. Portanto, a distinção feita tradicionalmente entre o que é central e o que periférico perde sentido. Desta forma, os diversos níveis da atividade humana podem ser analisados sem que se tenha necessariamente de recorrer a outros níveis supostamente mais centrais (PINHEIRO, 1997, p. 32).

Essa concepção de História é aplicada às atividades humanas consideradas descentralizadas como as práticas culturais. A História Cultural narra a história das minorias, entre as quais, a história da professora Júlia Medeiros e suas práticas e a relação de interdependência na sua sociedade. Esse novo olhar epistemológico ampliou os campos de pesquisa da história com a inclusão dos “excluídos”, dos “pequenos”, do “ordinário”, como advoga Certeau (2003), por meio, por exemplo, da construção da história dos gestos, do trabalho, dos costumes, do corpo, de perfis de mulheres, enfim, da vida cotidiana.

Busco entender as práticas complexas, múltiplas e diferenciadas que constroem o mundo como representação. Como era a representação de mulher e de educadora nas décadas de 1920 e 1930? O conceito de representação, a partir do pensamento de Chartier (1990) compreende as exclusões e classificações que formam as configurações sociais e conceituais próprias de uma época, ou de um espaço. Elas são originadas pelas práticas políticas, discursivas e sociais. Práticas essas que busco, por meio de diversas fontes, em diversos lugares. Desejo elucidar, em

parte, a sociedade e o perfil de Júlia Medeiros, os movimentos das mulheres naquela sociedade. Os seus escritos revelam o que pensava essa pedagoga sobre a mulher, sobre a educação, sobre o seu espaço e seu cotidiano escolar.

Segundo Nóvoa (1995, p. 19) “o estudo historiográfico da educação deve abrir espaço também para a compreensão de práticas e histórias de vida de professores. Esses estudos podem “produzir um outro tipo de conhecimento mais próximo das realidades educativas e do cotidiano dos professores”. De acordo com ele, a história da educação, nas últimas décadas, vem questionando a abordagem tradicional, uma vez que ela não privilegia as experiências dos atores educativos, suas vidas e projetos pessoais.

Baseado na afirmação de Nóvoa (1995), percebi que era possível, por meio das práticas e histórias de vida de Júlia Medeiros, reconstituir parte da educação primária no município de Caicó, do cotidiano escolar da instituição na qual lecionava, como também a sua contribuição na imprensa e na construção da sociedade letrada norte-rio-grandense.

Movido por esse desejo, empreendi diversas viagens. O meu primeiro roteiro foi a terra natal da professora Júlia Medeiros, a cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Realizei diversas entrevistas em maio de 2002.

Entrevistei o Pároco daquela cidade, Antenor Salvino de Araújo. Ele me recebeu de maneira calorosa e solícita, ao saber que estava na cidade desenvolvendo uma pesquisa de Pós-graduação. Ao conversar com o referido padre na sua residência paroquial, situada por trás da Igreja Matriz de Sant’Ana, ele falou sobre a vida e a trajetória dessa professora, classificando-a de “farol”.

Por meio desta metáfora, o sacerdote associou a pessoa de Júlia Medeiros a uma luz, a “luz do saber”. Segundo ele, era uma mulher de inteligência ímpar. Ao finalizar o seu depoimento, disse-me que “Júlia Medeiros poderia ter sido uma personalidade de proporções

mundiais, caso tivesse nascido em um dos países ditos desenvolvidos”. Exageros ou não, o fato é que essa professora se destacou na vida social de sua comunidade, utilizando-se dos meios que estavam ao seu alcance, como a imprensa e a educação.

No mesmo período, entrevistei as senhoras residentes daquela cidade. Maria Melo Mariz contou-me que Júlia Medeiros gozava de respeito e admiração em toda região do Seridó. As sobrinhas de Júlia Medeiros, filhas do irmão Eloy Cessino de Medeiros: Maria Julieta Dantas de Medeiros, de 72 anos, e Ivete Dantas de Medeiros, de 58 anos. Elas prestaram informações de grande relevância para esta pesquisa, como também doaram diversas fotografias de sua tia para compor este trabalho.

Numa dessas fotos, há o registro da professora Júlia Medeiros exercendo o direito ao sufrágio. Segundo suas sobrinhas, ela foi a primeira mulher de Caicó a se alistar e a exercer o voto, mas não souberam precisar a data daquele acontecimento. Com a foto em mãos, tentei buscar a data, mas infelizmente encontrei informações contraditórias, principalmente a confusão que algumas pessoas entrevistadas faziam com a sua homônima Júlia, de sobrenome Alves Barbosa, que foi a primeira eleitora da capital norte-rio-grandense.

Na ocasião, as sobrinhas de Júlia Medeiros apresentaram-me uma pesquisa sobre sua tia, intitulada *Júlia Medeiros: peso da tradição, desejo de liberdade* (1997), de autoria de Ezequiel da Félix, Aldo Moreira e Francisca Galvão Freire. Este trabalho foi de significativa contribuição, pois me ajudou a elucidar questões e a trilhar caminhos, no sentido de buscar novas fontes na cidade de Caicó.

O desejo de reconstituir a vida dessa educadora e contar sua história levou-me ao escritor e historiador caicoense Nilson de Brito. Ao ser entrevistado por mim, contou-me sobre a vida dessa professora, como também a história da sua terra. Fez questão de acompanhar-me ao local onde, provavelmente, nasceu a cidade de Caicó; a *casa de pedra* e ao *Poço de Sant’Ana*, que se

localiza às margens do Rio Seridó. Na ocasião, ele relatou fatos relevantes da história da cidade, como também me ofereceu um dos seus livros intitulado *Brasil 500, ano 2000* (1999), que conta a gênese da terra de Júlia Medeiros em verso e prosa.

O historiador, Adauto Guerra Filho, relatou parte da vida da professora Júlia Medeiros, principalmente seus últimos dias de vida. Naquele momento, conheci o seu livro intitulado *O Seridó na memória do seu povo* (2001). Esse autor faz referência à professora no capítulo que trata da visita do presidente eleito Washington Luís a Caicó, no dia 10 de agosto de 1926. Segundo esse autor, Júlia Medeiros participou dos festejos de saudação ao ilustre visitante organizado pela irmã de Júlia Medeiros, a senhorita Otávia Benigna, no Educandário Santa Terezinha. Naquela ocasião, Júlia Medeiros estava presente entre as autoridades da cidade.

No meu contato com as fontes orais, registro o esforço dos entrevistados em contribuir para esta pesquisa, constatado pela rememoração de fatos e passagens da história que se buscou reconstituir. Rememorar o que aconteceu no passado significa estabelecer uma teia de relações entre o pesquisador e o entrevistado.

Thompson (1998), assinala que as entrevistas orais, quando conduzidas com êxito, se convertem em um meio eficiente para estreitar laços entre o entrevistado e o pesquisador e, conseqüentemente, o acesso a documentos privados, como fotografias, cartas, documentos pessoais, entre outros.

Na busca das fontes oficiais, dirigi-me ao Grupo Escolar Senador Guerra, palco das práticas pedagógicas da professora Júlia Medeiros, localizado na praça José Augusto de Medeiros. Fui recebido pela diretora Antônia Figueirêdo de Araújo. Nos seus arquivos, quase destruído por completo pela ação do tempo, encontrei o livro de eventos de nº4, e um álbum fotográfico. Eram as práticas da professora Júlia Medeiros que começavam a ser reconstituídas e a ganhar vida.

No referido livro, encontrei registro de festas, como a Semana da Pátria, Festa da Natureza, Semana da Criança, comemorações de ano letivo, passeios pedagógicos, visitas de autoridades estaduais, notas dos seus alunos, relatórios de inspeção escolar, cartas e um dos seus poucos discursos escritos, que serviram como objeto de análise no decorrer deste trabalho.

No álbum de fotografias do Grupo Escolar encontrei fotos da professora Júlia Medeiros com a sua turma de concluinte do primário de 1938 e a *turma professora Júlia Medeiros*, de 1939. Por meio dessas fotos foi possível localizar vários ex-alunos que relataram sobre as práticas da “Tia Júlia”, como a senhora Elza Filgueira, que reside no Solar de Idosos, no bairro de Lagoa Nova em Natal, bem como a professora Olívia Pereira, hoje com 100 anos de idade e residente no Bairro de Morro Branco, também em Natal. Ela veio para Natal juntamente com Júlia Medeiros, em 1910, para estudar na capital.

Naquela escola, também tive acesso à pesquisa intitulada: *Grupo Escolar Senador Guerra: uma tradição escolar que resiste aos embates do tempo* (2001), de autoria de Maria do Carmo Medeiros Pereira. O trabalho dessa pesquisadora traça o perfil da educação de Caicó, como a criação da Escola de Latim; as Escolas de Primeiras Letras e a principal instituição de ensino, o Grupo Escolar Senador Guerra.

Entende-se que os arquivos guardam uma gama de documentos, cuja quantidade de dados são desveladas a partir de um olhar atencioso. Ainda existem muitos documentos à espera dos futuros pesquisadores que, apropriando-se desses locais de desejo, poderão revelar outras realidades, outras interpretações do mesmo texto ou fonte:

Alguns desses papéis poderão, sem dúvida, ser prenúncios de “novos fatos”, ou então, permitir outras leituras de “velhos fatos” ajudando-nos a reavaliar interpretações correntes, a refutá-las ou precisá-las. Somente a vontade de demonstrar que nem tudo foi contado (e não de dar a última palavra) pode mobilizar-nos na árdua tarefa de joeirar dados, estabelecer novas estratégias de percurso e definir rotas a serem seguidas no dia após dia dos arquivos (NUNES, 1990, p. 20).

Os arquivos são mananciais de inúmeras fontes que permitem a abertura de respostas ao surgimento de cada nova pergunta. Cabe ao pesquisador extrair, interpretar e narrar. Nunes (1996, p. 114) assinala que a pesquisa histórica se constrói sobre o tripé: *fontes, interpretações, narração*. É desta forma que pretendo realizar esta pesquisa sobre as práticas de Júlia Medeiros.

De acordo com Nunes (1996), quando o pesquisador define um tema de interesse, já operou uma cisão. Essa cisão deslança um movimento de constituição de fontes, de escolha de guia teórico, de táticas e estratégias interpretativas e narrativas, que, segundo Pesavento (2003, p. 34), são elaboradas de modo subjetivo pelos historiadores:

Como narrativa, o historiador apresenta versões sobre os fatos que teriam ocorrido um dia, narrativas subjetivas essas elaboradas de forma subjetiva a partir de dados objetivos, por escolhas feitas pelo historiador diante de um horizonte infinito de temas. Assim, o historiador seleciona, simplifica e organiza os dados do passado em função de uma pergunta para qual construa uma resposta, dotada de um sentido.

Narrativas, interpretações e táticas que eu pude operar na busca de reconstituir os caminhos percorridos pela educadora, objeto e sujeito na construção desta pesquisa.

Nesse percurso de idas e vindas aos arquivos públicos e pessoais em Caicó, constatei que esse caminho não seria uma tarefa fácil, devido à precária situação em que se encontravam os arquivos e acervos públicos e particulares. Se por um lado alguns se encontravam danificados pelas chuvas, outros estavam estragados por ação das traças e cupins.

Constatedei esse fato numa das minhas idas ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, localizado na Rua Felipe Guerra, 179, na busca de documentos que registram o alistamento eleitoral de Júlia Medeiros e sua participação na primeira eleição, na qual a mulher teve o direito ao sufrágio no Brasil, a eleição senatorial de 05 de abril de 1928. O depoimento da funcionária

Maria José de Medeiros demonstra a desinformação e o descaso com que são tratados os documentos reveladores da nossa história:

Aqui mesmo não tem nada daquela época. Os documentos e um monte de papéis velhos foram todos queimados por ordem de um Juiz, que não me recordo o nome. Lembro que ele era alérgico e tinha raiva de papeis cheios de traças e cupins. Toda a velharia daqui foi para o fogo. Aqui mesmo não há mais nada sobre essa eleição de 1928.

O depoimento acima demonstra o desconhecimento dos documentos como fontes de pesquisa, seja evidenciado na falta de cuidado com a memória, seja por descaso das autoridades responsável pelos documentos oficiais.

Embora o descaso no trato com documentos se constitua numa prática comum, é importante o registro das condições precárias em que os acervos são mantidos. Observei, em muitos casos, a desorganização na catalogação e manuseio de documentos, como páginas rasgadas e maltratadas pela ação do tempo, prateleiras sem referências, falta de estrutura física para arquivar fotos e documentos. Naquele momento, senti que parte da nossa história estava destinada ao esquecimento.

No Museu de Seridó, localizado à rua Amaro Cavalcanti, na antiga Rua da Cadeia no Centro da cidade, a situação não era diferente. O prédio centenário abriga parte da história do Seridó, retratada por meio de utensílios, fotos e documentos. A diretora do museu, a professora Patrícia Amorim, recebeu-me de forma solícita. Disse-me que havia feito a restauração de parte da coleção do *Jornal das Moças* com o objetivo de tornar possível a pesquisa daqueles exemplares, mas após o término do trabalho realizado em parceria com o Laboratório de Restauração de Documentos - LABRE, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte não sabia do paradeiro da coleção. Mostrou-me diversas fotos danificadas pela ação do tempo, entre

as quais, um quadro com molduras, no qual o perfil de Júlia Medeiros compunha o acervo de pessoas ilustres da cidade de Caicó.

Se por um lado, no decorrer da realização desta pesquisa, fiquei angustiado com a experiência de não encontrar dados, por causa do descuido e maus tratos dos acervos visitados, por outro, nestes mesmos arquivos, encontrei tesouros perdidos. Com esse material inédito e rico, pude operar e revelar os caminhos percorridos por Júlia Medeiros. Destaco o Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC, vinculado ao departamento de História do Centro de Ensino Superior – CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Encontrei em seu acervo parte da coleção dos últimos anos do *Jornal das Moças* e artigos de jornais, como *O Povo* (1889-1892), *O Eco Sertanejo* (1907), *O Binóculo* (1916), *O Jornal do Seridó* (1927-1929), cartas e fotografias que configuram uma época, permitindo a possibilidade de reconstrução da uma parcela da história da professora Júlia Medeiros.

De volta a Natal, também percorri arquivos e bibliotecas, como: o Arquivo Público Estadual; a Biblioteca Câmara Cascudo; o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; a Biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sebo de livros, onde conheci obras como: *Desvendando a Cidade de Caicó em sua Dinâmica Espacial* (1999), de Ione Rodrigues Diniz Moraes, que faz uma radiografia minuciosa daquele município, entre outros.

Visitei acervos particulares, como o do historiador Luciano Nóbrega, residente em Natal. Esse historiador foi colega da professora Júlia Medeiros quando exerceu a função de vereador em Caicó, no início da década de 1950. Numa das minhas idas e vindas a sua residência, na rua Olavo Montenegro, nº 2993, no Bairro de Capim Macio, o referido historiador contou-me parte da trajetória dessa professora, quando ela ocupou a cadeira de vereadora.

Ao conversar com Nemias Gurgel, mais conhecido como *Guga Gurgel*, tive acesso a

outra parte dos escritos da professora Júlia Medeiros na imprensa de Caicó, a coleção do *Jornal das Moças*, do ano de 1926. O seu pai, o farmacêutico José Gurgel de Araújo era um dos poucos colaboradores de sexo masculino do *Jornal das Moças*. Ele utilizava o pseudônimo *Flor de Lis*.

Por meio de parte da coleção, Guga Gurgel permitiu-me o acesso às páginas, amareladas e quase apagadas pelo tempo, daquele jornal pertencente a seu pai. Ali, estavam registrados os escritos da professora Júlia Medeiros, como também parte da história das mulheres de Caicó.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por meio do historiador e sobrinho de Júlia Medeiros, Olavo de Medeiros Filho, conheci a sua obra *Caicó cem anos atrás* (1980). Neste livro, ele retrata a configuração daquela cidade no final do século XIX, bem como a reconstituição da origem das famílias tradicionais da região do Seridó, entre as quais, a família Medeiros.

Posteriormente, num segundo momento, busquei ampliar ainda mais as fontes com as quais já estava trabalhando, pois elas não se restringem apenas aos documentos, principalmente os oficiais, conforme registra Burke:

Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para construir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes. De qualquer modo, os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências (BURKE, 1992, p. 13-14).

Desse modo, o pesquisador averigua as diferentes evidências, que não sejam só mais os registros oficiais, mas vestígios de uma época como a pintura, a fotografia, entre outros, com a finalidade de construir a sua interpretação e narração do seu estudo histórico. De acordo com Galvão (1996, p. 102), diversos elementos como móveis, fotografias, entre outros, são fontes de pesquisa, pois eles retratam uma época:

As fontes não mais se restringem aos documentos oficiais escritos, ganhando tanta importância quanto esse a fotografia, a pintura, a literatura, a correspondência, os móveis e objetos utilizados, os depoimentos orais, etc. Qualquer indício de uma época pode ser utilizado como fonte pelo historiador.

Em busca desses novos indícios, como as fotografias, correspondências, cartas, objetos pessoais e os escritos da professora Júlia Medeiros, empreendi mais uma viagem. Desta vez, o destino era mais distante, mas não menos prazeroso: Brasília - Distrito Federal.

No período de 01 de maio a 13 de junho de 2003, visitei diversas instituições, entre as quais, a biblioteca do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, considerada uma das mais modernas do país. Grande foi o meu encantamento com as suas instalações modernas, climatizadas e informatizadas. No entanto não encontrei quase nada que tivesse relação com a minha pesquisa, a não ser alguns periódicos acadêmicos e de instituições femininas como a REDEFEM - Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, sobre a presença da mulher nos jornais na primeira metade do século XX.

No Museu da Imprensa Nacional, localizado no Setor de Indústria Gráfica – SIG, pude ver de perto a história da imprensa gráfica no Brasil, como também o primeiro exemplar do *Correio Braziliense* (1808). Conheci os prelos e o processo de produção da imprensa gráfica do final do século XIX e início do século XX. A visita contribuiu efetivamente para entender como eram publicados os primeiros jornais. Fiquei imaginando como as editoras do *Jornal das Moças* e Júlia Medeiros manuseavam esses instrumentos, semelhantes aos que conheci no referido museu. Diante disso surgiram indagações: como Júlia Medeiros, redatora, fazia uso desses instrumentos para produzir aquele semanário? Como foi a sua participação na imprensa de Caicó?

Na biblioteca do Senado Federal, intitulada Acadêmico Luiz Viana Filho, encontrei

documentos e bibliografias de relevância. Ao vasculhar seus arquivos, pude conhecer a história da família dessa professora por meio da obra intitulada *Velhas famílias do Seridó* (1981), de Olavo de Medeiros Filho. Esse livro faz um levantamento da origem das principais famílias seridoenses.

Diversos documentos também vieram à tona. Entre eles, destaco as mensagens do Governador José Augusto de Medeiros ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte; os seus decretos que impulsionaram o sistema educacional do Estado; principalmente no interior. No seu governo, o Grupo Escolar Senador Guerra, instituição onde Júlia Medeiros exerceu as suas práticas pedagógicas durante 24 anos, ganhou sede própria. Anteriormente essa escola funcionava no prédio da prefeitura da cidade.

Esses documentos possibilitaram-me uma ampla visão da administração de José Augusto de Medeiros na década de 1920. Uma verdadeira radiografia econômica, social e educacional do Rio Grande do Norte daquela época. Encontrei informações acerca da área da saúde, por meio do Departamento de Saúde Pública do Estado, no qual instituiu o Hospital do Seridó, em Caicó; números das exportações e importações, com destaque para o algodão, produto que alavancou, assim como a pecuária, a economia daquela região na primeira metade do século XX.

Esses registros oficiais mostram como se encontrava a educação norte-rio-grandense. Na administração de José Augusto de Medeiros, o Estado ampliou de modo significativo a oferta de escolas. Por meio do Departamento de Educação, há registros de criação de grupos escolares em diversas cidades, como o número de alunos registrados nas escolas normais, escolas profissionais, grupos escolares. As mensagens de José Augusto de Medeiros nas sessões legislativas norteiam para um material de grande relevância para compreender o Rio Grande do Norte das décadas de 1920 e 1930.

Entretanto, o manancial de múltiplas fontes que contribuiu de modo mais significativo

durante a minha permanência em Brasília foi a Biblioteca Central da Universidade de Brasília – UnB. Inicialmente, fiquei tomado pelo encantamento. Sem saber onde exatamente começar a absorver aquela fonte de informação, comecei a percorrer suas inúmeras estantes e corredores em busca de fontes. Em seu arquivo fotográfico, encontrei uma cópia da fotografia em que essa professora exerce o sufrágio feminino em Caicó. A mesma fotografia doada por Maria Julieta Dantas de Medeiros, sobrinha de Júlia Medeiros em Caicó. A data desse acontecimento ainda permanecia obscura. Mas a referida fotografia do acervo da Biblioteca da UnB estava datada: dia 05 de abril de 1928, a data da eleição senatorial do Rio Grande do Norte.

Posteriormente, tive a informação que a mesma foto também se encontrava na cidade de Mossoró (RN), na Seção de Fotografias e Pinturas do Museu Municipal Lauro da Escóssia. Em seu livro intitulado *A Mulher Brasileira: direitos políticos e civis*, Rodrigues (2003) faz referência a esse acontecimento. Esse autor cita que, possivelmente, essa foto seja o único registro fotográfico do dia da eleição que fez das mulheres do Rio Grande do Norte pioneiras, pois o direito ao sufrágio às mulheres só foi instituído no Brasil quatro anos depois, com a constituição de 1932.



Júlia Medeiros votando na eleição de 05 de abril de 1928. Da esquerda para direita: Padre Floro Dantas, Eulámpio Monteiro, Eduardo Gurgel, Renato Dantas e Olegário Vale.

FONTE: Arquivo da Universidade de Brasília - UnB.

Diariamente, analisava documentos e livros da Biblioteca da Universidade de Brasília – UnB. Vasculhava livros, publicações, fotografias, ou qualquer outro indício em busca de informações. Encontrava-me envolvido pelo prazer da pesquisa. Na seção de publicações regionais, encontrei dois livros relevantes: o primeiro, *Seridó* (1980), de autoria de José Augusto Bezerra de Medeiros; e a obra *Velhos Inventários do Seridó* (1983), de Olavo de Medeiros Filho. O primeiro é um verdadeiro passeio pelo Seridó, destacando os costumes, a vida e a economia dessa região, como também as origens das famílias tradicionais. O segundo informa detalhes dos inventários deixados pelas famílias do Seridó para os seus herdeiros. Por meio dos relatos desses documentos familiares, o autor traz à tona o modo de vida dos sertanejos da elite econômica do

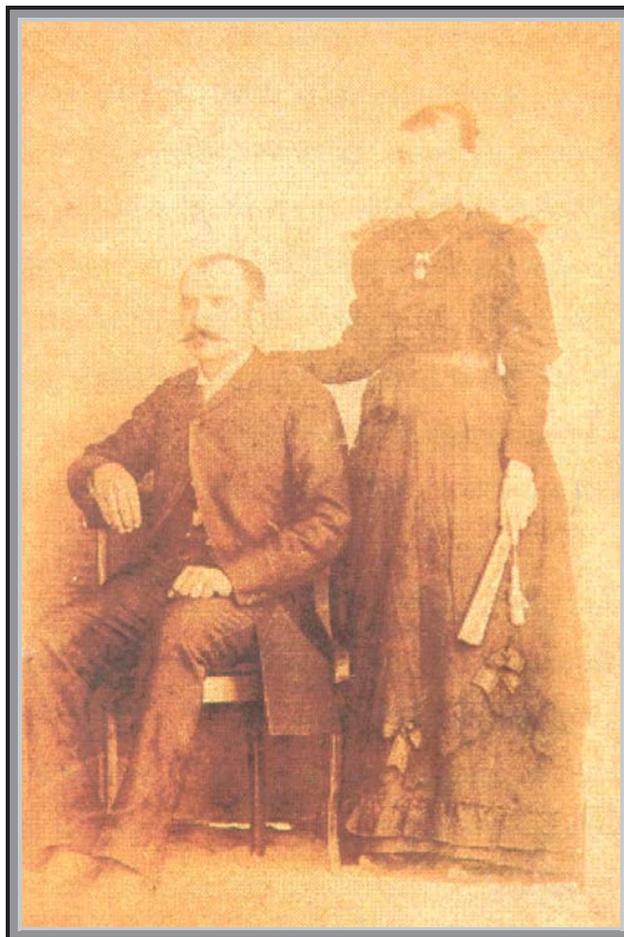
Seridó. No seu texto, Olavo de Medeiros mostra como estava configurada essa elite. Como eram as suas moradias, os compartimentos das suas residências, os móveis e utensílios; a alimentação, as indumentárias e artigos pessoais. Um panorama por completo da vida das principais famílias do sertão norte-rio-grandense.

No tocante à educação, encontrei também outras publicações de relevo para esta pesquisa. Entre elas, *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação* (2001), sob a organização de Lourenço Filho e publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura – MEC. Na obra, encontrei subsídios para ampliar o conhecimento da formação do professor primário, suas práticas de ensino; a preparação de pessoal docente para as escolas primária rurais e o aperfeiçoamento do magistério.

Na Capital Federal, ainda realizei pesquisas na biblioteca da Câmara dos Deputados, localizada no Congresso Nacional; na biblioteca Demonstrativa de Brasília; e por fim, entrevistas com caicoenses residentes no Distrito Federal, que me cederam diversas fotografias de Júlia Medeiros na Escola Normal de Natal e em solenidades de formatura do Grupo Escolar Senador Guerra.

Trilhar o caminho em direção às fontes e no sentido de reconstituir o recorte histórico, como também as práticas pedagógicas e de escrita da professora Júlia Medeiros significou garimpar as reminiscências das memórias que se encontram adormecidas, e até mesmo esquecidas com o passar dos anos. Trazer esse passado, por meio de documentos, fotos, depoimentos e seus escritos configuram-se, em parte, não somente o perfil da própria educadora Júlia Medeiros, mas também o seu tempo e a sua época.

3 Na trilha de uma vida

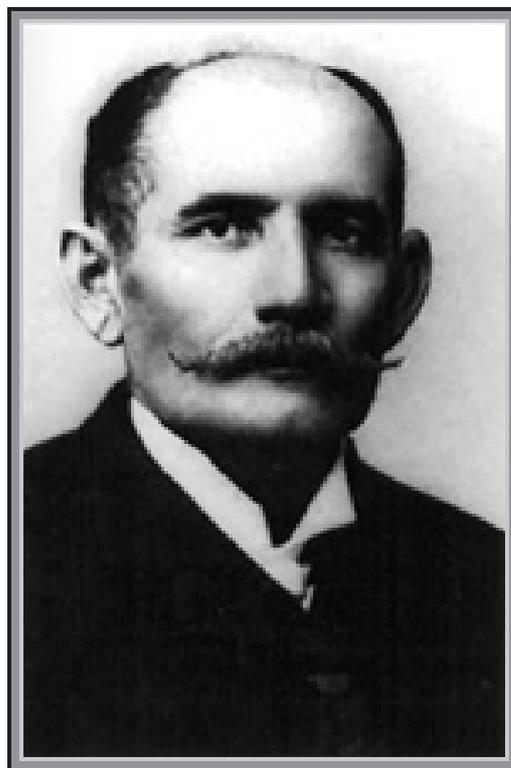


Antônio Cesino e Ana Amélia de Medeiros, pais de Júlia Medeiros [188 – ?].

FONTE: Arquivo pessoal de Maria Julieta Dantas.

“Sob os secos sertões da Fazenda Umari [...], no raiar da aurora do último século do segundo milênio do calendário Cristão, nascia, quem sabe a mulher do século de Caicó” (GUERRA FILHO, 2002, p. 2). Júlia Medeiros nasceu sob o signo de virgem, no dia 28 de agosto de 1896, no árido sertão norte-rio-grandense, zona rural de Caicó.

Filha do segundo consórcio do fazendeiro Antonio Cesino de Medeiros com Ana Amélia de Medeiros, recebeu o nome de batismo: Júlia Augusta de Medeiros. Foi batizada em 10 de outubro de 1896, no Umari. Seus padrinhos foram o seu tio Ambrósio Florentino de Medeiros e sua avó paterna, Ana Vieira Mimosa. Foi a segunda de uma prole de sete irmãos, entre os quais, apenas um era do sexo masculino: João de Medeiros. Na sua mocidade, assumiu a nome de Júlia Medeiros.



Antônio Cesino de Medeiros (1890) – Pai de Júlia Medeiros.

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Representante de uma elite rural proprietária de terras e produtora de algodão, o seu pai era um dos maiores expoentes dessa atividade econômica no Seridó. O jornal semanário *O Eco Sertanejo* (1908) fez referência ao poder econômico da família Medeiros, quando noticiou a

importação, de Liverpool, na Inglaterra, de equipamentos para a cotonicultura da região, os chamados locomóveis⁴, máquinas de desencarossar algodão em estado bruto:

Na semana passada, entraram nesta cidade três locomóveis para descarçamento de algodão, vindo diretamente de Liverpool para Natal, onde foram reembarcados para Macau sendo dali trazidos por bois. O maior destes locomóveis, de força de três cavalos, pertencentes ao coronel Gorgônio Ambrósio da Nóbrega, está sendo montado nesta cidade. Os outros, um de propriedade do fazendeiro Antônio Cesino de Medeiros e outro do Major José Inácio Camboim, serão montados na Fazenda Umari e na povoação de Jardim de Piranhas. O nosso município já tinha quatro vapores de descarçar algodão, ficando agora com sete. Folgamos em registrar estas notas que demonstram o desenvolvimento que vai tomando entre nós o plantio do algodão donde depende, em grande parte a nossa prosperidade (O ECO SERTANEJO, 8/08/1908, p. 3).

A vinda de máquinas do exterior para o Seridó configura a importância dessa atividade econômica no Rio Grande do Norte. A família Medeiros era detentora de grandes propriedades de terra e tinha como base de sustentação econômica a cotonicultura que, no início do século XX, se expandiu na região do Seridó.

Muitas famílias tradicionais da região constituíram a elite social, econômica e política do Seridó. De acordo com Medeiros Filho (1981), muitas advinham de Portugal. Os Medeiros tiveram a sua gênese na ilha de São Miguel, nos Açores. No século XVIII emigraram para os sertões nordestinos. A princípio, nas margens do Rio Quipauá, atual município paraibano de Santa Luzia. Os irmãos Rodrigo Medeiros e Sebastião Medeiros, ancestrais de Júlia Medeiros, quando chegaram aqui, por volta de 1700, constituíram residência e depois uma enorme prole, com várias ramificações, mas configurando uma única família.

A fazenda Umari se caracterizava como uma das maiores do Seridó. As grandes propriedades se espalhavam pelas cercanias do município, caracterizando uma sociedade mais

⁴ As locomóveis eram máquinas a vapor sobre rodas que movimentavam 40 a 60 serras, empregando a lenha como combustível (MONTEIRO, 2002, p. 233).

rural que urbana, como demonstra o Censo de 1910. “A população total do município era de 25.425, sendo 21.710 residentes na zona rural e apenas 3.715 na área urbana” (REVISTA CAICÓ, nº 2, 1978, p. 15).

A propriedade era herança familiar e pertencia ao avô paterno de Júlia Medeiros, Francisco Antônio de Medeiros, conhecido como “Chico de Umari”. Seu avô foi Vereador (1873), Delegado de Polícia (1878), Tenente-Coronel Comandante do 5º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional da Comarca do Seridó (Carta-Patente de 3 de maio de 1884), Presidente da Intendência (1889/1890/1891) e Tesoureiro da Irmandade das Almas (1891).

Ao assumir a herança deixada pelo avô de Júlia Medeiros, seu pai ficou conhecido como “Tonho do Umari”. Ele ainda era proprietário dos sítios Curral Queimado e Currulins, em Caicó, e do sítio Carrapateira, no município de São José do Sabugi/RN.

Medeiros Filho (1983, p. 53) faz referência aos utensílios, móveis e objetos pessoais relacionados nos inventários de várias famílias tradicionais do Seridó. Ele assinala que as residências das grandes fazendas eram chamadas de “Moradas das casas”. Essas habitações eram térreas, de taipa, coberta de telhas, suntuosas e espaçosas, típicas das famílias abastadas. Essas moradias “não diferenciavam na região do Seridó, assim como em todo o estado do Rio Grande do Norte. Algumas eram consideradas maiores, com cerca de 4 mil telhas”. As disposições dos cômodos, que compunham a típica morada obedecem, quase sempre, à seguinte seqüência:

À frente da morada havia o *copiar*, ou *cupiá*, uma varanda contígua à casa, um alpendre dianteiro [...]. A sala da frente, da mesma largura de toda a residência tinha geralmente uma única porta partida e duas janelas voltadas para o *copiar*. Ao meio da largura da sala da frente, na parede do fundo da sala, havia uma porta denominada porta-do-meio, que dava acesso ao corredor [...]. O corredor em direção aos fundos. Ao lado do corredor ficavam os quartos de dormir [...]. Os quartos não possuíam janelas. [...] O quarto do casal era chamado de *quarto grande*. [...] A sala de *trás* ou *de janta*, ficava no final do corredor [...]. Encostada à sala-de-trás, havia, debaixo de um alpendre denominado *caniça*, havia a cozinha [...].

Era no Cupiá ou no alpendre, o local de convivência de Júlia Medeiros com as primeiras letras. Ela teve o privilégio de ser alfabetizada por um professor particular denominado de mestre-escola: Misael de Barros.

A figura do mestre-escola entrou pelo sertão adentro, instruindo os futuros políticos, padres ilustres, entre outros:

Mestre-escola e Professor Régio atravessaram a segunda metade do século XVIII e enfiaram pelo século XIX, entocados nos sertões, prestando serviços relevantes, desarnando com beliscões, palmatória e vara de marmeleiro os futuros chefes políticos, padres ilustres, soldados valorosos e fazendeiros onipotentes, saudosos do tempo da escola, da oração inicial e de pedido de benção ao mestre cujos direitos morais jamais prescreveram (CASCUDO, 1977a, p. 262).

Era o regime de educação doméstica, que consistia na orientação de um mestre-escola, ou de um padre ou capelão, como foi o caso do Padre Francisco de Brito Guerra, que fundou uma escola de Latim, em 1832, em Caicó. Sobre as práticas desses educadores Lamartine (1965, p. 37) assinala:

No velho sertão do meu tempo, o ensino primário era geral, ministrado por mestre-escolas, contratados pelos fazendeiros, além das escolas oficiais serem em número insuficiente e sediadas nas vilas e cidades. A grande distância das residências dos fazendeiros tornava-se impossível alfabetizar as crianças com idade escolar sem concurso dos mestres-escolas que faziam da profissão de professores o seu ganha pão.

Mestre-escola foi um trabalho de formação prioritário dos futuros políticos e homens de negócios, e se dava na própria residência das crianças do sexo masculino. As meninas apenas podiam assistir às aulas direcionadas para os meninos. Esses educadores eram contratados pelos fazendeiros da região para educar os filhos do sexo masculino, durante três a quatro meses por ano. Para tal função, não se exigia concursos ou títulos, apenas saber ler, escrever e conhecer as quatro operações com desembaraço.

Esse ofício foi de fundamental importância, pois alicerçava as crianças que ainda não se encontravam em idade escolar ou em lugares onde o ensino oficial ainda não havia chegado, como nas fazendas do sertão do Rio Grande do Norte. As grandes distâncias das escolas oficiais, bem como o reduzido número dessas instituições, contribuíram para a expansão do ensino desenvolvido por esses educadores.

No Brasil do final do século XIX a educação era privilégio dos cidadãos do sexo masculino. Desse modo, as mulheres, principalmente no sertão nordestino, eram consideradas cidadãs de “segunda categoria”, mesmo sendo representantes de uma elite social, elas

não estudavam as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luís, para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente elas aprendiam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa [...], pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político e cultural (FALCI, 1997, p. 251).

O mestre-escola era privilégio de uma elite rural, excludente, tanto do ponto de vista econômico, quanto como em relação à condição feminina. O interesse maior das famílias do sertão era instruir os filhos homens.

Entretanto, algumas mulheres se constituíram mulheres letradas. Júlia Medeiros, desde criança, assim como suas irmãs, já se diferenciavam das meninas da sua comunidade. Elas tiveram a oportunidade de conhecer as primeiras letras, graças à visão pedagógica do seu pai. Ele não fazia distinção de sexo no que concerne à educação. Suas sete filhas tiveram acesso à educação, diferentemente das famílias tradicionais do Seridó, que só educavam os meninos, destinando suas filhas ao único objetivo: o casamento e os afazeres domésticos.

De acordo com Félix (1997), essa linha de pensamento era uma exceção na região do Seridó. Em seu estudo sobre a professora Júlia Medeiros, a referida autora observa que a prática

de escolarizar apenas os meninos era comum no sertão, a exemplo do mestre-escola Juvenal Chagas Teixeira Campo Verde, educador que não escolarizou as próprias filhas. Todas eram analfabetas, ao passo que os filhos do sexo masculino receberam a educação escolar oferecida na época.

Sobre o ensino para as mulheres, a Lei Geral de 1827 assinala, no Artigo 11: “Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes, em Conselhos, julgarem necessário este estabelecimento” (LIMA, 1927, p. 09).

Desse modo surgiu a primeira escola feminina no Rio Grande do Norte. Localizava-se na Cidade Alta, em primeiro de agosto de 1829, por meio da professora Josefa Francisca Soares da Câmara. “Na Ribeira, o primeiro professor foi Francisco Pinheiro Teixeira e, em 1835, o Padre João Carlos de Souza Caldas” (CASCUDO, 1999, p. 195).

Em Caicó, a primeira instituição de ensino para as mulheres foi o Colégio Santa Terezinha, da Congregação Filhas do Amor Divino. Esta instituição foi fundada em 1925 e sua inauguração aconteceu no dia 15 de janeiro de 1926.

As meninas da elite social, assim como Júlia Medeiros, além de serem instruídas para as práticas domésticas, recebiam aulas de francês, piano, canto e dança:

As meninas ricas não só aprendiam a fazer bolos e doces e costurar e bordar, mas também podiam estudar francês e piano, canto e dança, de modo a proporcionar companhia mais agradável e atraente em ocasiões sociais. Assim podemos resumir as principais características da mulher, segundo o modelo da época: beleza, elegância, adaptabilidades às circunstâncias, submissão, resignação e uma gama de prendas domésticas (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 81).

Por meio dessa educação reservada às mulheres da elite, elas deveriam se comportar como companhias agradáveis, elegantes, adaptáveis às circunstâncias e, sobretudo, submissas.

De acordo com Pinheiro (1997, p. 97) esse tipo de instrução “concorre para afirmar-se que essa particularidade fosse resultado de uma convivência próxima com as práticas culturais ligadas à literatura, à música, ao teatro e ao magistério”. Assim, a educação recebida por Júlia Medeiros ultrapassava os limites do cotidiano das mulheres, que apenas cozinhavam, bordavam e mantinham ordem na casa e, quando muito, recebiam aulas basicamente orientadas na trilogia ler, escrever e contar.

A preocupação com o saber da família Medeiros estava arraigada desde os primórdios. A visão de educação dos ancestrais de Júlia Medeiros extrapolava a referida trilogia. De acordo com Félix (1997, p. 34) a família Medeiros, originada em Portugal e em consonância com aquele país e a Europa, imprimiram, entre os seus descendentes brasileiros, a preocupação com o saber sem distinção de sexo.

Entre livros, tinteiros, mata-borrão e anotações, Júlia costumava brincar na sala da frente, espaço reservado para receber visitas. Segundo depoimentos de seus familiares, uma das suas brincadeiras prediletas era organizar a sala, postando assentos para as autoridades ilustres do Seridó. Ela se divertia recebendo, ludicamente, os visitantes importantes e convidando-os a se sentarem nos seus respectivos lugares. Era claro, segundo seus parentes, o desejo de Júlia Medeiros de ampliar os seus conhecimentos e participar da vida pública da sua região.

A primeira instituição de ensino feminino no município de Caicó se deu através do Colégio Santa Teresinha do Menino Jesus. Segundo Moraes (1999, p. 60), o colégio foi inaugurado no dia 15 de janeiro de 1926, quando o espaço nas cercanias de suas instalações era, basicamente, desocupado. Hoje, inserido em plena área urbana, localiza-se à rua Visitador Fernandes, no Largo Santa Teresinha, Centro.

Por direito de origem, o futuro de Júlia Medeiros prometia uma vida tranqüila. Ainda adolescente, decidiu ampliar os seus estudos. Com o consentimento de seu pai, que desde cedo

havia percebido a sua desenvoltura para as letras e o magistério, e a morte prematura da sua mãe, ela veio para Natal com o objetivo de tornar-se professora.

Assumi a herança material de sua genitora, pelo fato de ser a única filha solteira, sem pretendentes para as núpcias. Todas as suas irmãs estavam encaminhadas para a vida matrimonial. Júlia Medeiros, não. Para a sua família não havia a garantia de um futuro tranqüilo sem a presença masculina.

A configuração das mulheres do sertão norte-rio-grandense, nas primeiras décadas do século XX, reservava à mulher o casamento como uma das poucas realizações pessoais e financeiras. Esse comportamento ainda permanecia em voga nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994, p. 29), a mulher deveria viver para o amor, para a vida no lar: amor aos seus filhos, ao seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior - o mundo do trabalho -, que deveria ficar sob o encargo do homem. A mulher deveria se resguardar no próprio lar, ficando longe de qualquer problema que viesse atingir seu espaço, em prol da família. Afirma também que elas eram consideradas frágeis, emotivas, dependentes, instintivamente maternais e sexualmente passivas, instalando-se o “lugar feminino” de esposa e mãe centrado no espaço doméstico (p. 30-31).

Com objetivo de torna-se professora, Júlia Medeiros foi estudar em Natal. O percurso entre Caicó e Natal era de aproximadamente 300 quilômetros, percorridos geralmente em seis a oito dias á cavalo - ou lombo de burro, expressão usada em Caicó, por meio de comitiva. Para tanto exigiam-se disposição e condições básicas. Eram necessários mantimentos e empregados para o bom desempenho da viagem. De acordo com Euza Monteiro, essas comitivas contavam

com funcionários denominados de “arrieiros”, nome popular de Almoceve, homens encarregados dos animais, das bagagens e dos mantimentos alimentícios.

Júlia Medeiros veio na comitiva “sob a guarda do Coletor Estadual Eulámpio Monteiro. Integravam ao grupo, também, a filha adotiva do referido coletor, Maria Leonor Cavalcante e Olívia Pereira” (FERREIRA, 2004, p. 57). A professora Olívia Pereira, ao ser entrevistada, disse-me que a viagem até a capital durou cerca de três dias e três noites, com pontos estratégicos como paradas para alimentação e pernoites. Suas lembranças vieram à tona à época da entrevista, em dia 24 de junho de 2004, quando já era centenária. Ela lembra que foi uma viagem cansativa e adoeceu no meio do trajeto. Pensou em voltar. Encontrou em Júlia Medeiros uma resistência: “vamos, sua matuta, você vai perder a viagem”, e não deixou que desistisse. Segundo Olívia Pereira, ela era uma mulher decidida e enérgica.

As comitivas de viagens do Seridó para Natal tinham o seu ponto final na cidade de Lajes/RN ou Macaíba. O percurso até Natal era feito por meio de barcos, saindo do porto dos Guarapes, naquela localidade, em direção ao cais da Tavares de Lira, no Bairro da Ribeira.

Macaíba constituía uma povoação próxima a Natal, às margens do rio Jundiá, por onde transitavam barcos que a ligavam à capital. Na fase do surto exportador de algodão dos anos de 1860, teve um grande desenvolvimento comercial com a instalação da casa importadora-exportadora de Fabrício Gomes Pedroza, responsável pela vinda de embarcações estrangeiras que atracavam diretamente no porto fluvial de Guarapes, então existente. A partir desses anos, Macaíba passou a funcionar como intermediária no comércio entre povoados e vilas-situados nos vales dos rios Jundiá e Potengi, e em parte da região do Seridó-, e o porto da capital (MONTEIRO, 2002, p. 175).

O povoado de Macaíba, graças a sua localização próxima a Natal, foi um dos principais entrepostos econômicos da economia norte-rio-grandense, como também utilizado para embarques de passageiros com destino à capital.

Júlia Medeiros, Olívia Pereira e Maria Leonor Cavalcante seguiram de barco de Macaíba para Natal. Júlia Medeiros fixou residência na casa do professor de português e amigo da família, Joca Vicente. Segundo Félix (1997, p. 21-22), “ela sempre foi agradecida pela hospitalidade do professor que, além da acolhida, costumava corrigir seus erros de português”, durante os primeiros anos de estudo no colégio Nossa Senhora da Conceição, fundado em 1902, pela Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia de Frassinetti - Congregação de Santa Dorotéia do Brasil. Júlia Medeiros encontrou na educação, em especial, no magistério, uma alternativa para conquistar novos espaços.



Júlia Medeiros (1925).

Fonte: Alice Gurgel Guerra.

4 A educação da mulher



Mulheres de Caicó/RN – (1932).

FONTE: Acervo particular de Maria das Dores de Medeiros.

Compreender a educação da mulher e as implicações desse processo significa entender uma trajetória que se constitui socialmente num percurso histórico. Não significando que o seu desenvolvimento tenha ocorrido de modo linear, mas em meio a processos de lutas, conflitos e contradições em uma sociedade marcada pelo patriarcado, herança dos colonizadores portugueses que dominaram o Brasil por cerca de trezentos anos. Nesse contexto,

tento compreender a participação da mulher na educação ao longo dos anos e como elas se constituíram professoras e mulheres letradas.

No Brasil, a educação iniciou-se em 1549, quando o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza aqui chegou, acompanhado por um grupo de padres da Companhia de Jesus – os jesuítas – chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega. A educação jesuítica, voltada para a elite, apoiou-se no *Ratio Studiorum*, que segundo Bortoloti (2005), era uma metodologia baseada na concepção humanística de Aristóteles, que sistematizou a educação com o propósito de moldar o educando na visão do homem feito à imagem e semelhança de Deus. Esta metodologia usava, como estratégia de ensino, a preleção, contenda ou emulação, memorização, expressão e imitação. Ficou conhecida como *Pedagogia Tradicional*.

Seguindo a tradição de Portugal, a educação oficial desenvolvida no Brasil era destinada exclusivamente aos homens de elite. A mulher era vista como ser inferior e, por isso, não necessitava de escolarização.

A educação masculina foi desenvolvida sob a responsabilidade da Igreja Católica e, segundo Vieira (2003), esteve sob seu domínio por cerca de 360 anos, sendo 259 anos sob o monopólio jesuíta, e por mais de um século sob a doutrina do catolicismo conservador, de inspiração jesuítica. A vertente religiosa exerceu grande influência sobre a educação e na organização do sistema educacional brasileiro.

A catequese jesuítica serviu como fator importante de colonização e como instrumento de imposição cultural portuguesa aos índios. Aliada aos interesses da metrópole, a educação clerical contribuiu para a hegemonia do poder patriarcal na colônia. Inicialmente, a educação católica foi conduzida por membros do clero; posteriormente, no século XVI, colaboradores leigos foram convocados. O trabalho docente brasileiro foi, então, constituído numa concepção de magistério

voltado ao sacerdócio e à vocação, exercido por membros da Igreja Católica e por leigos nomeados pelas autoridades religiosas, e excluindo a participação feminina:

No período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever (RIBEIRO, 200, p. 79).

A abertura dos portos brasileiros, a partir da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a urbanização do Rio de Janeiro e a penetração do capitalismo trouxeram mudanças para a Colônia, em conjunto com a cultura burguesa moderna, pregada pelo Iluminismo. Desse modo, exigiu-se uma redefinição social em relação à educação, inclusive a feminina:

A educação formal para a mulher, tanto no Brasil, como em Portugal, era considerada uma heresia social. Essa heresia deveria ser necessária ao sexo masculino, pois limitando o acesso das mulheres à educação formal, não disputariam algo que era inerente à supremacia masculina. Enquanto permanecessem analfabetas, o controle paterno teria melhor resultado (VIEIRA, 2003, p. 27).

Excluída da escolarização e discriminada na sociedade, coube à mulher as tarefas caseiras, as prendas domésticas, e os tratos com os filhos. Nem as mulheres de famílias abastadas tinham acesso à educação formal. A estas restavam a função de perpetuar a hegemonia da classe dominante, bastando apenas que gerassem filhos. Viviam enclausuradas nas propriedades e eram submetidas ao poder paterno; casavam-se cedo, por volta dos 12 ou 14 anos de idade, e passavam ao domínio de seus maridos.

No Seridó, ao casar-se, sua tutela era transferida para o marido. Entretanto, depois de contrair núpcias, geralmente o casal passava um período na casa dos pais, até o nascimento do primogênito.

O casamento era a representação de *status quo* para as mulheres no sertão norte-rio-grandense. Os preceitos da Igreja Católica não permitiam a geração de um filho fora do casamento. A mulher que assim procedesse estava infringindo as normas sociais:

A mãe solteira, sem a figura paterna e, principalmente, do esposo, acarretaria desvantagens sociais, principalmente se fosse de classe inferior, o destino era o prostíbulo; de classes mais elevadas passavam a ser discriminadas na sociedade e na família, constituindo-se ponto de desonra (FÉLIX, 1997, p. 11).

Na historiografia da região do Seridó, terra natal de Júlia Medeiros, a figura feminina é enfocada sempre à sombra de outras representações sociais, como “o modo de vida do sertanejo, a economia da região através da pecuária e do algodão e os efeitos das elites naquele território” (Félix, 1997, p. 09). Cabia à mulher ocupar as posições de coadjuvantes naquela sociedade, como as categorias de mãe, esposa e dona-de-casa. “Em casa se vestiam de chita sem casacos, exibindo camisas muito alvas e enfeites de belas rendas de almofadas. Nas solenidades civis usavam jóias raras” (LAMARTINE, 1965, p. 29). A observação de Lamartine, retratando o comportamento da mulher seridoense, de acordo com a importância de cada espaço, demonstra a divisão e o valor de cada um.

Os espaços públicos permitidos às mulheres eram a igreja, quando havia cerimônias religiosas, casamentos, batizados e os eventos sociais, como os bailes, a festa de Santa’Anna. Segundo Félix (1997, p. 11), um dos poucos espaços públicos permitidos às mulheres era a igreja. Ainda assim, havia segregação. Na igreja, as mulheres sentavam do lado esquerdo, não podendo ter nenhuma atuação no que se referisse a ler, a distribuir comunhão, e auxiliar o padre nos rituais. Sua função era de zeladora, cantora, catequista, cuidando ainda dos objetos de cultos e paramentos.

No sertão, os papéis masculinos e femininos eram definidos a partir dos espaços domésticos:

Solteiras eram totalmente subordinadas ao pai, que muitas vezes escolhia o noivo, sem que esta sequer nem o conhecesse. Na ausência paterna quem cumpria esta função era o irmão mais velho. Por isso, estavam sempre nos cômodos mais movimentados do lar, sob o olhar de todos. No seu quarto não havia janelas para evitar uma possível fuga, caso não concordasse com o pretendente a marido, escolhido pelo pai ou pelo irmão (FÉLIX, 1997, p. 10).

De acordo com Lamartine (1965) o cômodo mais movimentado das residências sertanejas de Caicó era chamado de *sala de mulheres*, local onde a família permanecia reunida em trabalhos domésticos. “Ali, em muitas, havia um oratório onde à noite, todos os dias era rezado o terço, com a participação de toda a família do fazendeiro e seus dependentes. Junto a esta sala ficava o quarto do casal e, ao lado deste, o das moças, vedado da janela para fora” (p. 24). Desse modo, a mulher ficaria impossibilitada de uma eventual fuga, caso não concordasse com a escolha do seu futuro cônjuge.



Sala de Mulheres – Atelier de Costura –Caicó/RN (1928).

Fonte: Acervo particular de Maria das Dores de Medeiros.

Encontro, também, na historiografia do Seridó, uma posição de subordinação das mulheres, como por exemplo, passear publicamente. Só era permitido às mulheres freqüentarem as ruas se fossem acompanhadas. Deviam apresentar uma imagem de recato, como falar em voz baixa, serem meigas, ternas, terem gestos suaves, evitarem gargalhadas e vestirem-se discretamente:

O mundo da rua (dos passeios, teatros e bailes), por exemplo, aberto incondicionalmente aos homens, só era permitido à mulher em ocasiões especiais e, mesmo assim, ela deveria estar sempre acompanhada de um homem – o pai, o marido, o irmão, o padrinho. Sem eles o espaço público era vedado à mulher, pelo menos àquelas que seguiam os padrões morais aceitos pela sociedade da época, as senhoras e senhoritas (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 85).

Esse comportamento permanecia em voga nas primeiras décadas do século XX. O espaço público, que as mulheres freqüentavam em ocasiões especiais, como os bailes, era permitido através da presença de seu tutor ou responsável:

Se na primeira metade do século XIX a mulher quase não saía de casa, a não ser para ir à missa; se sua existência transcorria, quase sempre na casa paterna e, por extensão na casa do marido; na marcha gradativa do tempo, esses costumes modificavam-se na segunda metade do século XIX (MORAIS, 2002b, p. 59).

Em fins do século XIX, com advento das transformações políticas e sociais do Brasil, e com o advento da República, se iniciava uma nova configuração na educação da mulher. Imbuída de modernidade, a mulher reivindicava instrução e a inserção na vida pública, principalmente na Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro:

Com o desenvolvimento da vida urbana vinham as festas e as festividades elegantes, ampliando os espaços sociais de convivência [...]. Nessas festas, as mulheres movimentavam-se com elegância e desenvoltura, reinando e brilhando como fachos luminosos, absolutas, quando tinham oportunidades de expressar seus dotes artísticos (MORAIS, 2002b, p. 59).

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), a mulher deveria viver para o amor, para a vida no lar: amor aos seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior - o mundo do trabalho -, que deveria ficar sob o encargo do homem. Era a representação da mulher de acordo com o paradigma do patriarcado:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social (ALMEIDA, 1998, p. 17).

A mulher deveria se resguardar no próprio lar, ficando longe de qualquer problema que viesse atingir seu espaço, em prol da família. Segundo Del Priori (1997), a vida privada, tal como a compreendemos hoje, surgiu no século XVIII nos meios burgueses, associada a autonomia de uma vida privada e familiar, distinta da vida pública.

Esta clivagem está ligada à instauração de relações de produção capitalista das quais o meio burguês era detentor. Tais relações levaram a separação dos espaços de produção das condições materiais de vida, daqueles de reprodução da existência...dessa forma, o espaço privado identificou-se rapidamente com o espaço familiar e doméstico (p. 260).

A mulher aparece, assim, presa à família e a tudo que esta simboliza em termos de valores, construindo um padrão ideal de mulher.

Ela aparece como um elemento a mais na hierarquia familiar, não havendo espaço para sua individualização. Enquanto isso, os homens continuam administrando suas “vastas propriedades” ou confinados aos seus escritórios, aos seus “gabinetes de trabalho” (CUNHA, 1995, p. 596).

Segundo Félix (1997) também na escola havia definição de espaço: as meninas eram separadas dos meninos. A delimitação dos espaços públicos era a extensão dos espaços domésticos. Homens para um lado, mulheres para outro. Simbolicamente, esta divisão representa a definição de papéis em sociedade. Às meninas não era vedada a educação formal. Entretanto, sua formação intelectual e a educação integral não eram estimuladas. Temia-se que pelos conhecimentos fossem rompidos os espaços estabelecidos e contestados os papéis. “No mundo da educação e do trabalho, a lei da alternância não tem peso: as posições dominantes são sempre ocupadas por homens, e as posições desvalorizadas por mulheres” (LAVRAVE, 1991, p. 506).

A autora ainda relata que na Europa as ambições intelectuais das mulheres limitavam-se ao certificado de estudos primários ou diplomas de fim de estudo secundário, sempre à reboque

da qualificação masculina. Conseqüentemente, elas ocupavam campos desfavoráveis no mercado de trabalho. No Brasil, a configuração social no início do século XX não era diferente.

A educação comum entre os dois sexos era proibida, não só por causa da rígida moral católica, mas também devido à certeza da ciência hegemônica na época acerca das diferentes aptidões entre homens e mulheres. Daí a diversidade de currículos a eles destinados. Enquanto os homens cursavam o ensino secundário, que visava o acesso aos cursos superiores, as mulheres em sua maioria estudavam nas escolas normais, destinadas à profissionalização ou preparo para o lar (SOIHET, 2000, p. 97-98).

Quase sempre a mulher esteve em condição de desvantagem. Até mesmo no espaço a ela destinado vivia sob uma dominação invisível, articulada pelo pai ou pelo marido. Uma forma de violência “sutil, suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas” (BOURDIEU, 1999, p. 07).

Essa violência é uma relação de dominação - histórica, cultural e lingüisticamente construída - sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. Nessa concepção Chartier (1995, p. 40-42) alerta “que definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador”.

O que significa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, curvar-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição.

Mesmo sob o domínio masculino, algumas mulheres venceram barreiras, não aceitando as normas impostas pela sociedade da época. A professora Júlia Medeiros é um exemplo dessas

mulheres. Infringiu as normas sociais de Caicó da década de 1920, como, por exemplo, usar roupas consideradas escandalosas que mostravam as pernas e as costas; usar a cor preta sem simbolizar sentimentos de pesar pela morte de alguém. Ela também circulava pelos espaços masculinos, como o Café Comercial, discursava em público, e saudava autoridades que visitavam Caicó. Segundo depoimentos, Júlia Medeiros foi a primeira mulher a dirigir um automóvel.

No Brasil, o início da urbanização e as novas idéias emergidas desde o século XIX, segundo Almeida (1998), possibilitaram à mulher viver uma nova realidade – a integração à sociedade – de que passou a desfrutar. Mesmo de forma restrita, tiveram acesso a um espaço público, a rua. Tal espaço era considerado sem respeitabilidade para as mulheres e dominado pelos homens. Nessa configuração, a mulher, como mãe, e inserida no espaço privado é valorizada como educadora dos futuros cidadãos respeitáveis, é um dos elementos que vai possibilitar à mulher o ingresso à escolarização e sua inserção no magistério.

Louro (1997) assinala que, com a independência do Brasil em 1822, desenvolveu-se um discurso oficial disposto a tecer uma imagem distante do colonialismo e desejoso de modernização, colocando a educação como peça importante nesse processo, mas na prática, os homens continuaram em suas posições de manutenção do poder.

A burguesia percebeu a necessidade das mulheres saberem ler, escrever, conversar, e conhecer, por informação, um pouco do mundo, ou seja, educar e cultivar as jovens. Essa educação defendida pela classe dominante era limitada e destinava-se, apenas ao conhecimento e à instrução para o ambiente social e para a educação dos filhos. Esse pensamento “valorizava a mulher apenas como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade e, sendo o casamento sua principal aspiração, era a indicada para ser a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria” (ALMEIDA, 1998, p. 18-19).

Portanto, a necessidade de instrução reivindicada era justificada, sobretudo por ser considerada essencial à formação da boa mãe, mestras nos primeiros anos de vida dos futuros homens da sociedade. Porém a instrução defendida deveria estar restrita ao ambiente e à serventia doméstica. Júlia Medeiros foi educada dentro desses padrões de educação doméstico, em sua residência, por meio de um mestre-escola. Dessa feita, a sua formação estava em consonância com os padrões da educação brasileira do século XIX e início do século XX.

Entretanto, o direito da mulher à educação não se deu de forma totalizada. A criação das primeiras Escolas Normais, em 1835, na cidade de Niterói/RJ, na Bahia, em 1836, em Minas Gerais, em 1840, em São Paulo, em 1846 e no Rio de Janeiro, em 1880, não modificou o quadro existente da educação da mulher.

O Rio Grande do Norte foi palco de quatro instituições desse modelo. Segundo Cascudo (1999), foi um período de efervescência educacional. A Escola Normal se constituiu em um sonho que se tornou realidade. A primeira foi fundada em 1873, pelo Presidente João Capistrano Bandeira de Melo Filho. “No século XIX, os pensamentos sobre a necessidade resultaram na criação de Escolas Normais que, a princípio, não conseguiram firmar-se, como no caso da Escola Normal de Natal, que foi fundada quatro vezes para conseguir consolidar-se” (HOLLANDA, 2001, p. 45).

Nessas escolas, a instrução inicial era vedada à participação das mulheres, além de disporem de poucos professores com habilitação necessária à formação de professores.

As primeiras Escolas Normais, “concebidas para pôr fim à improvisação serão elas mesmas as instituições nas quais a improvisação passaria a existir em outro nível” (SAFIOTTI, 1976, p. 196). Mesmo em número insuficiente para promover a formação das normalistas, não dispunha de quadros de professores habilitados para atuarem nessas instituições, fato agravado pela ausência de uma proposta pedagógica que subsidiasse a sua organização.

As Escolas Normais representavam apenas uma solução para o problema da mão-de-obra nas escolas femininas. A sociedade reagiria, negativamente, ao recrutamento da mulher, avaliando, inclusive, “as primeiras normalistas como pessoas de moral duvidosa, o que se entende, pois as primeiras Escolas Normais eram destinadas às camadas pouco privilegiadas que, àquela época, ainda não viam na educação um mecanismo de ascensão social” (NOVAIS, 1984, p. 20-21).

Entretanto, as Escolas Normais, mesmo não tendo características dos Liceus ou Colégios Secundários, passaram a se constituir numa das poucas oportunidades de continuidade dos estudos para a mulher, atraindo, também, como clientela, moças de famílias abastadas que procuravam apenas elevar o grau de sua educação. “As províncias criaram Escolas Normais para o preparo de professores e estas escolas, com matrícula predominantemente feminina, fizeram-se escolas equivalentes a escolas acadêmicas para meninas, ao lado dos Ginásios, Liceus ou Ateneus para meninos do sistema de elite” (TEIXEIRA, 1976, p. 296).

Desta forma, em fins do Século XIX, a Escola Normal desempenha funções de dar formação profissional de aumentar a instrução das mulheres.

A inserção profissional das mulheres no magistério não foi aceita tranquilamente pelos homens que exerciam a profissão porque isso significava a perda de um espaço profissional. Pensar que o processo de feminização do magistério foi resolvido pacificamente e instalou-se como uma concessão feita às mulheres revela-se um equívoco por adotar uma visão que considera um aspecto apenas parcial do fenômeno (ALMEIDA, 1998, p. 64).

Com a expansão do ensino primário na primeira metade do século XX, a feminização do magistério no Brasil ocorreu de maneira decisiva. Houve a ampliação da Escola Normal, que ficou sendo o local de preparação de professores primários, um espaço privilegiado de formação de mulheres e única oportunidade de prosseguimento nos estudos.

Na província da Paraíba, em 15 de dezembro de 1858, por meio de Lei nº 439, foi instituído o Internato Colégio de Nossa Senhora das Neves, sob a administração da Igreja Católica, considerada uma das primeiras escolas para a educação feminina (PINHEIRO, 2004, p.143-148).

Na realidade do Brasil independente, mas ainda imperial, aristocrata e escravocrata, o maior número de escolas e o poder sobre a educação pertencia à Igreja Católica. Vieira (2003) assinala que a inserção da mulher no magistério ocorreu, sobretudo, porque a Igreja repudiava a co-educação dos sexos. O catolicismo conservador considerava moralmente incorreto professores masculinos instruírem meninas, abrindo de maneira decisiva o espaço de formação e atuação feminina. Contraditoriamente, a educação católica promoveu abertura à educação feminina, e, ao mesmo tempo, limitou-a, nos moldes da formação da boa esposa e boa mãe quando, além da leitura e da escrita, impôs conteúdos voltados para o âmbito doméstico, ao incutir a visão de missão de sacerdócio à função do magistério.

Almeida (1998) completa, afirmando que os atributos femininos se direcionavam ao padrão social comparando a mulher à Virgem Maria, pregado pela Igreja Católica em relação à educação feminina. Todo esse cuidado em relação ao magistério feminino era porque, segundo Vieira (2003, p. 31), para o Catolicismo conservador, a “proposta de profissionalização feminina ou concessão dos direitos cívicos às mulheres era entendida com atentado às leis criadas por Deus, um retrocesso à barbárie, o desmoroamento da sociedade civil”. A autora avalia que a oligarquia preferiu seguir as trilhas do conservadorismo às tendências gerais da modernidade, aliando-se ao catolicismo e entregando-lhe a tarefa de educar suas filhas conforme seus preceitos e sua doutrina.

Vieira (2003) assinala também que a educação disponível às meninas era em escolas externas e orfanatos, as quais abarcavam diferentes classes sociais, embora o caráter elitista e

conservador fosse reforçado nas escolas católicas. “O projeto de formação desenvolvido pela Igreja entendia que era necessário educar solidamente a oligarquia no cristianismo, para que ela conduzisse o restante da sociedade para esse caminho” (p. 31).

Os ideais liberais e republicanos cresceram e, à medida que cresciam e se consolidavam, também se fortaleciam a laicização do ensino, mas esta só veio a concretizar-se após o fim da escravidão e a Proclamação da República, no final do século XIX.

Instituído o sistema federativo de governo em 1891, a União e os estados passaram a iniciar a criação de instituições de ensino, criando também Escolas Normais de nível médio para moças. As idéias iluministas emergentes no Brasil entendiam a educação como um dos pilares que iriam garantir o desenvolvimento social do país, e a escola passou a ser concebida como a condição de participação social, e a escolarização, como instrumento para o progresso da prosperidade pública.

Segundo Almeida (1998), em 1926, as mulheres já representavam 66% do contingente de professores no país. A luta pelos direitos e conquistas partiu especialmente de uma elite feminina letrada, culta, e de maior poder econômico, que seguia exemplos, não tão radicais, dos movimentos feministas europeu e americano. A instrução e o magistério passaram a ser desejados pelas mulheres. A educação representava para essas mulheres a possibilidade de inserção no espaço público, a abertura para a luta e conquista de direitos que poderiam proporcionar mais liberdade e autonomia:

As lutas femininas intentavam conseguir vitórias significativas, mas o novo estatuto social feminino no magistério faz também emergir mecanismo de controle e discriminação social contra as mulheres e enraizar as ideologias de domesticidade e maternagem, ao transferi-las para uma profissão que deixava de ser masculina. Como contrapartida, essa ideologia foi usada pelo segmento feminino como um elemento de resistência. Ao acatar esse discurso e concordar com suas formulações, nada mais fizeram do que desimpedir o caminho para a sua rápida inserção profissional, o que se revelou como o primeiro passo dado em direção a uma inserção no mercado de trabalho (ALMEIDA, 1998, p. 70).

A educação e o encaminhamento à profissionalização de homens e mulheres seguiam uma ideologia diferenciada. Vieira (2003) explicita que nesse contexto o trabalho do homem era compreendido como necessário para suprir às necessidades da família e seguir carreira. Para a mulher, a destinação do trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, trabalhar fora do âmbito familiar, representava o abandono do lar, e o descuido com a família. O magistério representou, nessa conjuntura, a profissão compatível com as obrigações domésticas e, nessa realidade, aliada à expansão do ensino, o magistério primário afirmou-se como profissão feminina:

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhe foram vedados (ALMEIDA, 1998, p. 23).

A partir de 1870, os homens, concomitante à expansão feminina, foram se afastando do magistério primário, ao longo dos anos, seja pelas idéias de maternidade e domesticidade ligadas ao magistério, seja pela busca de profissões melhor remuneradas. Louro (1997) analisa no seu trabalho intitulado *Mulheres na sala de aula*, entre outros aspectos, a maneira de vestir de uma docente e a manutenção de sua reputação, assumindo um caráter assexual e distante, funcionavam como prerrogativa para uma boa profissional da educação. No jogo das representações do ser mulher professora, os discursos de parlamentares, médicos, clérigos, legisladores não apenas espelharam essas mulheres, mas as produziram.

O magistério estava associado à imagem da mulher pouco graciosa, da “solteirona retraída. A estas, a maternidade estaria negada e, portanto, justificada sua vocação para docência de crianças que seriam sua razão de ser ou, ainda, a única forma de dar à luz” (PINHEIRO, 2002, p. 6).

O trabalho como professora, para muitas mulheres, era um dos poucos meios para a sua sobrevivência. Entretanto, o discurso positivista da época direcionava-as para o abandono da profissão em prol do casamento:

Para muitas jovens o trabalho remunerado se colocava como uma exigência para sua sobrevivência, e o magistério digno e adequado. No entanto, na medida em que a maioria dos discursos da época apontava uma incompatibilidade entre trabalho e casamento, essa exigência de sobrevivência iria cobrar um preço: a renúncia ao casamento (LOURO, 1997, p. 465).

Portanto, o celibato pedagógico é a justificativa plausível para reforçar o caráter de doação para desvalorizar a atividade docente feminina. Segundo Pinheiro (2002), a imagem séria das professoras era um indicador de inteligência como também a de severidade, as roupas escuras; o cabelo em coque; os óculos. A varinha de ensinar e o olhar repreendedor completavam a indumentária que ela precisaria representar para ter o controle de classe.

Com o advento da República, a urbanização, a industrialização e a expansão da economia, outras profissões surgiram e despertaram o interesse masculino. Mas o magistério, como espaço profissional possível, e sua ocupação, foi fruto de reivindicações das mulheres. A criança, como centro do processo educativo, acomodou-se ao discurso dos atributos maternos necessários à qualidade do bom professor e serviu de argumento e de poder na luta pelo espaço de atuação.

Almeida (1998) comenta que esse argumento aparecia nos discursos presentes na imprensa periódica feminina na primeira metade do século XX, os quais defendiam a atuação da mulher no magistério primário. As mulheres passaram a fazer parte do público letrado e a utilizar a imprensa para desabafar os sentimentos sufocados e a reivindicar os direitos negados, inclusive à escolarização e à profissionalização para as camadas populares da sociedade.

Nos escritos da professora Júlia Medeiros, no *Jornal das Moças*, essa professora, sintonizada com as demais mulheres do seu tempo e inserida na elite das mulheres letradas de

Caicó, reivindicava a inserção das mulheres norte-rio-grandenses nas letras e na vida pública da cidade. Júlia Medeiros desejava o direito à educação para as mulheres, como também para todas as camadas da sociedade brasileira.

Na década de 1920, o Rio Grande do Norte ampliou a oferta também do ensino profissionalizante para mulheres. Cito, como exemplo, a implantação, em 1919, do Curso Comercial Feminino, localizado na capital do Estado. Essa instituição, segundo Carvalho (2004) era mantida pela Aliança Feminina de Natal. Funcionava na própria sede da Aliança, localizada à rua Coronel Bonifácio, nº 23, hoje rua Santo Antônio, na Cidade Alta, em frente à Igreja Santo Antônio.

A Aliança Feminina que assumiu a responsabilidade da Escola pôs-se em plena atividade para regulamentá-la. [...] O ensino do Curso Comercial Feminino, ministrado conforme os últimos progressos das ciências pedagógicas e por mestres competentes e de vocação decidida para o magistério, tem objetivado o seu ideal, habilitando a mocidade potiguar para a vida prática, se vier a precisar de ganhá-lo (A REPÚBLICA, 25/03/1924, p. 1).

Segundo Carvalho (2004), as disciplinas oferecidas pela referida escola eram as línguas francesa e inglesa, álgebra, direito usual, português, geografia, datilografia, história do Brasil e moral e cívica.

A referida escola foi fundada pelo deputado estadual Moysés Soares, juntamente com o Bispo D. Antônio Cabral, e recebia auxílio financeiro do Governo do Estado. Segundo Câmara (1923, p. 164), “em 1923, na Escola de Comércio Feminino haviam sido matriculadas 48 alunas, e na Escola Primária Noturna para as operárias, o número de matrícula era de 90 alunas”. A aliança Feminina também mantinha a Escola Primária Noturna, com o objetivo de assistir às mulheres operárias. Segundo Carvalho (2004) essa escola, localizada no bairro da Ribeira, teve uma aproximação mais direta com as operárias da Fábrica de Tecidos Natal, de propriedade de Juvino Barreto, considerado grande empresário de tecidos.

A cidade de Natal viu surgir outra instituição de ensino voltada para mulheres em 1º de maio de 1924. Era mais uma Escola de Comércio Feminino, sob a responsabilidade das irmãs Dorotéias, do Colégio Imaculada Conceição. Esta se diferenciava da mantida pela Aliança Feminina porque funcionava em regime de externato, dando oportunidades às moças oriundas do interior do Estado. “As filhas dos sertanejos aprendem, ao lado da pintura, da música e das humanidades ensinadas no Colégio da Imaculada, o essencial de escrituração mercantil, datilografia, direito usual e direito comercial” (A REPÚBLICA, 26/04/1924, p. 8).

Esse modelo de educação se destaca em Natal com a implantação da Escola Doméstica⁵ em 1º de setembro de 1914. Segundo Dias (2002, p. 38) a “solenidade de inauguração da Escola Doméstica, então localizada na Ribeira, foi bastante privilegiada com a presença da diretora, das professoras suíças Helena Bondoc e Jeanne Negulesco, o representante do bispo diocesano e altas autoridades de educação local”.

O programa dessa instituição era o que havia de mais moderno na área médico-higienista, em consonância com os currículos escolares da Europa.

Constituiu evento de absoluto pioneirismo, haja vista que o ensino dedicado às mulheres, com ênfase no lar e na família, havia iniciado na Europa poucos anos antes. Historicamente, os avanços em qualquer área da atividade humana, vindo dos países mais desenvolvidos, chegavam ao Brasil primeiramente, através de Estados do Sul e Sudeste, ficando o Nordeste quase sempre à reboque. Não por incapacidade dos nordestinos, porém por dificuldades inerentes às desvantagens estruturais que sempre acompanharam essa importante região do país (LIMA, 2004, p. 214).

A educação da mulher e a sua atuação na construção da sociedade letrada, em particular, a norte-rio-grandense, demonstram o papel fundamental que inúmeras mulheres como Júlia

⁵ A Escola Doméstica comemorou em 2004, 90 anos de funcionamento com muita festividade e homenagens à sua diretora, a professora Noilde Pessoa Ramalho. Entre as comemorações, o lançamento do livro *Noilde Ramalho: uma história de amor à educação*, de Daladier Pessoa Cunha Lima.

Medeiros, Dolores Cavalcante⁶, Sinhazinha Wanderley⁷ e Palmyra Wanderley⁸ desempenharam na nossa sociedade.

Entre essas mulheres, destaco a professora Isabel Urbana de Albuquerque Gondim que, na segunda metade do século XIX, em 1874, na cidade do Rio de Janeiro, publicou o livro *Reflexões às minhas alunas*, obra voltada para a educação da mulher nas escolas primárias.

O referido livro é considerado, segundo Morais (2003, p. 75), como sua principal obra, devido a aceitação de público, considerando o número de edições. “Ao todo foram três edições, totalizando, apenas na segunda edição, cinco mil exemplares que se esgotaram”. *Reflexões às minha alunas* era indicada como leitura para as jovens nas escolas públicas.

Há muito que se buscar na história da educação das mulheres norte-rio-grandenses e, pensando como Morais (1998, p. 83), “essa inquietação traz consigo mais inquietações, mais desejos de mergulhar fundo na corrente do tempo”, com o objetivo de buscar as histórias dessas mulheres que contribuíram para a formação da sociedade letrada. Busco, na história da educação das mulheres do Rio Grande do Norte, trazer à tona a trajetória e a contribuição da professora Júlia Medeiros.

⁶ Dolores Cavalcante é objeto de estudo de Mestrado de Elisângela de Araújo Nogueira, intitulado *Dolores Cavalcanti: entre a docência e o jornalismo* (1903-1930), sob a orientação de Maria Arisnete Câmara de Morais, defendido em janeiro de 2003, vinculado à Base de pesquisa *Gênero e Práticas Culturais*.

⁷ Sinhazinha Wanderley é objeto de estudo de Doutorado de Rosanália de Sá Leitão Pinheiro, intitulado *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso* (1876-1954), sob a orientação de Marlúcia de Paiva Oliveira, defendido em 1997 e vinculado à Base de pesquisa *Gênero e Práticas Culturais*.

⁸ Palmyra Wanderley foi poeta e jornalista, fundou a revista literária *Via Láctea* (1914-1915), sendo esta a primeira revista feminina que circulou em Natal. Para dirigir a revista ela contou com a parceria da sua prima Carolina Wanderley. Em 1918, publicou em versos seu primeiro livro *Esmeraldas. Roseira brava* (1929), o seu segundo livro de poesias, consagrou-a como uma das maiores expressões da poesia feminina no Brasil, segundo Rômulo Wanderley, no seu trabalho intitulado *Panorama da poesia norte-rio-grandense* (1965). Ocupou a cadeira de número vinte na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (CARVALHO, 2002, p. 78).

5 A vida Intelectual de Júlia Medeiros



Júlia Medeiros entre livros e papéis – Natal/RN (1925).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Na Província do Rio Grande do Norte o ensino destinado às mulheres foi implantado oficialmente no final do século XIX, com a criação de uma escola fundada em Natal. “O ensino era ministrado exclusivamente por professoras e o conteúdo trabalhado não incluía as disciplinas consideradas “difíceis”, como noções de geometria,

restringindo-se o estudo de aritmética às quatro operações fundamentais” (PINHEIRO, 1997, p. 135).

O acesso das mulheres ao ensino era considerado precário, reflexo da mentalidade herdada de Portugal, “mesmo após emancipação da Metrópole, o Brasil ainda continuou veiculando seus pressupostos aliando-se a essa mentalidade rígida, moralizadora e tradicional”, (ALMEIDA, 1998, p. 57), que limitava o acesso das mulheres aos estudos maiores, só permitidos aos homens.

Mas havia mulheres que exigiam uma educação mais qualificada, não em nome da responsabilidade familiar, mas por se considerar capazes “como o homem para o estudo das ciências, apesar da constante repetição contrária. A profissionalização como fruto da instrução era apontada como uma necessidade, reivindicando algumas, ainda de forma tímida” (SOIHET, 2000, p. 98).

Além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também existir uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que atentasse contra as representações acerca da sua função doméstica e da maternidade. “O magistério inseria-se perfeitamente nessa categoria, pelo menos era assim que rezava o discurso da época” (ALMEIDA, 1998, p. 58). A criação das Escolas Normais permitiu às mulheres a profissionalização por meio do magistério, muito embora o exercício dessa profissão representasse um prolongamento das funções maternas, como instruir e educar crianças era considerado aceitável para as mulheres, à época o trabalho mais atraente à mulher de classe média letrada.

Ser professora, na opinião de grande parte da sociedade, era ter a profissão ideal da mulher, que possuía uma moral mais elevada que o homem, é mais delicada e indulgente com as crianças, além de doce, carinhosa, sentimental e paciente (ARAÚJO apud ALMEIDA, 1998, p. 62).

As Escolas Normais eram o espaço de profissionalização onde as mulheres se qualificavam com a missão de se tornarem professoras. “A primeira instituição desse gênero da América do Sul, foi fundada em 1835, na cidade de Niterói. As alunas não estudavam álgebra e a geometria limitava-se “às noções mais elementares e de mais freqüente aplicação aos usos elementares da vida” (SOIHET, 2000, p. 98).

Mesmo tendo acesso à instrução por meio das Escolas Normais, a educação comum entre os sexos não era permitida. A rígida moral da Igreja Católica como, igualmente, a certeza da ciência hegemônica da época, que tinha, em seu discurso, diferentes aptidões entre homens e mulheres; estabelecia currículos diversos para o sexo masculino, entre os quais o acesso aos cursos superiores. Dessa forma, a educação das mulheres se restringia, quase sempre, às escolas normais: “Enquanto os homens cursavam o ensino secundário, que visava o acesso aos cursos superiores, as moças, em sua maioria, encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas à profissionalização e/ou ao preparo do lar” (SOIHET, 2000, p. 98).

De acordo com Cascudo (1999), a primeira Escola Normal no Rio Grande do Norte foi criada por meio da Lei 671 de 05 de agosto de 1873, pelo presidente João Capistrano Bandeira de Melo Filho, tornando-se a concretização das primeiras aulas femininas, a exemplo da professora Josefa Soares da Câmara que, em 1829, ensinou para a primeira turma feminina da Cidade Alta, em Natal. A referida escola teve vida curta, apenas 4 anos, sendo abolida em 1877, no governo do presidente estadual José Nicolau Tolentino de Carvalho. Apenas três alunos foram diplomados por essa instituição. Daí o possível motivo para o encerramento das suas atividades.

O Estado, posteriormente, vislumbraria mais duas Escolas Normais como projeto de modernização da educação. Ambas não saíram do papel. A segunda Escola Normal não passou da autorização, ficou somente estabelecida na Lei 889 de 27 de abril de 1883. A terceira, também

não se concretizou. Ela foi estabelecida pelo governador Adolfo Afonso da Silva Gordo, por meio do Decreto nº 13 de 08 de fevereiro de 1890.

A quarta Escola Normal, por sua vez, foi estabelecida em 1908. Sua inauguração aconteceu no dia 13 de maio de referido ano. A escola funcionou por 27 anos no Bairro da Ribeira, na praça Augusto Severo. Do quadro de diretores, fizeram parte os seguintes professores: Francisco Pinto de Abreu (1908-1910), Nestor dos Santos Lima (1910-1924), Teoduto Soares Raposo da Câmara (1924-1930), Antonio Gomes da Rocha Fagundes (1930-1938) e Clementino Hermógenes da Silva Câmara (1938-1944).

Em 1921, com 25 anos de idade, Júlia Medeiros foi estudar na Escola Normal de Natal. “A escola admitia matrícula de alunos de quinze a vinte e cinco anos completos. Quem viesse a completar trinta anos durante o curso, seria desligado” (ARAÚJO, 1982, p. 166).

Júlia Medeiros entrou para o quadro discente com a idade limite para a Escola Normal. “A referida escola foi criada no governo de Alberto Maranhão, pelo decreto nº 178 de 29 de abril de 1908, localizada inicialmente numa dependência do Atheneu norte-rio-grandense, constitui um importante marco na modernização do ensino e implantação da formação profissional” (MENEZES, 2003, p. 1).

Ao entrar para Escola Normal de Natal, Júlia Medeiros tinha como seu diretor, Nestor dos Santos Lima (1910-1924) e concluiu o curso normal, em 1925, sob a direção de Teoduto Soares Raposo da Câmara (1924-1930).

Na conformidade do art. 2º do Regulamento da Escola da Escola Normal (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 80-81), no qual Júlia Medeiros foi submetida, o curso completo da Escola Normal de Natal era ministrado em 4 anos e compreendia as seguintes disciplinas:

- I-Português;
- II-Francês;
- III-Aritmética;
- IV-Noções de Geometria e Prática;
- V-Geografia Geral e Particular do Brasil;
- VI-História Geral e Particular do Brasil;
- VII-Noções de Física e Química Aplicada à vida prática;
- VIII-Noções de História Natural Aplicada à Agricultura à criação dos animais;
- XIX-Educação e Moral e cívica;
- X-Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares;
- XI-Higiene Escolar;
- XII-Desenho;
- XIII-Princípios de música e canto escolar;
- XIV-Trabalhos manuais;
- XV-Economia e Artes domésticas (Para o sexo feminino);
- XVI-Educação Física e exercícios infantis;
- XVII-Prática Escolar no Grupo Modelo.

Essas disciplinas eram distribuídas nos quatro anos, de acordo com os dispositivos do Art. 3º do Regulamento: O primeiro ano correspondia ao ensino de Português, Francês, Aritmética, Geometria, Geografia, História, Desenho, Música e Educação Física. No segundo ano, ela participou do desenvolvimento progressivo das matérias lecionadas no ano anterior. Já no terceiro e penúltimo ano, as disciplinas ofertadas eram: o ensino da língua portuguesa, Educação Moral e Cívica, História Natural, Física e Química, Pedagogia, Higiene Escolar, Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física e Prática Escolar no grupo modelo.

O quarto e último ano da Escola Normal correspondia ao desenvolvimento progressivo das disciplinas ensinadas no terceiro ano (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 15). Essa foi a grade curricular a que Júlia Medeiros foi submetida para obter o diploma de professora em 1926 (RIO GRANDE DO NORTE, 1932, p. 27). Júlia Medeiros enveredou para o magistério com o objetivo de se desvencilhar das estruturas sociais das mulheres do Seridó, as prendas domésticas. O magistério era permitido à mulher, sendo uma das poucas alternativas para enveredar na vida pública, mesmo considerada pela sociedade patriarcal como uma profissão de extensão das atividades domésticas. Tal fato se deu em virtude do abandono do homem nessa profissão:

Os homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas 'aulas régias' – oficiais – quanto como professores que se estabeleciam por conta própria. Agora, no entanto, as mulheres eram também necessárias e, como vimos, as classes de meninas deveriam ser regidas por senhoras honestas (LOURO, 1997, p. 449).

Com a ocupação do magistério pelas mulheres e a saída do homem para outras profissões ou cargo de diretoria dessas instituições, houve a desvalorização do magistério. De acordo com Lagrave (1991, p. 506) no mundo do trabalho e da educação, a lei de alternância não tem peso: as posições dominantes são sempre ocupadas por homens, as posições desvalorizadas pelas mulheres. O magistério, mesmo sendo considerada uma profissão desvalorizada pelo abandono dos homens, permitiu que Júlia Medeiros atuasse na vida pública de Caicó.

Júlia Medeiros conciliava seus estudos com as atividades culturais e de lazer em Natal. Segundo Félix (1997, p. 31), vasto era seu ciclo de amizade na capital potiguar, com intelectuais, educadores, poetas, entre os quais a poeta Palmyra Wanderley, Juvenal Lamartine⁹, Professor Anphilóquio Câmara¹⁰, José Augusto Bezerra de Medeiros¹¹, entre outras personalidades.

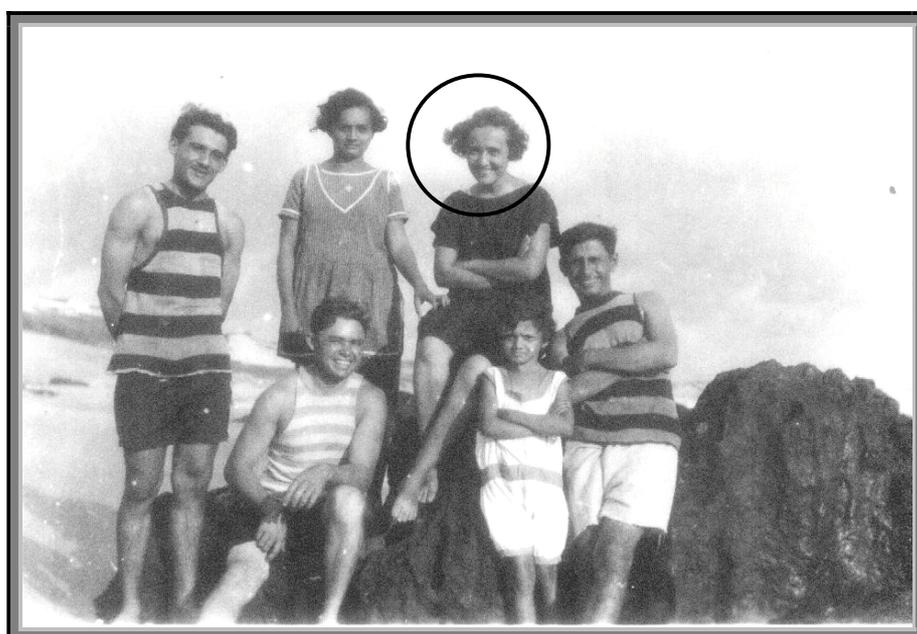
De acordo com Alice Gurgel Guerra, 92 anos, em entrevista concedida em agosto de 2003, durante o curso Normal em Natal, Júlia Medeiros costumava freqüentar a praia da Redinha,

⁹ Juvenal Lamartine foi político de família tradicional do Seridó. Em 1928, foi eleito Governador do Rio Grande do Norte. Conseguiu, antes de ocupar o cargo de Presidente do Estado, incluir na Legislação um dispositivo estabelecendo a igualdade de direitos políticos para ambos os sexos, passando o Rio Grande do Norte a ser o primeiro Estado de raça latina onde as mulheres tiveram os seus direitos políticos reconhecidos. Nasceu em 1876 e morreu em Natal no dia 18 de abril de 1956 de um enfarte (LAMARTINE, 1965, p. 127).

¹⁰ Anphilóquio Câmara foi professor, jornalista e Secretário de Estado. Nome de escola estadual e de rua, no bairro de Lagoa Nova. Intelectual dedicou-se ao estudo da geografia, da estatística e ciências afins. Foi inspetor de ensino, advogado e representante do RN no Museu Comercial, no Rio de Janeiro, no começo dos anos de 1920. Em 1925 retornou a Natal para assumir o cargo de Secretário Geral do Estado, cargo conferido pelo então Governador José Augusto. Além de fundar alguns periódicos na cidade, trabalhou no Atheneu e foi Diretor da Imprensa Oficial do Estado (www.tribunadonorte.com.br/antecedentes/00123/viver11.html).

¹¹ José Augusto Bezerra de Medeiros foi um dos mais notáveis homens do Rio Grande do Norte e de projeção nacional. Foi Deputado Federal por várias vezes e por duas outras vezes Senador da República. É autor da famosa frase ao despedir-se da Câmara Federal nos anos de 1950: "Olhem minhas mãos. Vejam-nas. São limpas. Não têm cheiro de azeitona dos dinheiros públicos". Foi fundador do Partido Popular e da União Democrática. Governou o Rio Grande do Norte de 1924 a 1927 (DIÁRIO DE NATAL, 30/04/2004, FASCÍCULO POLÍTICA E POLÍTICOS, p. 7).

no litoral norte da cidade e a praia do Meio, na parte central da capital potiguar, sempre nos finais de semana, e acompanhada de amigos conterrâneos residentes na capital, como Salviano Gurgel, Nelson Nóbrega e Mário Gurgel, entre outros. Tinha por hábito, passar seus momentos de lazer à beira-mar.



Júlia Medeiros na Praia do Meio com amigos – Natal/RN (08/02/1925).

FONTE: Acervo particular de Alice Gurgel Guerra.



Júlia Medeiros na Praia da Redinha – Natal/RN (20/04/1925).

FONTE: Acervo particular de Alice Gurgel Guerra.

Esses ambientes, principalmente a praia da Redinha, eram locais de convivência de uma elite intelectual e econômica de Natal. A Redinha foi uma das primeiras praias de frequência dessa elite. O acesso para a referida praia era feito por meio de embarcações que saiam do porto da Tavares de Lira, com destino aos verdes mares daquela bucólica faixa de praia.

Entre momentos de lazer e estudo, Júlia Medeiros concluiu o Curso Normal em 1925, aos 29 anos de idade. A festa de formatura aconteceu no Teatro Carlos Gomes, na Ribeira, no dia 30 de janeiro de 1926. A imprensa caicoense registrou a sua formatura:

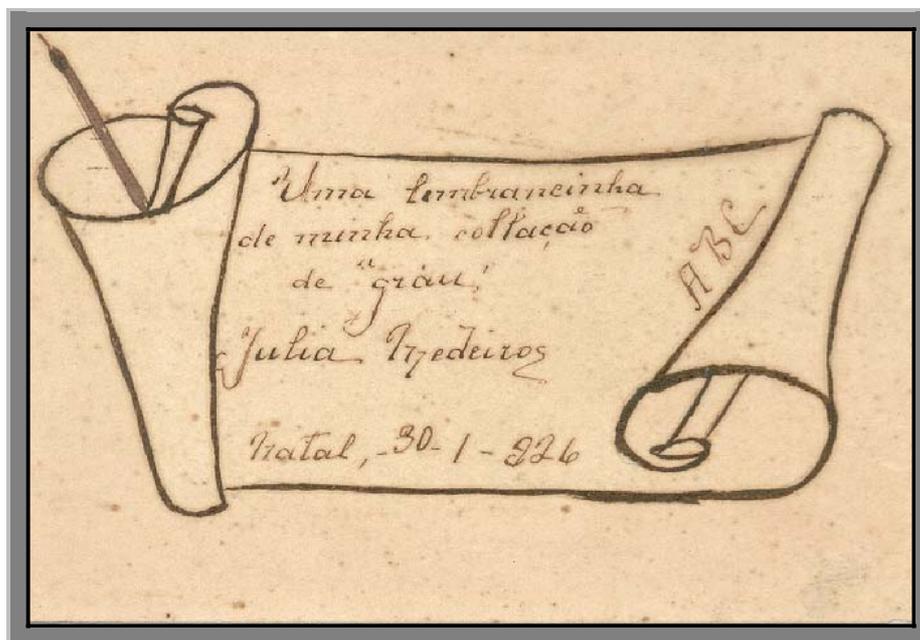
Conheço bem de perto a distinta perfilada que, hoje, não escapa à curiosidade de meu lápis. É uma das ilustres filhas desta boa terra, que à vista de seus esforços acaba de conquistar um título com o que muito há de lucrar o magistério do nosso estado. Possuidora de um excelente coração traz sempre um sorriso nos lábios, deixando-nos a impressão de que “a vida é um lago azul”. Ela é bastante decidida em suas resoluções, gosta muito de trocar idéias e os seus verdes olhos nos dizem que tem o espírito dado a fantasias (JORNAL DAS MOÇAS, 11/04/1926, p. 3).

Após receber o diploma de professora, Júlia Medeiros retorna a Caicó, no mesmo ano, com o objetivo de fundar um Externato infantil. Não tendo concretizado o seu desejo, tornou-se inicialmente professora particular na residência da irmã Julieta Medeiros, localizada na rua Padre João Maria, na praça da Igreja Matriz de Sant'Ana, onde havia se hospedado.



Formatura – Natal/RN (30/01/1926).

Fonte: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.



Lembrança da colação de Grau de Júlia Medeiros – (30/01/1926).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

A cidade de Caicó vivia a expectativa dos primeiros anos do governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927), pois era filho da terra, e seus conterrâneos vislumbravam um governo de muitas realizações para a região seridoense. Seu governo impulsionou a educação norte-rio-grandense, principalmente no Seridó. A ampliação da oferta do ensino primário com a inauguração da sede própria do Grupo Escolar Senador Guerra, um prédio moderno, com linhas neoclássicas, tornou-se referencial para a instrução de Caicó. Possivelmente, tal fato tenha dificultado o sonho idealizado pela professora Júlia Medeiros na empreitada de uma nova instituição infantil para aquela cidade.

Nesse mesmo ano, assumiu, como interina, a cadeira do Infantil-Misto suplementar. Assinou, perante o diretor da instituição, o professor Joaquim Coutinho, no dia 30 de junho de

1926, o termo de compromisso de professora interina da referida cadeira, iniciando suas atividades como professora em 1º de Julho de 1926.

Segundo Félix (1997, p. 24) “inicia-se assim uma história de respeito e dedicação. Júlia Medeiros representava os colegas em todas as festividades da escola”. Considerada excelente oradora. “Era afeiçoada à dramaturgia e à oratória, ainda na fase juvenil, quando ensaiava os tímidos primeiros passos de uma notável habilidade, que a fez ser destaque como oradora” (FERREIRA, 2004, p. 57). Nas visitas de personalidades, ela era figura sempre presente na recepção de autoridades e pessoas ilustres em Caicó. Por ser considerada excelente oradora devido a sua erudição, Júlia Medeiros estava sempre à frente desses eventos.

Foi assim numa das visitas da feminista Bertha Lutz ao Rio Grande do Norte, em 1928, na campanha pelo sufrágio feminino, como também na visita do Presidente da República Getúlio Vargas, em 1933. Não encontrei, no entanto, textos que registrassem suas palavras nessas ocasiões, o que me leva a crer que essa professora fazia o uso da prática do improviso em seus discursos. Comprovei tal fato quando entrevistei a sua sobrinha, Maria Julieta Dantas: “Ainda menina, recordo tia Júlia, quando morava com mamãe na nossa casa. Ela costumava decorar os discursos e depois improvisava com palavras vibrantes e pomposas”.

Paralelamente às suas práticas educativas, Júlia Medeiros conquistou espaço e respeito em sua cidade. Em 1926, foi convidada a fazer parte do quadro redacional do *Jornal das Moças*, e também escrevia na revista *Pedagogium*. Mais adiante, dedico um capítulo sobre sua prática nesse jornal e revista. Júlia Medeiros tornou-se uma das mulheres eminentes de Caicó. Segundo o historiador Aduino Guerra Filho, ela foi uma presença constante na vida de Caicó:

Foi professora, jornalista, a primeira mulher de Caicó a se alistar e a votar, como também a primeira mulher da cidade a viajar de avião e conhecer a cidade do Rio de Janeiro. Era amiga de Bertha Lutz e de vários políticos importantes do Seridó, entre eles Juvenal Lamartine, José Augusto, entre outros. Foi vereadora em Caicó.

Ao entrevistar o senhor Manoel Alves de Melo, então com 77 anos, em 2001, ele contou-me que Júlia Medeiros era admirada e gozava respeito na sociedade daquele município por atuar na vida pública da cidade. Segundo ele, além desses atributos, ela era uma mulher elegante. Vestia-se de forma impecável, dentro dos padrões da alta costura.

Foi, possivelmente, a primeira mulher em Caicó a usar a “cor preta sem simbolizar sentimentos de pesar pela morte de um parente” (FÉLIX, 1997, p. 32). Segundo o Padre Antenor, Júlia Medeiros foi também a primeira mulher a usar costa-nua em Caicó. Sua elegância era tão exacerbada, que foi convidada para ser manequim de prova da alta costura no atelier da senhora Maria do Vale Monteiro, devido as suas linhas e traços de elegância e beleza. Era comum às moças da sociedade solicitarem à referida costureira que a primeira prova dos seus vestidos fosse feita por Júlia Medeiros.

Constato, por meio de alguns dos seus escritos, a reprovação com relação às feministas que se comportavam de modo masculinizado e agressivo, como as inglesas, que quebravam vidraças e saíam às ruas fazendo alarde. Para Júlia Medeiros, não era necessário se comportar e ter atitudes masculinas para exercer funções desempenhadas por esse sexo. Esse sempre foi um dos seus objetivos: Ser igual nas diferenças, as diferenças entre os gêneros.

Apesar de simpática às causas das mulheres, Júlia Medeiros não desejava e não pretendia igualar-se ao homem. Para ela, a mulher moderna não deveria perder as delicadezas inerentes ao sexo feminino, como relata em um dos seus escritos: “a nossa força e o nosso prestígio representam a modéstia e a delicadezas inerentes ao próprio sexo (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p. 26).

Essa maneira de pensar estava presente no perfil de várias mulheres que atuaram na vida pública norte-rio-grandense, como Palmyra Wanderley, Isabel Gondin, entre outras, que atuaram no espaço público sem perder as características da delicadeza feminina.

O *Jornal das Moças*, em 29 de agosto de 1926, publicou o seguinte artigo intitulado o *perfil de Júlia Medeiros*:

Risonha e boa, de uma inteligência clara, com um coração que diz bem dos seus invulgares predicados. É uma das criaturas mais simpáticas da nossa elite que a estima na conta de um dos seus mais finos elementos de destaque. Hoje, dedica-se ao magistério e ao *Jornal das Moças* (p. 3).

Júlia Medeiros conciliou, durante toda a sua trajetória, as práticas pedagógicas com as atividades na vida pública de Caicó. Assumiu a direção do Hospital do Seridó¹² por volta de 1940. Tornou-se, então, pioneira na administração de instituições públicas naquela cidade. Ela quebrou a tradição dominante da presença masculina na administração pública, pois desde a sua inauguração essa instituição era dirigida por homens.

A experiência na direção do Hospital do Seridó durante cerca de 4 anos, como a sua vida pautada na vida pública da cidade, abriu caminhos para empreender outro cargo público, desta vez a Câmara Municipal. Candidatou-se a uma vaga de vereadora, na campanha eleitoral de 1950. Aos 55 anos de idade, afastou-se de suas atividades de docente no Grupo Escolar e enveredou pelo campo político.

¹² Hospital fundado por Aderbal de Figueiredo. Quanto à sua inauguração registram-se duas datas. A primeira aconteceu no dia 7 de agosto de 1926, com a presença de Washington Luiz que visitou Caicó em 06 de agosto daquele ano. A segunda inauguração aconteceu no dia 22 de agosto de 1929, quando visitava a cidade Juvenal Lamartine, então governador (MONTEIRO, 1999, p. 115).



Júlia Medeiros ao lado de Dinarte Mariz – Solenidade entre políticos em Caicó/RN. [195 – ?]

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Em 1951, Júlia Medeiros se elegeu vereadora, representando as mulheres da sua cidade, exercendo o mandato até 1954. Na eleição seguinte também conseguiu êxito, se reelegendo para o mandato de 1954 a 1958. Foi a sexta colocada. Encerrou sua vida política aos 62 anos.

Após encerrar o mandato de vereadora, encontrava-se cansada e doente. Deixou todas as suas atividades e passou a ficar isolada em sua residência na Avenida Seridó, nº 157, em Caicó. Passava dias ou semanas reclusa.

Em 1960, já aposentada, sua família decidiu transferi-la para Natal. Passou a residir na rua da Misericórdia, no bairro da Cidade Alta, região central da cidade. Lúcia Bruno, única vizinha que ainda reside na rua da Misericórdia, em 18 de junho de 2004, contou-me os detalhes dos últimos dias de Júlia Medeiros:

Lembro-me de “Rocas-Quintas”. Ela morava numa casa que foi demolida para a construção dessa praça, chamada Venceslau Brás. A prefeitura indenizou a família de Dona Júlia na administração do prefeito Vauban Faria, na década de 1970. Rocas-Quintas costumava dizer que foi uma mulher de destaque em Caicó, mas ninguém acreditava, nem eu. Vendo essas fotos e sabendo agora que ela foi uma mulher avançada, fico acreditando agora que ela realmente falava a verdade.

Morreu longe de sua terra, em 29 de agosto de 1972, aos 77 anos, no Hospital das Clínicas, em Natal, conforme certidão de óbito. Foi sepultada no cemitério Parque, no bairro Nova Descoberta, em Natal. Seu enterro aconteceu de maneira simples, sem as pompas e honras, como é costume em acontecimentos fúnebres de pessoas dos setores dominantes da sociedade caicoense. Na ocasião, apenas alguns vizinhos e familiares estiveram presentes.

Era uma mulher situada no seu tempo e que desejava ir além das possibilidades reservadas à mulher; habituada a circular com desenvoltura nos eventos culturais da cidade, durante os últimos anos de sua vida ficou confinada à indiferença das pessoas. Configura-se, assim, a vida e a prática dessa educadora que desejava contribuir fartamente para a construção da sociedade letrada norte-rio-grandense.



Júlia Medeiros – Natal/RN (1970).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Registro Civil das Pessoas Naturais

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

4º OFÍCIO DE NOTAS
CNPJ: 08.459.224/0001/78

MARIA DE FÁTIMA REBOUÇAS SAMPAIO
CPF: 107.920.664-72
TABELIÃ E OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
Av. Tavares de Lira, 83 - Ribeira - Fone: (0**84) 611.1188
CEP: 59.012-050 - Natal - Rio Grande do Norte
Shopping Cidade Jardim - Loja 60 - Capim Macio
Fone: (0**84) 217.0900 - CEP: 59.082-400
Natal - Rio Grande do Norte



1ª ZONA DA COMARCA DE NATAL

HUGO FRANCO SAMPAIO
CPF: 108.424.524-20
1º Substituto

IRALIZA REBOUÇAS SAMPAIO
CPF: 000.555.713-33
2º Substituta

Mário Alfredo Rebouças Sampaio
CPF: 000.690.884-54
3º Substituto

CERTIDÃO DE ÓBITO

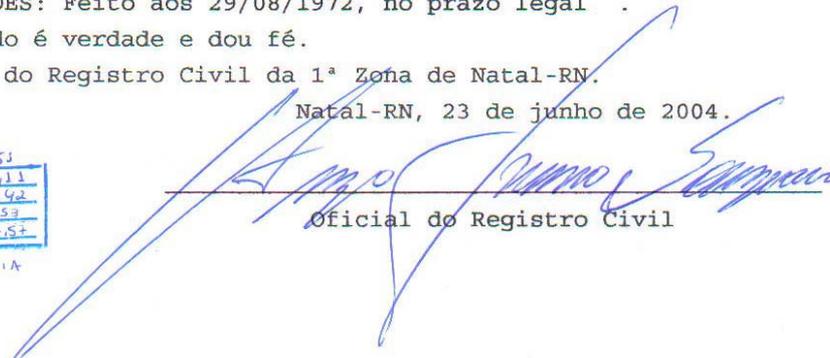
CERTIFICO que às folhas 42 do Livro "C", nº 115 registro de Óbitos, sob o nº 5.292, consta o assento de JULIA MEDEIROS, falecido(a) a 29 de agosto de 1972, às 04:35 horas, no(a) Hospital das Clínicas em Natal - RN, do sexo feminino, de cor branca, profissão professora aposentada, natural de Caicó/RN, domiciliado(a) e residente em Natal/RN, com 77 anos de idade, estado civil solteira, filho(a) de ANTONIO CESINO DE MEDEIROS e ANA AMÉLIA DE ARAUJO. Foi declarante Magno Fernando Vila, sendo o Atestado de Óbito firmado por Dr(a). José Eriberto da Rocha, CRM ***/**, que deu como causa da morte envenenamento, suicídio ?, sendo o sepultamento feito no cemitério do Parque em Natal - RN.

OBSERVAÇÕES: Feito aos 29/08/1972, no prazo legal .
O referido é verdade e dou fé.

Cartório do Registro Civil da 1ª Zona de Natal-RN.
Natal-RN, 23 de junho de 2004.

PC	—	RB 0,51
EMOLUMENTOS	R\$	27,11
FDJ	R\$	3,42
FRMP	R\$	2,57
TOTAL	R\$	32,57

de Vila



Oficial do Registro Civil



4º. Ofício de Notas
 Maria de Fátima Rebouças Sampaio
 TABELIÃ
 Hugo Franco Sampaio
 CPF - 108.424.52-20
 SUBSTITUTO
 Av. Tavares de Lira, 83
 NATAL-RN

Certidão de óbito de Júlia Medeiros (2004). FONTE: 4º Ofício de Notas de Natal/RN.

SEGUNDA PARTE

6 Caicó: uma docente e seu lugar



Catedral de Sant'Ana e o Arco do Triunfo – Caicó/RN (1958) .

FONTE: José Ezelino

Ao estudar a história de vida da professora Júlia Medeiros, configura-se uma época. Configuração compreendida, segundo a reflexão de Nobeit Elias (1970), como uma construção social global em constantes transformações, na qual estão inseridas as pessoas, suas ações e os elos de interdependências.

O conceito de configuração abordado por Elias (1970) demonstra que uma configuração se constrói por meio de redes de interdependências entre os sujeitos numa determinada sociedade.

Desse modo, uma configuração é uma formação social de dimensões mutantes, desde um jogo de cartas ou uma sala de aula, até uma nação, na qual os sujeitos estão relacionados entre si.

Compreendendo a sociedade desse modo, busco identificar e entender as diferentes relações sociais; as tensões, as estruturas entrelaçadas e móveis da sociedade caicoense, comunidade na qual Júlia Medeiros nasceu, viveu e atuou.

A cidade se fazia através dos pequenos problemas cotidianos, das pequenas dúvidas existenciais, das pequenas esperanças solares, Mas como era grande na valentia e espírito de realização de seus homens. Mas como era grande na beleza e borogodolência de suas mulheres (CIRNE, 2004, p. 23).

Evidenciar esse espaço favorece a compreensão dos movimentos dessa educadora. De acordo com Perrot (1991, p. 07), não apenas as mulheres, elas próprias são objeto da história, mas também o seu lugar, os seus papéis numa dada sociedade, enfim, as várias representações que se traduzem nas suas tensões e mudanças que possibilitam situar o tempo e o espaço dessas mulheres, “que associavam seus nomes ao esforço não apenas de educar gerações, mas inclusive de conquistar espaços e cargos sociais, transmitindo para o presente os valores e códigos que configuram a sociedade que se pretende evidenciar” (MORAIS, 2001, p. 09-10).

Desse modo, o espaço sócio-cultural desta investigação é a cidade de Caicó, que se situa na microrregião do Seridó Ocidental, inserida na Mesorregião Central, no estado do Rio Grande do Norte. Constitui o maior município do Seridó (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1997). A região está localizada no semi-árido nordestino, no Sertão do Seridó, área caracterizada pela escassez e instabilidade de chuvas, altas temperaturas, baixa umidade e uma paisagem marcada pela vegetação de caatinga.

Região encravada no sertão norte-rio-grandense, vítima das intempéries, como as secas, por exemplo, que Monteiro (1999, p. 88) cita como “terror do sertanejo”. Ele prossegue, dizendo

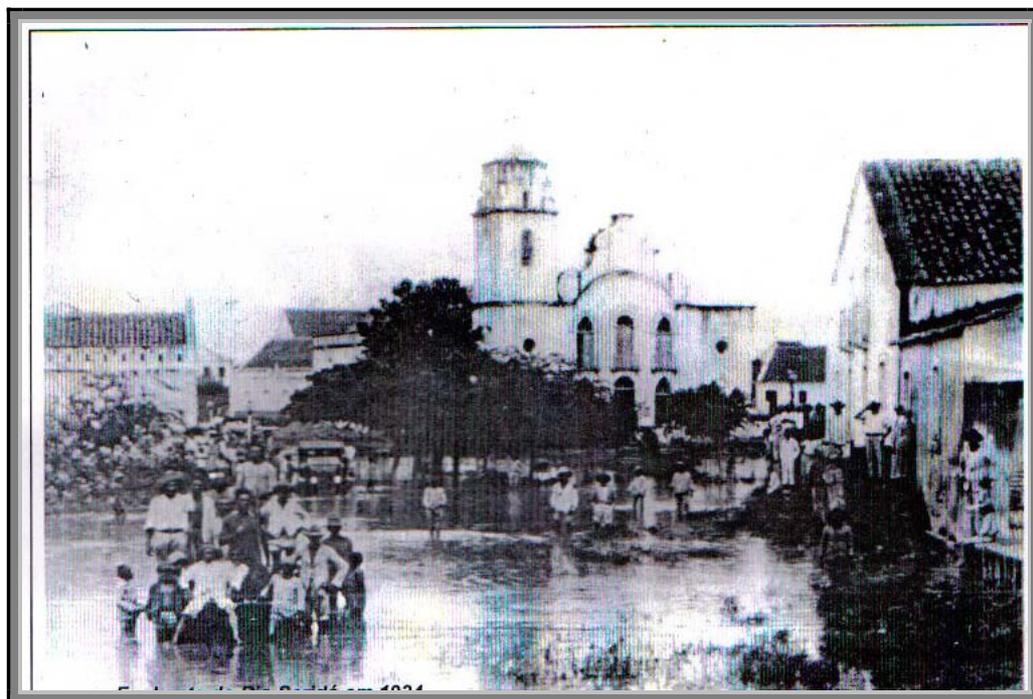
que as “secas destroem as propriedades, esfacelando-as, e estende um crepe de tristeza por sobre os campos ressequidos, áridos, mortos, sem sinal de vegetação e nenhuma gota de orvalho”.

Uma terra inóspita, castigada pela ação da natureza, mas de um povo bravo, trabalhador e cheio de esperança:

O sertão, com suas pedras mágicas, seu vento sonolento, sua aridez azul e previsível, seus alubrimentos crepusculares, sempre moldou homens e mulheres de fibra: o sertanejo de fibra, a fibra daqueles que sabem amar a terra, mesmo quando esta se torna seca e até mesmo, em certo sentido, pouco amistosa (CIRNE, 2004, p. 30).

Mesmo diante de um quadro natural desfavorável, o sertanejo da região seridoense, acima de tudo, era um forte. A sua fé em dias melhores para amenizar o sofrimento da seca, já que ela não dava trégua, era motivo de felicidade e agradecimento aos céus. A sua última esperança era a chuva.

As intempéries marcaram a vida do homem sertanejo acostumado com as grandes secas comuns na região. A década de 1920 registrou uma peculiaridade com relação ao clima da região. Ao contrário das secas, foram as chuvas em excesso que modificaram a paisagem do sertão e causaram danos, principalmente à zona urbana. As fortes chuvas levaram a cidade de Caicó a viver mais um período de calamidade pública em 1924.



Enchente do Rio Seridó – Caicó/RN (1924).

FONTE: Acervo particular de Joaquim Martiniano Neto.

Apesar da abundância de água vinda do céu, motivo de festa para os fazendeiros das áreas rurais, pois, desde então, poderiam alimentar o rebanho, tão sofrido por causa do clima adverso. Era muita água. Tanta, que os rios chegaram a transbordar, invadindo a zona urbana da cidade. Configurava-se, então, o inverno no Seridó.

Comemoração para uns, tristeza para outros. Paradoxalmente, o inverno desse período não causou somente alegrias. Muita gente foi vítima das águas e teve prejuízo. Animais foram levados com a enxurrada: bichos de estimação, vacas, entre outros, foram junto com as fortes chuvas. Até árvores foram dilaceradas nas ruas da cidade. Era a chuva, enfim, tão esperada em Caicó:

Em 1924 o inverno foi bom demais. Chuvas torrenciais caíam, ininterruptas, na época, justamente desejadas pelos fazendeiros. Os rios todos transbordavam [...]. O rio Seridó extravasou, de muito, as suas margens, e as águas barrentas que deixaram o leito vieram a Caicó, para ver a cidade adormecida [...] Vacas que desapareciam, burros que morriam, cachorros perdidos, porcos afogados, galinhas esticadas e árvores derrubadas, tudo se via nesses meses de chuvas e de contentamento (MONTEIRO, 1999, p. 90).

O ano de 1924 foi, portanto, atípico para o sertanejo, acostumado com a terra árida. A economia da região crescia. Caicó, mesmo com os incidentes naturais, também se revestia de modernidade.

O seridoense sempre primou pelo elevado espírito de independência, a exemplo de Júlia Medeiros, “pelo amor devotado à instrução, pela operosidade, jamais se rendendo à diversidade. Povo pacífico e ordeiro, quando ferido nos seus bríos faz despontar, na sua violenta reação, o velho espírito aguerrido dos seus longínquos antepassados (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 9).

Antepassados que a historiografia local aponta para uma certa divergência entre os processos de origem da região do Seridó e do município de Caicó, o que pode ser constatado no processo de ocupação e de organização do espaço situado no centro-sul do Rio Grande do Norte.

Iniciadas as primeiras construções, o lugar foi crescendo até ser constituído povoado no ano de 1748. O núcleo de crescimento da região girava em torno da capela. Há um emaranhado de lendas sobre a fundação da primeira capela, como afirma Monteiro (1999, p. 12-17). Segundo este autor, o fazendeiro Manuel de Sousa Forte, dono das terras onde está construída a cidade, foi quem mandou construir a capelinha, e nela colocou um pequeno vulto de Sant’Ana. Há quem diga que a tão falada capela é hoje a igreja do Rosário, remodelada e aperfeiçoada.

De acordo com Monteiro (1999, p. 12-13), é muito difícil saber com certeza a origem da cidade de Caicó, devido ao emaranhado de lendas em que envolvem a sua história. Lendas que o religioso ouviu dos velhos da cidade como, por exemplo, a que fala de um “fazendeiro de Jardim de Piranhas, procurando um touro que havia, há dias, desaparecido do curral. E nesta mata de

mofumbos deu com ele, mas o animal, parecendo um demônio, marchou, furioso, para derrubar o cavaleiro e o seu cavalo. O vaqueiro correu apavorado, fugindo à perseguição do touro, lembrando-se, porém, na aflição, de prometer uma capela a Sant'Anna, no lugar onde o touro o abandonasse. Olhando para trás, viu que o animal seguira outro caminho, desaparecendo”.

Outra lenda diz respeito a um fazendeiro que “vinha das bandas do Acari e que, perdido no intrincado mofumbal existente à margem do Rio Seridó, sem acertar com a saída, ajoelhou-se e prometeu a Sant'Ana construir-lhe uma capela naquele lugar, caso conseguisse encontrar novamente o caminho; assinalou, com uma cruz, o local da promessa. Montou, cavalo, de rédeas soltas, conduziu-o por uma vereda que antes não descobrira, até a estrada que seguia para o Acari. Voltando dias depois, o fazendeiro rico mandou construir a capelinha (1999, p. 12-13).

Partindo do universo lendário para os registros históricos sobre a origem da cidade de Caicó, encontram-se versões que procuram elucidar o mesmo acontecimento. Para alguns historiadores como, por exemplo, Cláudia Cristina do Lago Borges, no seu estudo intitulado *A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Caicó da Capitania do Rio Grande do Norte* (1997, p. 22), a cidade surgiu juntamente com a paróquia quando, em 1748, foi criada a *Freguesia de Sant'Anna* e, a partir daí, lançadas as bases para a construção da capela em uma região próxima ao Rio Seridó, que “estava, desde 1731, subordinado, eclesiasticamente, à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (Pombal-PB), só desligando-se em 1748, com a criação da freguesia de Sant'Anna. A criação dessa freguesia marcou o início da autonomia de Caicó”.

A outra versão remete a origem da futura cidade à antiga Casa Forte do Cuó, construída com o objetivo de abrigar as tropas que iriam combater os indígenas revoltos. Segundo Medeiros Filho (1998 p. 4)

No ano de 1683, já fora construída uma casa forte, conhecida como casa Forte do Cuó, de Acauã ou do Seridó. Fora a mesma edificada em consequência de haver eclodido um levante do gentio tapuia contra a presença dos brancos no sertão da Capitania. A casa Forte do Cuó foi construída no sítio Penedo, nas proximidades do Poço de Santa'Ana, na atual cidade de Caicó. À época, o Rio Acauã, chamado pelos tapuias de Queiquó, era considerado o principal, sendo o Rio Seridó um mero afluente. Havia também a Serra do Queiquó, depois chamada de Samanaú, hoje São Bernardo.

De acordo com o mesmo autor, em 1695, aconteceu o acordo de paz entre os janduís e o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo. Em decorrência, foram iniciados os trabalhos de construção da Capela de Senhora Sant'Ana, do Vale de Acauã, nas proximidades do Poço da Casa Forte do Cuó.

Posteriormente, com a conclusão da atual Matriz de Sant'Ana, cujos trabalhos foram iniciados em 1748, a antiga capela do Penedo passou a ser capela de Nossa Senhora do Rosário, vindo a desaparecer, entre os anos de 1789 e 1800, por causas não determinadas (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 4).

A ausência de unanimidade não envolve somente a questão do local de fundação da cidade, mas também com relação aos seus fundadores, prevalecendo duas vertentes: a do Padre Eymard L'Eraistre Monteiro e a do Dr. José Adelino Dantas.

O primeiro considerou o português Manuel de Souza Forte como fundador, pelo fato deste ter mandado construir, em 1725, uma capelinha (que Monteiro acredita ser a igreja do Rosário) onde colocou a imagem de Sant'Anna. O segundo, advogou por certo tempo, que caberia ao português, Manoel Fernandes Jorge, o título de fundador de Caicó, por ter sido ele o responsável pela edificação da Matriz de Santa'Ana, em 1748 (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO-CEPEJUL, 1982, p. 18).

Apesar das divergências históricas e lendárias apresentarem convergência no que se refere à igreja como o motivo de aglutinar populações, Monteiro (1999, p. 23) assinala que o lugar foi crescendo até ser constituído povoado no ano de 1748. Posteriormente, o povoado passou à

categoria de vila, com o nome de *Vila Nova do Príncipe*, no dia 31 de julho de 1788, em homenagem ao futuro rei D. João VI. Através da Lei provincial de nº 612, a vila passou a se chamar *Cidade do Príncipe*, no dia 15 de dezembro de 1868.

Em seguida, recebeu a denominação de Seridó, devido ao decreto de número 12 de 01 de fevereiro de 1890, no governo provisório. Mais tarde, o decreto número 33 de 07 de julho de 1890 estabeleceu que Seridó passaria a chamar-se Caicó, seu nome atual e pelo qual já era conhecida desde a época da sua fundação, por causa dos índios *caicós*.

O nome Caicó origina-se da língua indígena e, dentre as diversas versões, a mais aceitável é a que defende sua gênese a partir dos termos Acauã e Cuó, que designam acidentes geográficos, como rio e serra, respectivamente. O primeiro termo pertence ao idioma tupi, e o segundo, à língua dos tapuias tarairiús. Esses indígenas ainda identificavam rio pelo nome de “*quei*”. Dessas constatações, presume-se que “Caicó é uma corruptela de Queiquó, termo tarairiú significando rio do Cuó: o mesmo Acauã, pelo tupi” (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 144).

O povoamento do município deu-se em função da cotonicultura e criação de gado, entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse contexto, a cidade de Caicó vivia, basicamente, em função das atividades do campo baseadas no binômio algodão-gado.

A pecuária foi drasticamente afetada pela seca de 1877/1879, perdendo para o algodão a supremacia como atividade econômica. Os fazendeiros passaram a acreditar no algodão como fonte de renda, devido às condições de mercado, principalmente no Exterior.

O algodão típico produzido na região do Seridó é o chamado mocó ou Seridó. Esse tipo de algodão ficou internacionalmente conhecido, pois as condições de mercado externo se mostravam favoráveis à produção brasileira.

A evolução da cotonicultura norte-rio-grandense, até o final do século XIX, esteve, no decorrer de seu processo, articulada aos períodos em que o mercado internacional favorecia a

produção brasileira. Contudo, no que se refere mais especificamente ao Seridó, “o grande impulso da produção algodoeira inseriu-se no contexto da expansão do cultivo desse produto pelo sertão potiguar, após a grande seca da década de 1870, sendo marcada pela generalização do cultivo do algodão mocó ou seridó” (TAKEYA, 1985, p. 32).

A economia norte-rio-grandense, a partir do século XX, passou a ter no algodão o seu principal sustentáculo econômico, e o principal produto de fonte de renda estadual. Sobre isso, Cascudo (1984, p. 388) assinala: “O século XX pertenceu ao algodão, ano a ano, em marcha ascensional para a primeira renda orçamentária nos cálculos da receita. O sal ocupou, várias vezes, o segundo posto”.

O quadro promissor da economia da cotonicultura foi o responsável pela consolidação de Caicó e da Região do Seridó na economia do Rio Grande do Norte. As características climáticas e as condições do solo contribuíram para tornar aquela região uma referência na produção de algodão no estado.

Sobre a importância desse produto para a vida econômica e política daquele município, “a indústria é, indiscutivelmente, o algodão, principalmente o tipo clássico algodão “mocó”. “Este algodão é conhecido no mundo inteiro e é cultivado com interesse e esmero, em grande escala, pelos agricultores” (MONTEIRO, 1999, p. 28).

A crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu a um vislumbramento da importância política de uma parcela política da elite agrária do estado, em consonância aos interesses da produção e comércio do algodão. Desse modo, foram os grupos políticos do Seridó – considerada a mais importante área produtora de algodão do estado – que passaram a dominar o poder político nos anos de 1920, destituindo a oligarquia Albuquerque Maranhão, que representava a região do litoral norte-rio-grandense com a produção de cana-de-açúcar.

A oligarquia do Seridó foi representada pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros (1925-1927) e seu sucessor Juvenal Lamartine (1928-1930). Ambos, ligados à grande propriedade rural. A transição entre oligarquias manteve inalterado o quadro de denominação econômica e social interna do Estado, pois os mecanismos eleitorais do sistema coronelístico – oligárquico permaneceu a cabo, como também o monopólio da terra, como base da sustentação dessa estrutura de poder.

Caicó, como a maioria das cidades do nordeste brasileiro, representou exemplarmente as práticas culturais inerentes do coronelismo brasileiro. As famílias que colonizaram aquela região exerceram influências marcantes, tanto na política e na economia, quanto nos costumes e hábitos da cidade.

Ao assumir o governo do Rio Grande do Norte para o período de 1924 -1927, ao discursar, José Augusto Bezerra de Medeiros, elegeu, como prioridades essenciais do seu governo, a melhoria dos setores de saúde, a educação, através de uma política de combate ao analfabetismo, como também a produção algodoeira, que foi considerada como “prioridade por excelência” (MORAIS, 1999, p. 58).

A ascensão de uma oligarquia do Seridó implicou na elaboração e execução de uma política econômica para o estado que visava, essencialmente, favorecer a produção de algodão. Assim, na década de 1920, foram instalados o Departamento de Agricultura (1924), o Serviço Estadual do Algodão (1924) e o Serviço de Classificação do Algodão (1927).

A família de Júlia Medeiros tinha no seu seio econômico a cotonicultura, desde o século XIX. Tais incentivos à produção algodoeira, imprimidos pelo governo José Augusto Bezerra de Medeiros refletiram política e economicamente no poder político e econômico da família Medeiros.

Sobre o governo José Augusto, em artigo intitulado *Realizações*, Júlia Medeiros destaca as realizações desse administrador não só em âmbito econômico, mas também em outras áreas classificadas por ela como serviço de assistências sociológicas:

Na larga messe de benefícios que o governo José Augusto tem trazido ao Rio Grande do Norte, havemos de destacar, jubilosas, por que é o próprio feito espiritual do jovem estadista que dirige os nossos destinos, os serviços de assistência nas suas variadas expressões sociológicas (JORNAL DAS MOÇAS, 15/08/1926, p. 2).

Expressões sociológicas, segundo Júlia Medeiros, traduzidas nas realizações de caráter social como a saúde, a educação e modernização do estado, sobretudo, no que concerne à educação com a ampliação do ensino e a construção de prédios de inúmeros Grupos Escolares no interior do Rio Grande do Norte.

De acordo com Araújo (1998, p. 128), “a educação, a saúde, a agricultura, a reforma administrativa, o revigoramento da atividade industrial e uma política de desenvolvimento para melhoria das cidades interioranas das zonas econômicas mais prósperas, foram os pilares principais em que se assentou o programa político de José Augusto Bezerra de Medeiros para o quadriênio 1924-1927”.

Caicó, uma das zonas de importância da sustentação econômica, por meio do algodão, foi uma das cidades do interior do estado que mais recebeu benefícios. Sobre essas novas obras que contemplaram a cidade, Júlia Medeiros destaca a construção de obras de urbanização, a construção da sede do Grupo Escolar Senador Guerra, o colégio feminino Santa Terezinha e o Hospital do Seridó, entre outras realizações:

Estradas, pontes, escolas, colégios, toda expressão de atividade que se agita no nosso torrão amado tem tido, quase exclusivamente, para a tornar sensível e palpável a sua capacidade realizadora [...]. O hospital do Seridó que hoje se inaugura nas pompas da nossa alegria é fruto dessa ambição desmedida e insatisfeita de fazer o bem que caracteriza o governo José Augusto (JORNAL DAS MOÇAS, 15/08/1926, p. 2).

Conforme já assinali, o colégio Santa Terezinha foi a primeira instituição de ensino feminino de Caicó. Teve como ponto de partida, um movimento organizado pelo Cônego Celso Cicco e pelas chamadas famílias tradicionais para que se instalasse na cidade um educandário destinado à educação integral das mulheres (ARAÚJO, 1998, p. 146).

A folha do Centro de Imprensa Católica, denominada *Diário de Natal*, noticiou sobre esse fato: “As dificuldades trazidas pela reforma do ensino fizeram com que D. José desistisse de fundar o colégio para meninos, como era seu desejo, para convertê-lo em educandário de menina” (DIÁRIO DE NATAL, 28/10/1925, p. 4).

D. José Pereira Alves convidou a Congregação das Filhas do Amor Divino para dirigir a nova instituição educacional. De origem austríaca, a congregação aceitou a direção do novo colégio. Por causa disso, no dia 11 de outubro de 1925, passaram por Natal nove freiras com destino a Caicó. As despesas da viagem da capital a Caicó correram por conta de José Augusto Bezerra de Medeiros, então governador do Estado.



Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus – (1930).

FONTE: José Ezelino.

O colégio recebeu a denominação de Santa Teresinha em homenagem à santa francesa, cuja canonização coincidiu com o ano da fundação da escola. Segundo Moraes (1999, p. 60), o colégio foi inaugurado no dia 15 de janeiro de 1926, quando o espaço nas cercanias de suas instalações era, basicamente, desocupado. Hoje, inserido em plena área urbana, localiza-se à rua Visitador Fernandes, no Largo Santa Teresinha, centro da cidade.

As aulas do colégio se iniciaram no dia 01 de fevereiro daquele ano. A primeira diretora do colégio foi Madre Teresinha Werner. De 1926 a 1944 o Colégio Santa Teresinha era mantido com regular número de alunas, mas esse número não era suficiente para viabilizar o funcionamento daquela instituição:

Passou por muitas dificuldades, é certo, mas Deus não desampara os que lhe são dedicados. O comércio de Caicó viu-se obrigado, certa vez, a mandar víveres para as freiras para que não viessem a passar necessidades. O povo de Caicó é bom e generoso. E ainda que mais nem uma aluna se matriculasse no colégio, as freiras não haveriam de morrer de fome, enquanto houvesse um caicoense que oferecesse um saco de feijão ou uma cuia de batatas (MONTEIRO, 1999, p. 112-113).

Um dos maiores benfeitores desse Colégio foi o Monsenhor Walfredo Gurgel; que realizou, juntamente com as irmãs, melhoras na instituição, como remodelar a casa velha do Pe. Manuel Fernandes, transformando-a no moderno e artístico edifício. Para tanto, as irmãs empreendiam campanhas para angariar verba pelas cidades vizinhas, pedindo ajuda para o pagamento dos operários que estavam reformando o referido Colégio. Segundo Monteiro, as irmãs da congregação iniciaram as reformas do prédio sem nenhum recurso em mãos:

Sem possuir um tostão, as irmãs começaram, não sei como, a endireitar o colégio e tanto fizeram que terminaram acrescentando-lhe um andar. Era superiora Madre Francisca, filha de Caicó. Sempre os caiocoenses zelaram pelo que é seu [...]. Irmã Anita foi também uma das propulsoras do movimento de reforma do prédio. Com a direção e a responsabilidade do Monsenhor Walfredo Gurgel. Foi ele quem conseguiu dos amigos dinheiro emprestado para o término dos trabalhos (MONTEIRO, 1999, p. 113).

O Colégio Santa Teresinha foi palco de visitas ilustres. Em 1926, o então presidente eleito, Washington Luiz, esteve nas suas dependências para conhecer a instituição. Seguiram-se visitantes ilustres como Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo. Essa era uma instituição que impunha respeito e admiração no que se refere à educação das moças. Mesmo com esse prestígio, algumas professoras não concordaram com os seus métodos pedagógicos, considerados tradicionais, numa época em que os pensamentos escolanovistas ganhavam adeptos em todo o Brasil.

As inovações na sociedade norte-rio-grandense, na década de 1920, não se caracterizaram como um fato isolado, mas como parte do movimento de modernização do Brasil na Primeira República.

Essas mudanças se estendiam a diversos setores da sociedade, com destaque para o processo de urbanização das cidades, a ampliação da educação, do comércio e da indústria, e da melhoria na saúde pública.

Freyre (1951) investigando o processo de modernização ocorrido no Brasil, analisa as mudanças acontecidas no cotidiano das cidades como uma decorrência da decadência do Patriarcado Rural e do desenvolvimento urbano. Essas mudanças foram paulatinamente mudando o perfil do Brasil, se estendendo também para as pequenas cidades, a exemplo de Caicó, cujo cotidiano passou a mostrar os sinais das primeiras inovações por meio de criação de praças, como a praça do Mercado, posteriormente batizada de Praça da Liberdade. Criação da primeira banda de música (1876); fundação da biblioteca Clube 20 de janeiro (1884); surgimento do Núcleo de propaganda Republicana (1886); lançamento do jornal *O Povo* (1889); Fundação do Centro Republicano Seridoense (1889) e tipografia J. Renaud, considerada a primeira livraria informal, conclusão do prédio da Prefeitura Municipal (1890) e novos edifícios, que o jornal *O Povo*, em sua edição de 30 de novembro de 1890, critica, chamando atenção dos fiscais da Intendência

sobre a postura dessas novas construções na cidade: “Chamamos atenção do fiscal para os novos edifícios que se estão fazendo nesta cidade, para que não consista na transgressão das posturas. É proibido fazer latrinas com escoadouro para fora, entretanto elas estão aí bem novinhas”.

Havia, como registra o jornal, a preocupação com a construção de novos edifícios que correspondessem aos critérios de higiene e do asseio público, como também o escoamento de águas servidas pela população no seu uso doméstico:

A limpeza das ruas desta cidade está concorrendo muito para a boa salubridade pública. Mas não completamente, pois o estado interno de alguns muros neutraliza-a. Reprovamos muito a lavagem de roupa nos muros, e com especialidade nos pequenos, que não têm terreno suficiente para a infiltração das águas, ficando elas depositadas no solo com materiais gordurosos de cozinha sujeitas a uma imediata putrefação, donde emanam infecções miasmática, como há um muro muito acanhado de uma casa da Praça do Mercado, cujo vizinho tem o seu quarto de dormida e de visita contíguo a ele, onde vimos há pouco dias uma visita dar formidáveis engulhos e ficar com a cara de quem anda embarcado pela primeira vês, tudo resultado das exalações que vinham do referido muro (O POVO, 08/03/1891, p. 5).

Era presidente da Intendência Municipal, o tenente-coronel Francisco Antônio de Medeiros (1891) avô paterno de Júlia Medeiros. Apesar do jornal *O Povo* registrar, em suas páginas, as péssimas condições de higiene de alguns logradouros, a administração de seu avô, que durou apenas 13 meses. Ele deixou o cargo no dia 17 de março de 1891. Foi louvável, como assinala o mesmo periódico na edição de 12 de abril do mesmo ano:

A cidade que era uma acumulação de casas sujas e maltratadas, assentes sobre um solo imundo, hoje oferece um belo aspecto. A casaria está quase toda trabalhada de novo, e o solo da cidade vive em um estado de limpeza que jamais gozou. A dívida antiga teve começo de paga. Os empregados estão a dia, e os serviços da Intendência se faziam, com a maior regularidade possível, à contento de gregos e troianos. A feira cresceu e sua divisão foi um ato digno de louvor, pois satisfaz todas as ruas comerciais. O mercado, que era um acúmulo de tijolos e barro de aspecto entristecedor se acha rebocado, caiado, pintado, e com largas calçadas exteriormente, onde é feita parte da feira. E para consecução de tanta coisa útil e boa que há de perpetuar na memória de todos, essa administração que hoje o governador acaba, não foi preciso aumentar ou criar impostos (p. 6).

O processo de beneficiamento urbano se desenvolve nos primeiros anos da década de 1910, com a ampliação e abertura da Rua Seridó (1909), uma das principais avenidas do centro da cidade, logradouro público onde residiu Júlia Medeiros por mais de 40 anos.

Nas primeiras décadas do século XX, registra-se ainda uma grande movimentação artístico-cultural na cidade, com a criação da Sociedade Dramática Caicoense, em 1916, a criação da Biblioteca Olegário Vale, em 1919, e a criação da Aliança Feminina Teatral, em 1920.

A urbanização de Caicó se estendeu nas décadas seguintes. Faziam parte do processo de modernização das cidades, a estilização dos prédios públicos, a abertura de ruas planejadas, a criação de ambientes de convívio social e de lazer, a chegada da luz elétrica, entre outras benfeitorias que a modernidade proporcionou, sobretudo na região do Seridó, sob a administração de José Augusto (1925-1927).

A modernidade requeria novos espaços para o divertimento da mocidade, como, por exemplo, um clube dançante, como escreveu Renato Dantas: “uma das necessidades mais palpitantes do Caicó é a criação de um clube dançante (DANTAS apud OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Como resultado do projeto de modernidade, os indícios do progresso começavam a chegar a Caicó, na década de 1920. A cidade inaugurou sua rede de luz elétrica no dia 21 de abril de 1925, em substituição aos antigos lampiões manuais à querosene, instalados em 1909. Era prefeito, à época, o Cel. Joel Damasceno que, com regime de parceria ajustado com o Governo Estadual, conseguiu adquirir o segundo motor. Os postes se multiplicavam pela cidade que crescia.

O único motor que gerava a iluminação da cidade já não era suficiente. Foi através do Sr. Eduardo Gurgel de Araújo que um segundo equipamento ampliou a oferta de iluminação pública. Por fim, no dia 21 de novembro de 1937, após doze anos da chegada da luz elétrica, a cidade

pôde inaugurar a segunda etapa da sua iluminação. Era, portanto, a prosperidade, o espírito de modernidade que chegava a Caicó:

Caicó não é mais a velha cidade sertaneja de outrora, que não tinha nem luz, nem vida noturna, nem cinema [...]. A nossa querida “Urbe” se transformou por completo, de alguns anos para cá. Iluminou-se, criou – por assim dizer – alma nova: fez jus ao título invejável de “Capital do Seridó” (JORNAL DAS MOÇAS, 07/03/1926, p. 1).

Nesse cenário de modernidade e lazer da sociedade caicoense, encontro os percursos trilhados por Júlia Medeiros. Com a criação do primeiro jornal feminino de Caicó, em 07 de fevereiro de 1926, as moças da cidade passaram a atuar na imprensa de modo mais abrangente, e Júlia Medeiros tornou-se uma das suas redatoras. A proposta do *Jornal das Moças* era estabelecer um elo de comunicação entre as mulheres da sociedade caicoense, imprimindo na cidade o espírito de modernidade que o Brasil já vivenciava com a criação de diversas publicações femininas como os jornais cariocas: *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), entre outros, e as publicações femininas do Rio Grande do Norte, como o jornal *A Esperança* (1904-1909), da cidade de Ceará-Mirim, e a revista literária, *Via Láctea* (1914-1915), editada em Natal.

Sobre a chegada da folha feminina de Caicó, Júlia Medeiros destaca em artigo intitulado *crônica*, publicado na primeira página do *Jornal das Moças*, em 28 de fevereiro de 1926:

Não poderei me furtar ao dever de levar as minhas sinceras felicitações às ilustres filhas de nossa terra [...]. Acabam de dar uma prova de que não são indiferentes às lides do jornalismo indígena. Distanciada como estive de nosso meio, era sempre com precisão que acompanhava o evolucionar do progresso de minha terra [...] Não me surpreendeu o gesto de minhas dignas conterrâneas, lançando um jornal à apreciação do nosso público, no momento atual, em que o problema do feminismo vem preocupando as camadas sociais. O “Jornal das Moças” será, portanto, o porta-voz de uma plêiade de jovens que, tratando de desenvolver o seu espírito tão rico de inteligência, ocupe-se de modo particular pelo progresso e desenvolvimento de nossa terra (p. 1).

A professora Júlia Medeiros não poderia deixar de opinar sobre a criação de um jornal dirigido às mulheres, assim como nos grandes centros urbanos, onde as inovações culturais e tecnológicas já eram realidade. As mulheres já saíam às compras, e freqüentavam ambientes, como as casas de chá ou teatros:

As inovações culturais e tecnológicas trazidas aos centros urbanos afetaram as mulheres tanto quanto aos homens. Nas cidades as áreas habitadas pelas elites eram embelezadas e modernizadas, com transformações na iluminação, saneamento e transporte. Era crescente o número de mulheres, imbuídas de modernidade, que saíam às compras ou passeando nas principais via públicas, como rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro [...]. Com seus afins masculinos, as mulheres e as famílias mais finas, encontravam-se e passavam o tempo em casas de chá e teatros (HAHNER, 1981, p. 90).

Essas transformações da modernidade, como advoga Hahner (1981), também se refletiam no Rio Grande do Norte e, por conseguinte, chegavam a Caicó. Situada no seu tempo, Júlia Medeiros estava sintonizada com esse espírito de mudanças, pois viajava freqüentemente para a Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro. Em Caicó, ela também costumava freqüentar os eventos culturais, como as tertúlias literárias, o Café Comercial e o Cine-Teatro Avenida. De acordo com Oliveira (2003), esses locais, como as praças públicas da cidade, eram espaços de sociabilidade da mocidade e da população local. O Cine-Teatro Avenida e o Café Comercial eram ambientes muitos freqüentados pela sociedade.

O Café Comercial era pouco freqüentado pelas moças de Caicó por causa dos galanteios comuns ao ambiente:

O Café Comercial é muito comentado no *Jornal das Moças* por ser um recanto do recôndito masculino. Lá os rapazes visitam com o intuito de conhecer, retratar e desabafar os seus amores [...] É cúmplice dos pensamentos, desejos e decepções da mocidade masculina caicoense (OLIVEIRA, 2003, p.20).

Era nessa atmosfera que os cavalheiros se reuniam com a finalidade de contar seus amores, suas decepções, suas aventuras e suas mágoas. Esse ambiente povoava o imaginário

feminino e despertava curiosidade das moças, querendo saber se seus nomes eram citados e comentados naquele universo.

Muitas acompanhavam o movimento do Café pelas páginas do *Jornal das Moças* que, costumeiramente, noticiava o movimento e sua freqüência aos sábados, domingos e segundas-feiras, dias mais concorridos do local.

A professora Júlia Medeiros circulava pelo referido Café e tornou-se uma das poucas freqüentadoras do sexo feminino. Detentora de um grande círculo de amigos masculinos, entre os quais os seus colegas jornalistas Renato Dantas, José Gurgel de Araújo, costumeiramente conversava e se informava sobre a política, a economia local, e sobre os romances da cidade e futuros namoros. Esses assuntos eram pautados nas futuras edições do jornal do qual era redatora. Ela freqüentou ambientes culturais, políticos e boêmios, principalmente locais de reduto masculino. Circulava pelas ruas de Caicó, guiando o seu próprio veículo, um carro Ford 1929.

Tal acontecimento só não causou mais espanto do que a chegada do primeiro veículo a Caicó. Segundo Monteiro (1999, p. 102) a cidade conheceu o automóvel no dia 27 de março de 1919, às 7 horas da noite. Seu proprietário era Manuel Coriolano de Medeiros. Foi um acontecimento que parou a cidade. Não ficou ninguém dentro de casa porque todo mundo queria ver os dois olhos acesos do pé-duro. Os meninos se espantaram, temendo tratar-se da “besta-fera”. Ele diz que onde o carro parava, era uma loucura. Ele ficava rodeado de gente curiosa, que logo se dispersava, num susto, quando o motorista acionava a buzina. Houve gente que nem quis mais jantar ao ver de perto um automóvel.

O Brasil passava por um processo de industrialização. Em 1917, instalou-se, no país, a primeira linha de montagem da Ford. Esta, localizou-se, primeiramente, num armazém alugado na Rua Florêncio de Abreu, em São Paulo, com 12 funcionários. O primeiro projeto

era a montagem do famoso modelo T. Aqui, carinhosamente apelidado de "Ford Bigode", e, já no ano seguinte eram montados os primeiros caminhões.

Em 1925, chegou ao Brasil a General Motors, instalando-se primeiramente num armazém arrendado na Avenida Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Veio com um capital social de dois mil Contos de Réis. Logo de início, tinha capacidade para montar 25 carros por dia. Com o grande sucesso das vendas, ao término desse mesmo ano, a empresa contabilizava 5.597 veículos vendidos, obrigando a fábrica a aumentar a produção diária para 40 veículos.

Eram os primeiro passos da indústria automobilística que produzia veículos que se espalhavam pelos quatros cantos do Brasil, como símbolo da modernidade daquele período. Júlia Medeiros reproduzia, na sua terra, o comportamento das mulheres brasileiras, sobretudo as do Rio de Janeiro que, de acordo com Hahner (1981, p. 90), com o “advento da modernidade estavam rodando em automóveis e freqüentando cinemas”. Para a cidade de Caicó dos anos de 1920 era espantoso ver uma mulher dirigir um carro.

Ao possuir seu próprio veículo, Júlia Medeiros imprimia seu comportamento independente, que rendeu-lhe versos cantados nas calçadas da cidade: “Júlia Medeiros, no seu carro Ford, virou a princesa do caritó” (Félix, 1997, p. 32).

Diz a tradição no sertão, que se uma moça com aproximadamente 25 anos de idade, permanecesse solteira era motivo de preocupação na família. Segundo tradição, ela estava entrando na fase denominada “O último tiro da macaca”. Seria, portanto, a última esperança de se casar. Caso contrário, se tornaria moça no “caritó”.

De acordo com Cascudo (1977b, p. 142-143), na sua obra *Locuções Tradicionais do Brasil*, a expressão “Morte da macaca”, nos veio dos Galibis das Guianas e é pouco usado no Brasil letrado. Ele explica:

Morte da macaca significa desgraçada. Pela terminação feminina, o português julgou-o feminino, concordante com o gênero de morte [...] seria, inicialmente, morte de macaca, sucumbir com ela, caçada a tiro de pedra, flecha e bala. Macaca passou a ser infelicidade [...] Dar tiro na macaca significa ficar sem casar, perder as esperanças.

Segundo depoimento de moradores e populares da região, a referida expressão é caracterizada em três fases: O “primeiro tiro da macaca” seria por volta dos dezoito anos de idade. O “segundo tiro da macaca”, por sua vez, era aos 21 anos de idade aproximadamente, e, por fim, aos 25 anos, a última esperança.

Era a cobrança do comportamento das moças da época, pois toda mulher deveria se casar, caso contrário, ficaria no “caritó”. Este termo faz referência a um móvel, uma prateleira bastante usual chamada de “caritó”, que era localizado no canto do quarto ou sala das residências sertanejas (ROSUT, 1994, p. 180).

Dessa maneira, a mulher sem marido, sem o cônjuge, estaria destinada “a ficar esquecida, no canto, tal qual o móvel dos sertanejos, sendo, portanto, comparada ao caritó. Ainda sobre esse fato, o escritor Janúncio Bezerra da Nóbrega, filho de família tradicional do Seridó, escreveu em seu livro *Saudades do Seridó* (1978, p. 71) alguns provérbios, máximas e sentenças do sertão. Ele assinala: “Moça velha é caritó”.

Parafraseando Félix (1997), Júlia Medeiros chegou a ser pedida em casamento pelo farmacêutico José Gurgel de Araújo, mas recusou o convite. Solteira, dedicou-se às atividades educacionais e contribuiu para o progresso da sua cidade.

A prosperidade chegava também a Caicó por meio do cinema moderno. Segundo Cirne (2004, p. 118), o Cel. Celso Dantas trouxe para Caicó, no dia 27 de dezembro de 1936, o cinema moderno, um cine falado. O primeiro cinema de que se tem notícia em Caicó funcionou na Intendência Municipal, durante a festa de Sant’Anna de 1910. A cidade só veio conhecer uma sala de exibição em meados de 1925. Monteiro (1999, p.99), diz que foi no dia 25 de julho de

1925 que Eunico Monteiro inaugurou, num prédio próprio, pertencente a uma sociedade, um cinema de sua propriedade.

Sobre as sessões do Cine Theatro Avenida, da empresa cinematográfica E. Monteiro, registra-se a exibição desses filmes em parte, como se fosse um seriado cinematográfico. A cada domingo, um capítulo da película levava grande público às dependências do cinema:

O cinema Avenida apresenta um drama que sensibiliza, pelo enredo tocante e pelo desempenho magistral, tornando, assim, digno de nossa seleta platéia. “Amor de mãe”, cinco maravilhosas partes de uma produção especial da renomada fabrica Nordisk. “Amor de mãe” é um drama onde predomina o sentimento, pelo que tem sido constantemente aplaudida esta película em todos os cinemas onde é exibido (JORNAL DAS MOÇAS, 07/03/1926, p. 3).

Júlia Medeiros freqüentava as sessões dominicais do Cine-teatro Avenida, e circulava pelas rodas sociais após a exibição dos filmes do referido cinema. Em 1936, Caicó inaugurou o Cine Pax, na Praça da Liberdade:

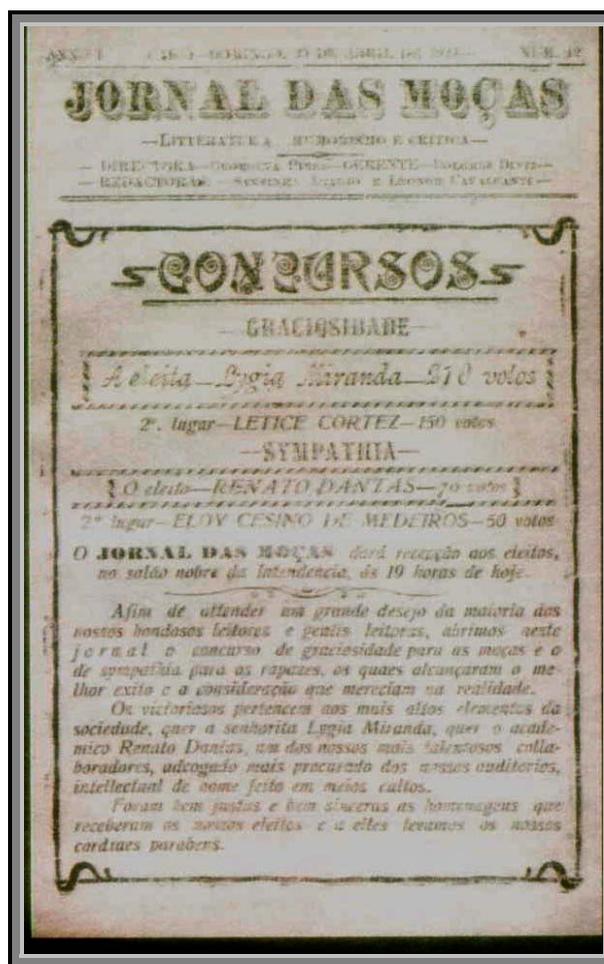
O cinema Pax, na Praça da Liberdade, em pleno coração da cidade, representava para mim, o centro mitológico do universo. Por ele passavam figuras como Ava Gardner, Jonny Weissmuller, Glenn Ford, Durango Kid, Esther Williams, Cantinflas, Oscaritos, Grande Otelo, Humphrey Bogarth, Maria Feliz, Maria Antonieta Pons. Não importa se era um cinema-poeira, com um só projetor. Som de qualidade duvidosa. Seus 298 lugares guardavam toda a magia do mundo (CIRNE, 2004, p. 117).

De acordo com Cirne (2004), esse cinema foi o cinema dos sonhos, pois dos seus projetores ganharam vida películas famosas como *Luzes da Cidade* (1931), de Charles Chaplin, *Gilda* (1946), de Charles Vidor, *O ébrio* (1946), de Zequinha de Abreu, *Sansão e Dalila* (1949), de Cecil B. De Mille, entre outros. O Cine Pax teve vida longa e suas exibições aconteceram até a década de 1960.

Além das concorridas sessões de cinema, a cidade de Caicó também vivia os seus festivais culturais, como os concursos de graciosidade e simpatia. Esses eventos eram

promovidos pelo *Jornal das Moças*, sob a organização das professoras e editoras do jornal, Georgina Pires, Dolores Diniz e Júlia Medeiros.

Ao conversar com o historiador Luciano Nóbrega, ele assinalou que havia em Caicó concursos desse gênero, como a escolha da mais graciosa, a mais bela. Esses concursos eram oportunos para reunir a nata da sociedade caicoense, representada pelas professoras Júlia Medeiros, Georgina Pires, Santinha Araújo, entre outras, diz Nóbrega. Ele assinala também que a votação era feita com cupons publicados nas páginas do jornal, e geralmente depositados em uma única urna, num local determinado, geralmente na Praça da Liberdade.



Anúncio do concurso promovido pelo *Jornal das Moças* (26/04/1926).

FONTE: Acervo particular de Nemias Gurgel.

O concurso de 25 de abril de 1926 movimentou a sociedade local, num evento de grande porte, realizado na Intendência Municipal. Segundo a imprensa caicoense, foram eleitos como a mais graciosa, Lygia Miranda com 210 votos e o mais simpático, Renato Dantas, com 70 votos:

O Jornal das Moças dará recepção aos eleitos no salão nobre da Intendência, ás 19 horas de hoje [...]. Os vitoriosos pertencem aos mais altos elementos da sociedade, quer a senhorita Lygia Miranda, quer o acadêmico Renato Dantas, um dos nossos mais talentosos colaboradores, advogado mais procurado dos nossos auditórios, intelectual de nome feito em meios cultos. Foram bem justas e bem sinceras as homenagens que receberam os nossos eleitos e a eles levamos os nossos cordiais parabéns (JORNAL DAS MOÇAS, 25/04/1926, p. 1).

O evento aconteceu no salão nobre da Intendência Municipal. A professora Júlia Medeiros foi uma das responsáveis pela primeira parte do evento e discursou no ato de número nove do festival. O seu discurso teve como título “A importância da dança na sociedade”. Sobre o referido discurso, não encontrei indícios.

A segunda parte do evento, oportunamente após as palavras de Júlia Medeiros sobre a importância da dança, abriu-se o salão para o baile e o chá. A orquestra animou a noite ao som de fox-trot, tangos e outros ritmos. A elegância e o requinte das mulheres caicoenses se destacavam nesses eventos culturais da cidade.

Ao entrevistar Eldi Monteiro, nascida na cidade, ela enfatizou que as mulheres de Caicó eram vaidosas e requintadas. Segundo ela, a moda ditava o seguinte percurso: Paris-Rio-Caicó. Ou seja, as senhoras da sociedade estavam sintonizadas com os grandes centros produtores de moda, como Paris, na França e a Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro. Ela relata também que uma das mais famosas e solicitadas costureiras da cidade, Maria do Vale Monteiro, foi a Recife exclusivamente fazer um curso de corte e costura. A mesma chegou a produzir vestidos de noiva que eram encomendados por outras pessoas das mais diversas partes do Brasil.

De acordo com Carvalho (2002, p. 52), a vaidade das mulheres veio à tona na década de 1920. As coisas começam a mudar em termos de comportamento feminino, e moda é, para alguns, o indício de avanço das mulheres em busca de sua emancipação.

A imprensa do Estado, sintonizada com esse novo comportamento, passa a publicar assuntos relacionados à moda. O jornal *A República*, por exemplo, em sua edição de 13 de outubro de 1926, registra sobre o concurso de beleza promovido por um jornal local: “Reuniu-se ontem pela manhã, na sala de trabalhos do jornal *A República*, a comissão julgadora do Concurso de Beleza promovido pelo jornal do Comércio, sob a presidência do Dr. Manuel Onofre”.

Carvalho (2002, p. 52-53) comenta que somente três anos depois, em março de 1929, o jornal *A República* promoveu em Natal o concurso para eleger a primeira Miss Rio Grande do Norte. “A etapa inicial contava com a participação de milhares de votos enviados pelo público, e na última fase por um júri selecionado. Este concurso mobilizou toda a sociedade natalense, gerou enorme polêmica sobre a questão da beleza física feminina”.

Beleza representada por meio da presença de Júlia Medeiros nos principais eventos da cultura, das artes, da política e da educação. Júlia Medeiros conquistava espaço, se movimentava na sociedade e adquiria prestígio como mulher intelectual, educadora e erudita.

A visita do presidente Washington Luiz, em 6 de agosto de 1926, foi um grande acontecimento que mobilizou a sociedade caicoense. O presidente eleito chegou a Caicó por volta das 20 horas, vindo da Paraíba. Segundo Medeiros (1980), as ruas da cidade estavam iluminadas e ornamentadas com bandeiras. Ao chegar, foi saudado com 21 tiros e a banda de música da cidade. A saudação de boas vindas, em nome da terra, ficou a cargo do acadêmico Renato Dantas.

Segundo Guerra Filho (2001, p. 131), serviram à mesa as graciosas senhorinhas Ignez Dantas, Belkiss Monteiro, Lectice Pegado, Paulina Medeiros, Ilka Brito, Chicuta Nolasco¹³ e Júlia Medeiros. No jantar oferecido ao presidente, do qual participaram o governador do Rio Grande do Norte e demais membros da sua comitiva, Júlia Medeiros fez-se presente servindo à mesa, juntamente com outras moças da elite local. Sobre esse jantar, Júlia Medeiros escreveu no *Jornal das Moças* de 15 de agosto de 1926:

Às 21 horas realizou-se o jantar oferecido a Sua Excia na residência do coronel Celco Dantas, onde se achava hospedado, tendo ao champagne discursado o sr. Governador José Augusto que disse do contentamento que experimentava ao ver em sua terra o estadista emérito a quem dentro em breve seriam confiados os destinos do Brasil. O Dr. Washington Luiz agradeceu comovido a saudação que lhe era feita e disse da impressão agradável que experimentava no solo árido do alto sertão nordestino (p. 1).

Servir à mesa não fez de Júlia Medeiros uma cidadã de segunda classe. Sua presença representava, para a sociedade caicoense, a educação e as boas maneiras da mulher da elite do Seridó. Ela, filha de uma elite rural e educada nos melhores colégios da capital norte-rio-grandense, com certeza, era conhecedora das regras de etiqueta. Até hoje seus conterrâneos recordam dessa professora como umas das poucas mulheres do Estado a circular entre as principais autoridades do Rio Grande do Norte e do país. Júlia Medeiros foi testemunha ocular dos fatos que marcaram a história de Caicó do seu tempo.

O presidente Washington Luiz inaugurou o Hospital do Seridó no dia 07 de agosto de 1926. Depois da solenidade, dirigiu-se para o Grupo Escolar Senador Guerra, onde foi recebido

¹³ Francisca Nolasco Fernandes (mais conhecida como D.Chicuta) é objeto de pesquisa de Maria Arisnete Câmara de Moraes que publicou os artigos: *Tributo à Mestra Chicuta, intelectual de Mérito*, na revista cultural *PREÁ*, em dezembro de 2004; *A escola da Mestra Chicuta*, na *Tribuna do Norte*, em 6 fevereiro de 2003; *História da escola normal de Natal: memórias da professora Francisca Nolasco Fernandes (D. Chicuta 1908-1995)*, nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação realizado em Natal, em 2002 e publicado pelo Núcleo de Arte e Cultura da UFRN – NAC.

pelo diretor Joaquim de Farias Coutinho e pelo corpo docente da instituição. Os professores, sob a coordenação de Júlia Medeiros, prestaram homenagem, em fila, e aclamaram o presidente eleito e o governador José Augusto, oferecendo-lhe flores.

Júlia Medeiros registrou, no *Jornal das Moças* em 15 de agosto de 1926, as suas impressões sobre a visita da autoridade:

O Caicó exaltou de contentamento ao receber a semana última a honra insigne da visita de S. Excia. O Sr.dr. Washington Luiz, Presidente da República. Recebidos com honras a que tem direito pelo alto cargo para que foi escolhido pela soberana vontade nacional, o futuro mentor dos destinos da nossa Pátria aqui chegando, acompanhado do Exmo. Sr. Governador do Estado, que fora ao encontro de S. Excia nas fronteiras do Rio Grande do Norte recebeu as manifestações mais vivas, mais espontâneas, da simpatia popular (p. 1).

No entanto, era na festa em homenagem à padroeira da cidade, que toda a sociedade de Caicó celebrava o culto a Santa'Ana. A festa da padroeira teria começado com o início da edificação da matriz, em 1748. Segundo Cirne (2004), a matriz era o centro religioso, social, cultural e público da antiga cidade do Príncipe. De acordo com ele, não é possível determinar a data em que a Festa de Santa'Ana, além de religiosa, passou a ser profana, resultando num grande acontecimento social. O jornal *O Povo*, na edição de 03 de agosto de 1890, registra os festejos da referida festa:

Terminaram em plena paz, no dia 27 do passado, os festejos da Gloriosa Senhora Santana, padroeira desta paróquia. A concorrência de povo excedeu à expectativa. As novenas fora, abrihantadas com fogos de artifícios [...]. Os festejos exteriores abundaram também. O comércio teve a sua semana de animação, e os pobres pais da família gemeram deveras nas unhas dos negociantes, para poderem dar conta das meninas trajadas no rigor (p.4).

O historiador Manoel Dantas assinala, em sua obra *Homens de outrora* (1941), que por volta de 1834 era freqüente todos os fazendeiros abastados irem anualmente a Recife fazer compras, de modo que, daquela cidade, traziam sempre as últimas novidades do vestuário e as famílias primavam pela boa apresentação dos seus. “Todos muito bem: as mães em suas galas de

jóia, rendas e leques; as moças com luvas e flores; era um convite à boa educação dos rapazes, de prestigiar sua dama com cuidado de nem amassar a flor da cintura.” (TRINDADE, 1983, p. 33).

A família Medeiros, não fugia à regra das famílias tradicionais, que primavam pelo luxo e requinte de seus membros nos eventos da Festa. Suas filhas, entre elas Júlia Medeiros, participavam com vestidos luxuosos e adornos como jóias, entre outros. Em entrevista concedida para esta pesquisa, em Junho de 2004, Maria Julieta Dantas contou-me que o fazendeiro, Antonio Cesino, costumava forrar com tecidos as carroças puxadas a boi, com objetivo de transportar as filhas. Todas vestidas no melhor estilo da moda parisiense da época, da zona rural para a cidade. Esses meios de transportes ainda ganhavam enfeites e ornamentos para as festividades da Padroeira.



Júlia Medeiros e moças na Festa de Santa' Ana – Caicó/RN (1927).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.



Júlia Medeiros (1926).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Júlia Medeiros e suas irmãs costumavam colaborar com a paróquia nos bailes mais concorridos, vendendo flores de papel aos cavalheiros da cidade, colocando-as na lapela dos moços que estavam dispostos a colaborar financeiramente com a Festa.

As festas, de um modo geral, têm uma diversidade de funções que excedem a diversão. As ocasiões festivas são propícias para a sociabilidade, encontros e desencontros, discriminação e ostentação de poder.

Perrot (1992), ao analisar os espaços masculinos, femininos e mistos na cidade de Paris do Século XIX, destaca o baile como o ápice da sociabilidade popular, da burguesia e da aristocracia dessa época. Segundo ela, o baile tem múltiplas funções: reagrupar a comunidade étnica, profissional, de bairro. O baile é, sobretudo, um evento que supõe o processo de aculturação e de encontro entre os sexos, constituindo-se, desse modo, de um espaço no qual se busca o desejo, carregado de desafio e de paixão.

Os bailes eram organizados, assim como os mais tradicionais da Festa de Sant'Ana, de maneira a permitir a participação apenas da elite. A população menos favorecida economicamente tinha acesso aos eventos religiosos, como as novenas, as missas e a procissão pelas ruas da cidade. Para coibir a participação de pessoas fora das altas rodas sociais, era nomeada uma comissão de recepção, que ficava à porta de acesso das festas, juntamente com uma banda de música, anunciando a chegada de cada família.

A cidade de Caicó teve a sua formação colonial e agrária, vivendo a transição do domínio rural para a vida urbana, adotando práticas particulares da vida moderna de modo desigual, e favorecendo especialmente camadas sociais que tinham o domínio político-econômico.

A arquitetura da cidade tem o predomínio de características simples em suas linhas. A parte mais antiga de sua arquitetura situa-se na Avenida Seridó. No conjunto arquitetônico da área central da cidade, se destacam o sobrado do Padre Francisco de Brito Guerra, construído em

1811, o Museu do Seridó, antiga Cadeia Pública da Vila do Príncipe, sede do Senado da Câmara, a Biblioteca Olegário Vale.



Sobrado do Padre Francisco de Brito Guerra (2003).

FONTE: Gilton Filho.

Observando a evolução arquitetônica da cidade, segundo a pesquisa da professora Maria das Dores Medeiros, intitulada *Seridó Antigo: história e cotidiano* (1997), destacam-se algumas residências no seu acervo arquitetônico, como o casarão da família Nóbrega e o casarão do Morro da Graça. Ambos construídos nas primeiras décadas de 1900.

Alguns prédios públicos da cidade merecem destaque pelo estilo. A sede da Prefeitura Municipal de Caicó, datada de 1890, é um deles. Cito também o Mercado Público, cuja construção foi iniciada pelo Cel. Joaquim Martiniano Pereira e concluída pelo Cel. Celso Dantas, em 1918.



Sede da Prefeitura Municipal de Caicó (2002).

FONTE: Herberth Macêdo



Frontão do Mercado Público de Caicó (2002)

FONTE: Xico Brito.

Destaca-se na cidade o conjunto arquitetônico de caráter religioso. Pode-se observar a Catedral de Sant'Ana, em estilo eclético, e o Arco do Triunfo, localizado na Praça Monsenhor Walfredo Gurgel, em frente à Catedral de Sant'Ana. O Arco representa uma homenagem à passagem da imagem peregrina da Nossa Senhora de Fátima pela cidade, em 22 de novembro de 1953. A obra, um arco sobre duas colunas, feito em alvenaria, medindo 9 metros de largura por 15 metros de altura tem, em sua parte superior, uma imagem de Nossa Senhora de Fátima de três metros e meio de altura. “Foi idealizada por Dom José Avelino Dantas, segundo bispo da cidade, e inaugurada em 15 de agosto de 1958” (MORAIS, 1999, p. 50). Outro templo católico que também merece destaque, devido à beleza de seus traços, é a igreja do Rosário, construída em 1864, e localizada vizinha ao prédio da Prefeitura Municipal.



Catedral de Sant'Ana – Caicó/RN (1930) - FONTE: José Ezelino.

Demonstrar a cidade de Caicó nesta pesquisa significa também evidenciar a história das mulheres, a história da professora Júlia Medeiros. A história da cidade não foi somente escrita pelos homens. As mulheres também ocuparam o cenário local, através das práticas cotidianas de Caicó. Júlia Medeiros interagiu com o projeto de modernização que se alastrava pelo Rio Grande do Norte, principalmente em sua comunidade.

7 O Grupo Escolar Senador Guerra



Grupo Escolar Senador Guerra (2004).

FONTE: Gilton Filho.

O anseio pela instrução em Caicó remonta a época dos primeiros povoados. De acordo com Araújo (1998), a região era habitada por gente da melhor estirpe, oriunda do Reino, como os ancestrais de Júlia Medeiros, ou vinda das capitanias da Paraíba e Pernambuco.

A partir dos anos de 1800, era tradição das elites da região do Seridó manterem uma relação social e econômica com as cidades de Olinda e Recife, em Pernambuco, em virtude da

hegemonia comercial e social, principalmente da capital pernambucana, que exerciam a supremacia econômica sobre as demais capitais do Nordeste.

Por ser centro comercial da região, era comum a ida dos comerciantes do Seridó a Recife para transações comerciais. Araújo (1998) assinala que os negócios financeiros naquela praça giravam em torno das exportações de algodão pelo porto de Recife, visto que o Seridó era um grande produtor e de compras referentes às últimas novidades em matéria de vestimentas e adornos.

Em decorrência dessas relações comerciais e sociais com as duas cidades pernambucanas, as famílias tradicionais seridoenses enviavam seus filhos, para a Faculdade de Direito, em Recife, e o Seminário de Olinda para os estudos maiores. Para essas famílias, a educação escolar “era considerada o caminho de preparação de letrados e bacharéis para as carreiras de funcionário público, do sacerdócio e do profissionalismo político, de acordo com as formas de trabalho próprias das elites, em uma sociedade de economia agrária” (ARAÚJO, 1998, p. 46).

Em consonância com esses princípios, como também a orientação pedagógica da Metrópole, as Escolas de Primeiras Letras, também conhecidas como escolas menores, foram criadas em Caicó (na época, Vila Nova do Príncipe), a partir do regime de educação doméstica, que consistia na orientação de um professor, denominado mestre-escola, ou de um padre ou capelão, como foi o caso do Padre Francisco de Brito Guerra, que fundou uma escola de Latim.

O primeiro passo para a educação em Caicó foi a criação da Escola de Latim, fundada pelo referido padre, “designado para vigário da Freguesia de Santa’Anna, em 1802, ao chegar a Vila Nova do Príncipe uma de suas primeiras preocupações estava centrada na fundação dessa Escola” (MORAIS, 1999, p. 46).

A concretização do desejo da fundação de escola, considerada como a primeira escola pública de Caicó, só aconteceu em 1832, após as mudanças da política educacional brasileira, que

objetivava proporcionar a educação primária gratuita para todos, por meio da lei de 15 de outubro de 1827. A referida Lei recomendava a criação de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades da Província e vila, de acordo com a necessidade da população, para ambos os sexos. Segundo Moreira (1997), foi a primeira tentativa de organização nacional da instrução pública primária. No entanto, pouco foi realizado para se executar a Lei, por causa do pequeno número de professores para atender a demanda da grande quantidade de números de alunos.

Na Província do Rio Grande do Norte, segundo Araújo (1998) foram criadas, sob efeito desta Lei, 18 escolas, sendo 15 masculinas e 03 femininas, das quais duas se localizam na capital, uma para cada sexo, funcionando na residência do professor. Estes, após concurso público, seu cargos eram vitalícios, e o “currículo compreendia ler e escrever, gramática da língua pátria, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados e decimais, proporções, noções de geometria prática, princípios de moral cristã e da doutrina da Religião Católica Apostólica Romana” (MOREIRA, 1997, p. 18).

A criação da Escola de Latim pode ser considerada como uma realização de grande relevância para a educação no sertão norte-rio-grandense. A referida escola foi criada por meio de um projeto do padre Francisco de Brito Guerra, que requeria a criação de uma cadeira de Latim para Caicó, então Vila do Príncipe. Esse projeto foi apresentado ao Parlamento Nacional, na seção do dia 30 de junho de 1832, sendo este aprovado em julho daquele mesmo ano:

A regência, em nome do Imperador D. Pedro II, há por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléia-Geral Legislativa: Artigo único. Fica criada uma cadeira de gramática latina com o ordenado de 300\$000 na Vila do Príncipe, da província do Rio Grande do Norte. Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretário do Estado dos negócios da Fazenda e encarregado interinamente dos do Império, assim o tenha atendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em sete de agosto de mil oitocentos e trinta e dois, undécimo da Independência e do Império. (DECRETO 07 DE AGOSTO DE 1832 apud MEDEIROS, 1989).

A Cadeira de Gramática Latina só começou a funcionar após a posse do professor concursado. Segundo Pereira (2001) quem assumiu a cátedra foi o sobrinho do Padre Guerra, o jovem Joaquim Apolinar Pereira de Brito.

A Escola de Latim do Padre Guerra se destacava no cenário norte-rio-grandense. Era conhecida em todo o Rio Grande do Norte como a melhor escola daquela natureza. Alunos que passaram por aquela instituição de ensino prosseguiram estudos superiores nos cursos de “Direito, Teologia, entre outros, existentes no Brasil e, até mesmo, em outros países da Europa, a exemplo do que ocorria com os filhos das elites dominantes no Brasil de então” (ARAÚJO, 1998, p. 47).

Padre Guerra ensinava sem remuneração, como também proporcionava hospedagem para os alunos de outros lugares, em sua residência. O padre, como assinala Pereira (2001), além de se dedicar à instrução, também se preocupava com a parte moral, encaminhando seus alunos para os preceitos da religião da qual era sacerdote. Transformou o Seridó numa região de irradiação do conhecimento.

A escola funcionou apenas com o Latim até por volta de 1860, quando foi implantada a Cadeira de Francês, criada por meio da Lei nº 417, de 4 de setembro de 1858. A cadeira de Gramática Latina era destinada ao sexo masculino, seguindo, assim, os costumes da época cuja sociedade privilegiava a instrução dos homens.

A atuação do Padre Guerra na educação foi como uma semente plantada em um terreno fértil e propício, pois com o passar do tempo frutificou. “A região tornou-se o núcleo irradiante da sabedoria sertaneja em toda a região do Seridó [...]. Do seu casarão, o sobrado do Padre Guerra, localizado por trás da Catedral de Sant’Ana, saíria a projeção fantástica como luz da formação mental de muitas gerações” (REVISTA CAICÓ, n.2, 1978, p. 10).

Com a proclamação da República, o Brasil começou a viver um novo paradigma, proveniente dos processos de mudanças desse período, dentre os quais destaca-se a priorização da educação. De acordo com Pinheiro (1997, p. 134) nesse processo de mudanças

desenvolve-se uma racionalidade educativa com base na instrução que tende a tornar-se pública e universal. Desse modo, a valorização da instrução, num contexto de renovação cultural, social, e política, acentua a pedagogia escolar como modelo e meio fundamental da ação instrutiva, colocando a escola como lugar privilegiado dessa ação: uma escola e uma escolarização, cujos fins e funcionamento não se limitam à tradicional Cadeira de Primeiras Letras, criada no final do século XVIII.

O início de um novo século, o século XX, acelerou o processo de modernidade no Brasil, que já se delineava nos países da Europa, principalmente a Inglaterra por meio do acentuado processo de industrialização. O Rio Grande do Norte, como todo o Brasil, também vivia o advento dessa modernidade com a urbanização; principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na educação, o espírito reformador refletiu na reformulação da educação primária e modernização da escola. Tais procedimentos deram um novo perfil para a instrução primária no Rio Grande do Norte. A reforma se constituía num projeto social e educacional que priorizava um programa urbano cultural de edificações, especialmente escolares, com ênfase na construção de grupos escolares, compreendidos como um modelo cultural escolar eficiente, e universalmente adotado, de organização da instrução primária.

No final do século XIX, o Rio Grande do Norte era governado pela Oligarquia política que representava o litoral, a família Albuquerque Maranhão, que direcionava sua administração em benefício dos senhores de engenhos. Segundo Pereira (2001), essa família era defensora dos interesses do litoral, e pouco realizou pelo interior do Estado.

Na continuidade dos governos da Oligarquia Albuquerque Maranhão, que teve o seu primeiro representante do advento da República, quando em 1889, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão¹⁴ assumiu o governo do Rio Grande do Norte.

Em 1907, no governo de Antônio José de Melo e Souza¹⁵, foi criada a Lei nº 249, com o objetivo de mudança na educação pública norte-rio-grandense. A referida lei originou os chamados grupos escolares. Essas escolas estavam incluídas na ordem das prioridades do projeto da modernidade esboçado pelas elites dominantes do Estado.

Com a construção de uma rede de grupos escolares, desejava-se acabar com as Escolas de Primeiras Letras, que funcionavam, geralmente, em compartimentos da casa do professor, ou mesmo em locais não apropriados para esse fim. Seria preciso, então, ambientes arejados, atraentes, agradáveis e amplamente visíveis, agrupando professores, diretores, inspetores e alunos enquadrados nas práticas modernas.

Na concretização dos novos ideais republicanos, políticos e culturais em que vivia o Brasil e o Rio Grande do Norte, o grupo escolar objetivava substituir as representações do mundo doméstico e religioso. Tais aspectos foram dando lugar a uma nova realidade cultural urbana, com o afã de formar o homem público para a sociedade moderna. Segundo Lima, (1921, p. 19) as mudanças educacionais do governo de Antônio José de Melo e Souza foi um marco na mudança na estrutura da escola primária:

¹⁴ Pedro Velho é descendente de tradicional família norte-rio-grandense e foi um dos principais líderes do movimento republicano no Estado. Chegou a importar máquinas da França para imprimir o jornal *A República*, fundado em 01/07/1889. No discurso de posse como governador provisório (1892-1896) afirmou: “Promovam o progresso que eu garantirei a ordem”. Pedro Velho foi também Deputado Federal e Senador da República (DIÁRIO DE NATAL, FASCÍCULO POLÍTICA E POLÍTICOS, 30/04/2004, p. 7).

¹⁵ Intelectual e jornalista, foi eleito governador para concluir o restante do mandato de Tavares de Lira, já que o vice-governador Juvenal Lamartine também renunciara ao mandato para assumir uma cadeira na Câmara Federal. É autor dos romances *Gizinha* e *Flor do Sertão*. Seu pseudônimo era Polycarpo Feitosa (DIÁRIO DE NATAL, FASCÍCULO POLÍTICA E POLÍTICOS, 30/04/2004, p. 7).

De um só golpe, extinguiu-se radicalmente todas as escolas custeadas pelo estado, colocando em disponibilidade os respectivos professores. [...] A medida radical motivou encrespações ao governo, que, surdo ao clamor, prosseguiu com ânimo resolutivo na construção de um novo edifício escolar de mais amplas e majestosas proporções.

A capital norte-rio-grandense, ainda no governo de Antônio José de Melo e Souza, foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada com a implantação do Grupo Escolar, por meio do decreto 174, de 05 de março de 1908. Localizado no bairro da Ribeira, o Grupo Escolar Augusto Severo foi inaugurado no dia 12 de julho de 1908:

É construído o primeiro grupo escolar da cidade de Natal, no bairro da Ribeira, representativo pelas edificações das repartições públicas, Palácio do Governo, lojas além da paisagem do rio Potengi e o mar. O grupo recebeu a denominação de Augusto Severo, homenagem ao intelectual, matemático e deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, também aeronauta, que morreu em Paris em 12 de maio de 1902 (MOREIRA, 1997, p. 30).

De acordo com Pereira (2001) essa instituição de ensino foi criada vinte dias antes do fim da administração de Antônio José de Melo e Souza, sendo o último benefício do seu mandato. No governo seguinte, na administração de Alberto Maranhão, iniciada em 25 de março de 1908, elegeu a cultura como prioridade e, com o apoio do educador Pinto de Abreu, diretor da Instrução Pública, procurou dar continuidade à reforma da educação pública. Esse educador deu uma nova orientação pedagógica ao ensino, abolindo os castigos físicos nas escolas e adotando uma nova metodologia que visava ao desenvolvimento integral do aluno. Era o método da Escola Nova em substituição à Pedagogia Tradicional:

Pinto de Abreu, autor intelectual dessa reforma, deu uma nova orientação pedagógica ao ensino. Foi cognominado “o Pestalozzi potiguar”, pela confiança e entusiasmo com que introduziu os princípios do método intuitivo do ensino primário. Era terminantemente contrário aos castigos físicos, considerando a pedagogia de D. Bosco como o mais salutar e eficiente sistema de disciplina (ARAÚJO, 1982, p. 119).

O movimento da Escola Nova, segundo Ghiraldelli Júnior (1992) enfatizou os métodos ativos de ensino-aprendizagem, deu importância substancial à liberdade da criança e ao interesse do educando. Adotou métodos de trabalho em grupo e incentivo à prática de trabalhos manuais nas escolas; além disso, valorizou os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança, e não mais o professor, no centro do processo educacional. Acompanhando a modernização, a urbanização e a industrialização do país, vários estados brasileiros, sob a batuta de jovens intelectuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos, etc, “promoveram reformas educacionais inspiradas nos princípios da Pedagogia Nova. O ciclo de reformas estaduais dos anos de 1920, como ficou conhecido tal episódio, contribuiu para a penetração do escolanovismo no Brasil” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1992, p. 25-26).

A Escola Normal de Natal dava suporte a essas novas instituições de ensino na formação dos mestres, instituindo novos modos de ensino e esses grupos escolares representavam um espaço de instrução que oferecia uma educação moderna.

O Grupo Escolar Augusto Severo foi o precursor da reforma da instrução pública no estado do Rio Grande do Norte, e tornou-se escola modelo, por meio do decreto nº 198, de 10 de maio de 1909 para que seu exemplo fosse seguido na capital e no interior:

O Grupo Escolar Augusto Severo que funciona no bairro baixo desta capital, à praça do mesmo nome, será a escola modelo para servir de tipo ao ensino público elementar em todo o estado, devendo os regimentos internos dos diversos grupos e escolas já inauguradas e a inaugurarem-se neste e em outros municípios, modelar-se pelo regulamento e regimento interno do Augusto Severo (RIO GRANDE DO NORTE, 1909a, p. 56-57).

Difundiu-se a criação de outros grupos pelo interior do estado. A cidade de Mossoró foi beneficiada com o segundo grupo escolar norte-rio-grandense, por meio do decreto de nº 180,

datado de 15 de novembro de 1908. Esse grupo recebeu a nomenclatura de Grupo Escolar Trinta de Setembro.

A partir do segundo governo de Alberto Maranhão, a meta de criação de grupos escolares tornou-se prioridade nos programas dos governos da chamada Primeira República:

Com exceção dos Grupos Escolares “Augusto Severo”, anexo à Escola Normal, e “Frei Miguelinho, em Natal, funcionando em prédios próprios, os demais costumavam funcionar nos salões das prefeituras (ou Intendências) com apenas o curso primário ou elementar, como se chamava na época, sem curso infantil e complementares. Recebiam, geralmente a denominação de pessoas consideradas ilustres da cidade como o Senador Guerra em Caicó (ARAÚJO, 1998, p. 146-147).

Inserida em uma zona econômica importante, em virtude do algodão, “Caicó foi uma das primeiras a entrar na campanha de ampliação da oferta do ensino primário, posterior apenas à de Natal e Mossoró. A cidade foi contemplada com o Grupo Escolar Senador Guerra, que foi viabilizado por meio de auxílio do estado, constituindo-se a primeira unidade escolar oficial de Caicó” (MORAIS, 1999, p. 59). Até então, a instrução primária era realizada por meio de mestre-escola.

Através do decreto nº 189, de 16 de fevereiro de 1909, nasceu o Grupo Escolar Senador Guerra, palco das práticas pedagógicas de Júlia Medeiros durante quase trinta anos dedicados à educação primária de Caicó. Recebeu o nome de Senador Guerra em homenagem ao padre Francisco de Brito Guerra, que muito contribuiu para a educação do Seridó, desde a implantação da primeira instituição de ensino, a escola de Latim.

Inicialmente, a escola funcionou provisoriamente nas dependências da Intendência Municipal, antiga prefeitura

até a construção de prédios próprios para abrigá-los, conforme orientava o Regimento Interno do Grupo Escolar Augusto Severo e o Código de ensino. [...]. No governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927) um amplo programa de prioridades à construção desses grupos, foi elaborado contanto com recursos do Estado e incentivos ao aumento da matrícula (MOREIRA, 1997, p. 41).

O Grupo Escolar de Caicó funcionou no prédio da prefeitura durante dezesseis anos, de 1909 a 1925. O prefeito, à época da criação, era Joaquim Martinano Pereira, que cedeu três dependências do referido prédio. Segundo Monteiro (1999) a inauguração do Grupo Escolar Senador Guerra aconteceu num dos salões da Prefeitura Municipal.

O professor Pedro Gurgel e as professoras Filomena Dantas e Alzira Monteiro assumiram a administração do destino da educação pública de Caicó, por mérito, pois, de acordo com os costumes e regras educacionais da época, os mesmo se enquadravam dentro das exigências para assumir tal função. De acordo com Pereira (2001) exigia-se do docente, dentre outras competências o requinte da letra e irrepreensível conduta moral. O professor tinha que ser austero, pessoa séria e de pouca conversa.

A presença das referidas professoras na gênese dessa instituição configurava, desde então, a importância do Grupo Escolar Senador Guerra para sociedade de Caicó, como também a participação das mulheres na construção da sociedade letrada seridoense:

As professoras Filomena Dantas e Alzira Monteiro foram as primeiras mulheres que tiveram a coragem de enfrentar o mercado de trabalho dessa natureza, em uma época em que a sociedade ainda era predominantemente machista e preconceituosa. Destacam-se na história da escola por serem, as mesmas, as pioneiras e levarem as primeiras letras e lições aos pequenos republicanos caicoenses no Grupo Escolar Senador Guerra (PEREIRA, 2001, p. 40).

No arquivo daquela instituição não foi possível encontrar registros das datas de admissão das primeiras educadoras como Filomena Dantas, Alzira Monteiro, Abel Furtado e Herondina Câmara. Além dos referidos professores, “lecionaram naquela instituição no período de 1909-

1924, Joaquim de Farias Coutinho, Maria Amélia, Belkiss Monteiro, Heloína de Carvalho e Dolores Diniz” (PEREIRA, 2001, p. 53).

Em 1916, no governo de Ferreira Chaves, com a finalidade de implementar a renovação educacional que vinha sendo viabilizada nos anos anteriores, concretizou-se a Reforma da Instrução Pública para o ensino primário, profissional e secundário:

O governador Ferreira Chaves, seduzido pelo “signo da renovação educacional presente no imaginário dos intelectuais potiguares, designou uma comissão tida como de alto nível, composta pelo Diretor da Instrução Pública Manoel Dantas, Henrique Castriciano, Moyses Soares, o ex-Governador Antônio de Souza e José Augusto, para empreender uma nova reforma da educação, de modo a *dotar os serviços educacionais de mais eficiências* (ARAÚJO, 1998, p. 126).

A reestruturação se deu por meio da Lei 405, de 29 de novembro:

Essa reforma se constituiria a base da estrutura e do funcionamento da educação primária na década de 1920, no que se refere, principalmente, a instalação física das escolas, aos procedimentos didáticos-pedagógicos, aos programas de ensino e aos critérios administrativos e de controle (SILVA, 2004, p. 48).

Os primeiros passos da concretização da reforma de 1916 vinham sendo articulados desde o ano de 1913, quando o diretor da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima, empreendeu uma viagem para a região sudeste do Brasil. Em São Paulo e na Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, ele observou os melhoramentos introduzidos na técnica do ensino primário e normal, aplicáveis aos estabelecimentos do Rio Grande do Norte.

Nestor dos Santos Lima constatou que o ensino do Estado de São Paulo se configurava como um dos mais avançados do país, organizado segundo os preceitos da Pedagogia Moderna, dos métodos ativos de ensino, se constituindo “no foco da aprendizagem e dos melhores métodos

e processos de ensino” (LIMA, 1913, p. 3-4). A viagem de Nestor dos Santos Lima resultou num relatório, que se tornou referência relevante para a realização da Reforma Educacional de 1916.

Após a efetivação da referida reforma, as viagens de Nestor dos Santos Lima com objetivo de observar a estrutura educacional no Brasil e no exterior prosseguiram. Segundo Silva (2004), em 1923 ele visitou novamente o estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e as cidades de Montevideú, no Uruguai, e Buenos Aires, na Argentina.

De acordo com Lima (1923, p. 23) o ensino em São Paulo era modelo e eficiente. Por isso, foi trazido e implantado na educação norte-rio-grandense:

São Paulo foi e sempre será nosso líder, nessa particular. A edificação e localização das suas escolas, o seu regime técnico, o valor das suas inovações, a intensidade dos seus esforços fazem honra aos seus estadistas e aos profissionais do seu ensino. [...].Tudo que São Paulo realizar é modelar, principalmente em matéria de ensino.

A organização escolar em São Paulo, nas suas diferentes modalidades, como jardim de infância, escolas preliminares, primárias isoladas, como também a aplicação dos processos técnicos de ensino nas diversas disciplinas primárias e normais, causaram boas impressões devido a qualidade dos serviços públicos oferecidos e à competência dos profissionais de educação.

De acordo com Carvalho (2000), o modelo da educação paulista serviu de base para diversos estados que pretendiam inovar a educação escolar de seus estados, a exemplo do Rio Grande do Norte. As viagens de observação dos métodos-pedagógicos eram realizadas constantemente com esse objetivo.

Assim, a Reforma de 1916 representou um avanço para a educação norte-rio-grandense que, no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, se amplia com a modernização do ensino primário:

A reforma da educação de 1916 representou mais uma das realizações renovadoras escolanovistas dos intelectuais potiguares, de significado alcance programático e pedagógico para enquadramento da população nos recortes estratégicos do espaço da cidade que, desde 1908, estava inscrita no movimento de modernização urbana. E a Lei 405, de 1916, pelo seu caráter político-pedagógico, manteve-se como reguladora das diretrizes de base da organização do ensino primário e normal, durante o governo de José Augusto (ARAÚJO, 1998, p. 127).

Na administração de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927) constatou-se um impulso na educação no Rio Grande do Norte. Ele promoveu uma reforma educacional que, como uma das pautas modernizadoras da reforma do Estado, representou a intenção de ampliar as realizações escolanovistas em curso desde a reforma do ensino de 1916. Em sua mensagem durante a instalação da 12ª Legislatura Estadual, em novembro de 1924, foi destacada a importância conferida à educação pelos governos sucessivos de Alberto Maranhão, Ferreira Chaves e Antônio José de Melo e Souza, relativamente a uma nova organização geral do ensino, edificações de escolas e inspeção técnica. De modo que o Rio Grande do Norte poderia se apresentar diante dos outros Estados como um daqueles em que havia uma eficiente aparelhagem escolar e, na rotatividade dos nossos recursos e da nossa população global, tinha o maior número de instituições destinadas ao ensino público:

A operação do Departamento de Educação no incentivo às prefeituras para construção de grupos escolares, escolas isoladas, entre outras, significou, por um lado, as estratégias da expansão do atendimento escolar e, com ela, a homogeneização pedagógica e administrativa da escola de acordo com os processos mais recentes da pedagogia ativa ou moderna (ARAÚJO, 1998, p. 147).

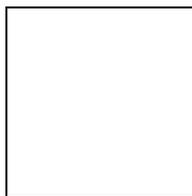
Nesse período, o Grupo Escolar Senador Guerra ganhou sede própria, situada à Praça José Augusto, centro da cidade, deixando as dependências da Prefeitura. A professora Júlia Medeiros, recém formada pela Escola Normal de Natal, passou a integrar o seu quadro de professores.

No dia 22 de setembro de 1925, o citado governador finalmente inaugurou a escola. Monteiro (1999, p. 128) afirma que o governador havia mandado construir a escola, mas os

trabalhos não se iniciaram com o lançamento da primeira pedra, no dia 07 de setembro de 1922, mas sim, dois anos depois, em 1924, quando chegou à presidência do Estado José Augusto Bezerra de Medeiros. “Caicó foi uma das primeiras a entrar na campanha de ampliação da oferta de ensino primário” (MARIZ, 2005, p. 62).



Construção do Grupo Escolar Senador Guerra – Caicó/RN (1924).



Prédio do Grupo Escolar Senador Guerra concluído – Caicó/RN (1925).

FONTE: Acervo do Arquivo do Grupo Escolar Senador Guerra.



Prédio do Grupo Escolar Senador Guerra concluído – Caicó/RN (1925).
FONTE: Acervo do Arquivo do Grupo Escolar Senador Guerra.

Para lecionar nos grupos escolares, exigia-se dos docentes a capacitação profissional, a qual permitia o diploma de professor primário em regime efetivo, em qualquer Grupo Escolar do Rio Grande do Norte. Pinheiro (1997, p. 133) assinala que esses professores formados pela Escola Normal, como a professora Júlia Medeiros, “atuaram em grupos escolares que funcionavam no interior do Estado e, em regime de contrato provisório, poderiam solicitar ao Diretor Geral de Instrução, cargo correspondente ao de Secretário de Educação, a inscrição nos exames de habilitação para exercer a função de professor.

Antes de retornar à sua cidade natal e fazer parte do quadro de professores do Grupo Escolar Senador Guerra, Júlia Medeiros se inscreveu no exame de habilitação, em 1925, tornando-se apta a exercer a função de professora primária. Em Caicó, assumiu o curso Infantil-

misto, que constava de um programa específico, seguindo ainda os critérios da Reforma Pinto de Abreu.

A construção de prédios próprios destinados ao funcionamento dos grupos escolares dá um novo sentido à escola. A sede do Grupo Escolar Senador Guerra foi erguida num alto, havia poucas residências por volta, entre os quais destacava-se a casa episcopal, que se localizava ao lado do prédio da escola.

De acordo com Pereira (2001), foi nesse prédio que diversos caicoenses receberam as suas primeiras instruções e incentivo, o que levou vários dos seus ex-alunos a se destacarem no cenário político, religioso e jurídico entre outros campos, como a Medicina e o Jornalismo.

O prédio construído para o funcionamento do grupo escolar atendia às determinações arquitetônicas escolares da época, cuja planta foi aprovada pela Diretoria Geral de Instrução Pública:

A edificação do Grupo Escolar seguiu as instruções contidas no seu Regimento e no Código de Ensino quanto ao emprego das técnicas construtivas em curso, alvenaria de tijolo, telhas de cerâmica, janelas amplas, vidros lapidados. Estes deveriam ainda obedecer a critérios de salubridade, higiene, por exemplo, a orientação para a construção de esgotos, fossas ou reservatórios os quais seriam esvaziados e desinfetados freqüentemente. Medidas como estas eram deliberadas no intuito de evitar-se o contágio de pestes e outras doenças infecto-contagiosas, comuns àqueles momentos históricos e incompatíveis a uma sociedade urbana, moderna. Os ambientes escolares deveriam, portanto, ser amplos, arejados, permitindo a entrada de muito ar, luz e calor, favorecendo o desenvolvimento saudável aos professores, inspetores, diretores e alunos que ali transitavam (MOREIRA, 1997, p. 29).

A estrutura física e material do grupo Escolar Senador Guerra configura a intenção da criação desse tipo de estabelecimento voltado ao ensino como um espaço que possibilita a formação de hábitos de higiene; de moralização e de controle. Os espaços físicos preenchiam as exigências das normas de higiene do espaço urbano.

As edificações escolares foram planejadas para realizações dos planos de ensino, sendo “concebidas a partir de discussões sobre localização, tamanhos e distribuição de salas, iluminação

e aeração, e equipamentos, pretendendo substituir as escolas que, até então, funcionavam em residências, galpões e casebres” (PINHEIRO, 1997, p. 140).

Os grupos escolares eram os estabelecimentos de ensino primário de maior representatividade, pois apenas em suas dependências o curso primário poderia ser efetivado. “O ensino primário completo será ministrado nos grupos escolares” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 5, Art. 1º). De acordo com Silva (2004), os grupos escolares de Natal eram classificados de 1ª classe; os das cidades do interior, assim como o Senador Guerra, de 2ª classe, e os das vilas, de 3ª classe. “O curso graduado é de seis anos, sendo dois infantis, ou de iniciação; dois elementares, ou desenvolvimento, e dois complementares, ou de integração, por sua vez, divididos em duas classes correspondentes a cada um ano do curso” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 7. Art. 8º).

As estatísticas oficiais informam que os grupos escolares apresentavam um número destacável de matrícula e frequência. Em 1924, existiam 15 instituições desse tipo em todo o Rio Grande do Norte, com cerca de 2.366 alunos matriculados, dos quais freqüentavam 1.777 alunos (RIO GRANDE DO NORTE, 1924, p. 24):

NOME DO GRUPO	CIDADE	Nº DO DECRETO DE CRIAÇÃO
1- Augusto Severo	Natal	774 de 05/03/1908
2-Trinta de Setembro	Mossoró	180 de 15/11/1908
3-Senador Guerra	Caicó	189 de 16/02/1909
4-Antônio Carlos	Caraúbas	194 de 15/03/1909
5-Almino Afonso	Martins	196 de 21/04/1909
6-Barão de Mipibú	São José	204 de 12/08/1910
7-Moreira Brandão	Goianinha	220 de 07/05/1910
8-Tem. Cel. José Correia	Assú	254 de 11/08/1911
9-Auta de Souza	Macaíba	255 de 19/10/1911
10-Alberto Maranhão	Nova Cruz	263 de 08/01/1912
11-Felipe Camarão	Ceará-Mirim	266 de 23/03/1912
12-Frei Miguelinho	Natal	277 de 28/11/1912
13-Pedro Velho	Canguaretama	286 de 10/07/1913
14-Quintino Bocaiúva	Santa Cruz	26 de 07/12/1914
15-Duque de Caxias	Macau	198 de 26/02/1923

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, 1924, p. 28.

Os cursos complementares eram ministrados apenas nos grupos escolares de Natal e algumas cidades do Estado. “Nos grupos escolares dar-se-á a instrução infantil e elementar, e onde for possível, complementar” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 8, Art. 10). Segundo Silva (2004) em 1926, apenas oito cidades do Rio Grande do Norte ofereciam o curso complementar: “Natal, Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu, Nova Cruz, Assú, Macau e Caicó”.

No ano de 1927, término do governo José Augusto, mais três grupos escolares foram fundados. As localidades contempladas, desta vez, foram as cidades de Angicos, Currais Novos e Lajes:

O ensino primário, que tem sido objeto de maior cuidado da parte do meu governo, continua em franca prosperidade e, cada dia mais procurado pelas crianças em idade escolar. Ele se constitui atualmente de duas Escolas Modelo (Natal e Mossoró), 18 grupos escolares, 2 escolas isoladas, 30 escolas reunidas, 34 escolas rudimentares. Dos grupos escolares, são novos os de Lajes, Angicos e Currais Novos, que foram criados e inaugurados no ano fluente (RIO GRANDE DO NORTE, 1927, p. 80).

A mudança da escola exigia também uma mudança profunda da ação dos docentes, no dia a dia da sala de aula, afastando-o do direito de autonomia didática e de propriedade da escola.

Segundo Pinheiro (1997) no diário de classe havia a descrição de horário, ponto tratado e demonstração; a adoção de fichas pedagógicas e a elaboração dos planos de aula e relatórios que eram apresentados à Diretoria Geral de Instrução Pública.

Os processos didáticos e metodológicos adotados nos grupos escolares expressavam uma nova orientação, estabelecida pela reforma educacional Pinto de Abreu. Por meio dessa reforma novos rumos foram dados à educação escolar norte-rio-grandense, utilizando os princípios do método intuitivo¹⁶.

Inaugurava-se, portanto, uma forma diferente de ensinar que implicava diretamente na relação entre aluno e o conhecimento escolar que antes, em sua grande parte, caracterizava-se pelo tédio, pavor ou monotonia:

Para aprender era preciso, quase sempre, experimentar a dor, o terror, o pavor, medo ou a humilhação. Não aprender significava vivenciar o sentimento de fracasso diante das expectativas dos colegas, do professor, da família, e, conseqüentemente, a humilhação. Significava, também, a possibilidade de ser punido, ma maior parte das vezes, fisicamente (PINHEIRO, 1997, p. 141).

A Reforma Pinto de Abreu aboliu castigos físicos, legalizados desde 1865, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa. “Pelo Regimento de nº 21 de 09 de dezembro de 1865, §

¹⁶ A escola republicana procurou difundir o método intuitivo (assim chamado porque dava muita importância à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos), inventado na Inglaterra e nos Estados Unidos ao longo do século XIX, conhecido como "object teaching" ou "object lesson". No Brasil, o método intuitivo chegou primeiro através de alguns compêndios de "Lições de Coisas", inspirados em similares franceses ("Leçon de Choses"). Em 1886, a Tipografia Nacional publicou as *Primeiras Lições de Coisas* do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa, cuja adoção pelo Governo Imperial marca oficialmente a introdução do método intuitivo nas Escolas Normais e entre os professores primários. A difusão do método intuitivo influenciou desde cartilhas de alfabetização até livros didáticos de várias matérias (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>).

24 do Artigo 101 autorizei a aplicação de palmatória nas aulas de instrução primária [...] entretanto reconhecendo que os professores poderão abusar das faculdade que lhes eram concedidas, marquei o máximo de palmatoadas e os casos em que poderão eles aplicá-los” (PINHEIRO apud SILVA, 1997, p, 141).

Desse modo, o uso da palmatória, da vara de marmeleiro e tantos outros castigos, como ajoelhar-se em cima de pequenas pedras ou grãos, estavam extintos.

O artigo 6º assinala que os sentidos são os caminhos naturais por onde conduzem –se as explicações do mestre ao espírito dos alunos. Dentre aos meios empregados para atingir esse fim, são as lições de coisas que melhor resultados produzem, desenvolvendo na criança a faculdade de observação, preparando-a para refletir e ajuizar (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 10).

Ao completar 70 de fundação, em 1995, o Grupo Escolar Senador Guerra foi homenageado pelo poeta Nilson de Brito:

Completou 70 anos
Orgulhando nossa terra
O Grupo Senador Guerra
Melhorando nossos planos
Entre Gregos e Troianos
Tiveram estudo melhor
O povo do Seridó
Sempre o tratam com carinho
Grande professor Coutinho
Orgulho de Caicó.

O governo Zé Augusto
Aqui com enorme afinco
No ano de vinte e cinco
Nos deu o progresso justo
Pois provocou grande custo
Nas finanças do Estado
Mas quem quer povo educado
Tem que criar condições
Além de outras razões
Quer ver seu irmão formado

Teve exímios professores
Como hoje ainda tem
Aos alunos querem bem
Demonstrando seus valores
Os muitos governadores
Aumentaram a construção
Par dar mais condição
Mais obedecendo as normas
Com suas grandes reformas
Não mudam a estruturação

Agora é Centro afamado
Do famoso supletivo
É este o grande motivo
Pra se ter muito cuidado
O nosso aluno estimado
Eu chamo muito atenção
Com muita convicção
Vou a todos abraçando
Preocupado pensando
Na sua conservação

Ainda vive atualmente
Educando nosso povo
Velho com cara de novo
Abrigando nossa gente
O aluno inteligente
Não usa maldade perra
Seu estudo nunca encerra
Só pensa em ser praciono
Pelos seus 70 anos
Parabéns Senador Guerra.
(BRITO, 1995, p. 1)

Falar da educação de Caicó e da sua principal instituição de ensino, o Grupo Escolar Senador Guerra, é destacar a presença da professora Júlia Medeiros. Em seus arquivos, encontrei alguns documentos, principalmente os *Termos de vista de inspeção técnica* do Grupo Escolar Senador Guerra, da turma da professora Júlia Medeiros:

Prédio: Muito bom, precisando de limpeza
Asseio do prédio: feito diariamente
Estado da classe: todas em ótimo proveito
Mobiliário: insuficiente e precisando de reparo
Material de ensino: há suficiente
Estado do professor: todos bem dedicados ao serviço
Situação da escola: excelente
Situação na sociedade: excelente
Suas qualidades morais: muito boas
Suas qualidades profissionais: ótimas
Relações com os colegas: boas
Relações com as autoridades: boas
Relações com as famílias: boas
Lições: leitura, gerais, língua materna, desenho, caligrafia, calistenica, trabalhos manuais: todas as classes apresentam ótimos resultados, pois os professores são verdadeiramente esforçados.
Disciplinas dos alunos: boa
Proveitos: ótimos em todos os cursos
Programas e métodos: tudo cumprido de acordo com o exigido (RIO GRANDE DO NORTE, 22/03/1938, p. 1).

Júlia Medeiros exerceu sempre a função de educadora no Grupo Escolar Senador Guerra e assumiu interinamente a direção da escola: “A Professora Júlia Medeiros assumiu a regência do grupo no dia 14 de abril de 1936. Dirigiu o grupo de 14 de abril de 1936 a 31 de abril de 1936, passando a direção a professora Laura Fernandes” (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n.4, 1936, p. 78).



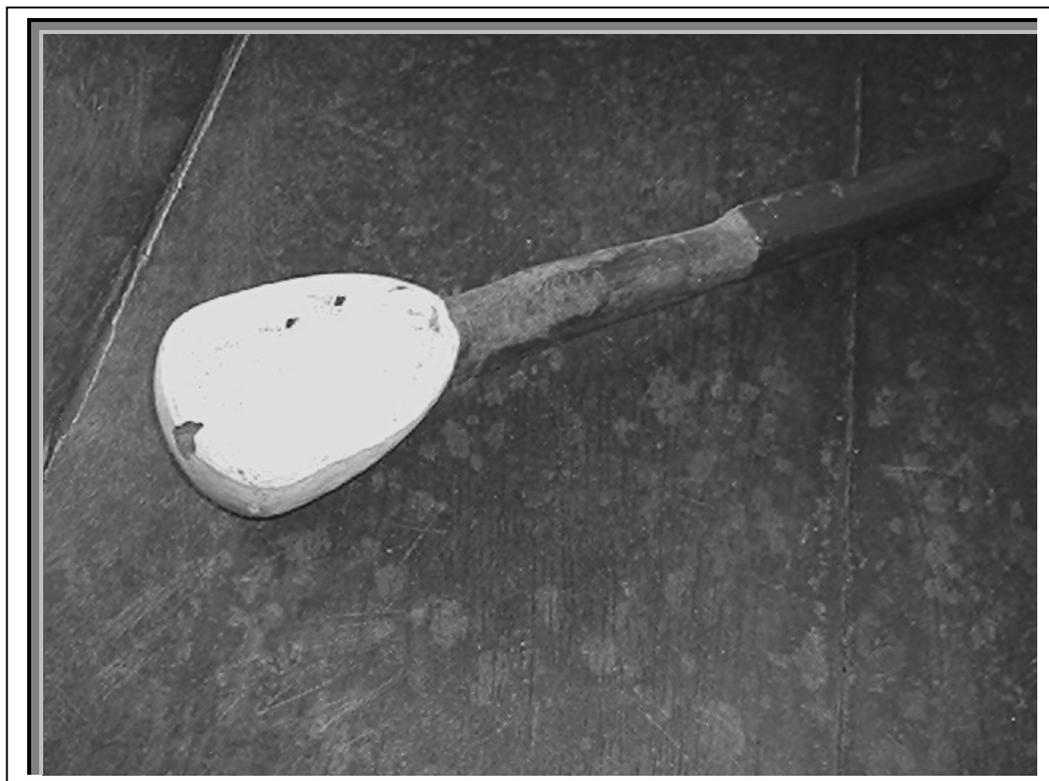
Corpo Docente do Grupo Escolar Senador Guerra – Júlia Medeiros em destaque [193-?].

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Sua atuação naquela instituição, sempre foi de destaque, fosse como professora, ou como oradora em eventos e saudações a autoridades, que visitavam aquela instituição. Discursava em público, na maioria das vezes, de improviso. Tal atitude dificultou a busca dos seus discursos escritos em eventos de relevo para a sociedade de Caicó.

Essa educadora deixou para as gerações futuras, marcas de suas práticas no âmbito da educação e na imprensa de Caicó. Júlia Medeiros escreve parte da história da educação de Caicó e da história das mulheres norte-rio-grandenses, configurando-se, entre tantas outras mulheres, na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária. Suas práticas pedagógicas remetem a um passado recente da educação primária do Rio Grande do Norte e vislumbra, no presente, as marcas deixadas por essa educadora em diversas gerações. Assim pensava Júlia Medeiros. Assim era Júlia Medeiros.

8 A prática pedagógica de Júlia Medeiros



Palmatória em madeira (Século XIX).

FONTE: Museu da Pousada Walkirianas - Pirenópolis/GO.

No limiar do século XX, o Rio Grande do Norte foi palco de mudanças e renovação dos métodos pedagógicos da escola pública primária. Foi a Reforma denominada Pinto de Abreu. Segundo Pinheiro (1997, p. 149), nesse processo de reformulação educacional com a criação dos Grupos Escolares, destacou-se “a inclusão de procedimentos que atendessem à determinação quanto ao uso de lições, sobretudo, *práticas e concretas*, juntamente ao emprego de processos intuitivos”. Tais métodos deixavam de lado práticas educativas remanescentes do

Brasil Império. A autoridade do professor, por meio de atitudes consideradas agressivas e punitivas, como o uso da palmatória, por exemplo, foi gradativamente deixada de lado.

Essa prática de repressão ainda era vigente por alguns docentes do grupo Escolar Senador Guerra nos anos de 1920. Pereira (2001, p. 60-61) traz a fala da professora Belkiss Monteiro em seu estudo:

Eram muitos alunos; a minha turma era formada por 32 alunos, como minha turma era mista, na sala de aula ficavam duas filas, de um lado os meninos e do outro as meninas. Mas eu tinha força moral sobre eles e todos me respeitavam muito, eu tinha um lugar chamado escuro, quando o aluno fazia traquinagem, que não era certo, eu gritava: Vá para o quarto escuro e eles obedeciam, sem nada a dizer, ia para o quarto escuro e passava dez minutos. Esse era o castigo; o aluno voltava que era uma seda, bem bonzinho!...Eu não maltratava meus alunos com castigos físicos dolorosos, mas tinham professores que maltratavam. O castigo que eu usava só era o quarto escuro e tinha professor que além da adaptarem outros castigos, usavam também o quarto escuro.

A palmatória, instrumento de aprendizagem que fazia parte do cotidiano escolar na educação pública, e na qual representava o poder do educador e a eficácia da escola, perdeu espaço para outras práticas educativas modernas. Era o novo perfil da sociedade que se transformava com características de uma educação moderna e dentro do contexto de urbanização no qual vivia o Brasil. No Rio Grande do Norte, a Lei Pinto de Abreu reformou essa prática pedagógica, deixando de lado os castigos físicos.

Sobre essa nova prática educativa, encontro no regimento do Grupo Escolar Augusto Severo, essas novas determinações pedagógicas:

O ensino será proporcional ao desenvolvimento das faculdades do educando. Estimule-se criteriosamente esse desenvolvimento, a fim de que o aluno apodere-se da verdade por meio de suas próprias investigações, livre de coação de qualquer natureza (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 46).

A instrução pública primária deveria ser desenvolvida por meio de métodos modernos, com o objetivo do desenvolvimento integral do aluno. A reforma Pinto de Abreu introduziu o

ensino leigo, com disciplinas múltiplas, incluindo atividades físicas, artes e noções de higiene e aboliu práticas, como castigos físicos e atividades decorativas:

Com tríplice fim intelectual, moral e físico, a instrução será proporcionada ao desenvolvimento espontâneo das faculdades do educando; As lições serão concretas, variadas, concisas e acessível à inteligência dos meninos, terminando antes de manifestarem sinais de fadiga; A educação física terá apenas em vista auxiliar o desenvolvimento de psicológico em livres jogos recreativos e higiênicos e em exercícios de ginásticas sem aparelhos; Não haverá castigos corporais: a base da disciplina é a afeição recíproca do mestre e discípulos (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 31-32, Art. 13;14;17;18).

As práticas pedagógicas da professora Júlia Medeiros estavam em consonância com o que determinava a Instrução Pública e o Regimento dos Grupos Escolares. Maílde Medeiros Azambuja, afilhada e ex-aluna de Júlia Medeiros relembra que suas aulas eram divertidas. Ela não utilizava a palmatória no seu cotidiano escolar. Sua conduta, como professora, era da disciplina e da afeição entre seus alunos. Embora em alguns momentos fosse mais enérgica para com seus alunos, mas sem castigos físicos ou humilhações.

Azambuja (2004, p. 103), em seu livro *Sentimentos de uma infância não esquecida*, assinala o uso do método que pode ser considerado como *intuitivo* em suas aulas no Grupo Escolar Senador Guerra:

Suas aulas eram muito alegres, mantendo a devida disciplina. Durante essas aulas, costumava andar por entre as carteiras, passando a mão sobre a cabeça de alguns alunos, como um sutil afago e, no decorrer do recreio no pátio da escola, ela nos ajudava a criar novas brincadeiras, animando a criançada. Costumava também segurar uma ou outra criança, inclusive eu, por baixo dos braços, erguendo-a o mais alto que podia, esboçando um suave sorriso.

As idéias pedagógicas que fundamentavam a renovação na educação primária norte-rio-grandense eram baseadas nos princípios da Escola Nova ou Ativa. A Pedagogia Nova diferentemente da Pedagogia Tradicional, pautou-se por refletir indicações teóricas provenientes de experiências distintas.

A partir dos anos de 1920 os textos de Dewey¹⁷, como também de escolanovistas europeus, começaram a conquistar a intelectualidade jovem no Brasil preocupada com questões educacionais.

O referido movimento enfatizou os métodos ativos de ensino e aprendizagem, e proporcionou a liberdade da criança e ao interesse do educando. Adotou métodos de trabalho em grupo e incentivo à prática de trabalhos manuais nas escolas. Além disso, valorizou os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança no centro do processo educacional.

Desse modo, a Pedagogia Nova se apresentou na forma de um pensamento educacional que compreendia uma política educacional, uma teoria da educação e de organização escolar e metodologias próprias. Estas características permitiram ao escolanovismo compor um ideário que orientou as reformas educacionais no Brasil, como também no Rio Grande do Norte. Essa nova pedagogia priorizava a realização

de programas de reforma de ensino contendo normas e regras do funcionamento escolar; de seleção e tradução de novas tendências pedagógicas produzidas no exterior; da recriação de métodos pedagógicos e disciplinares respaldados em novos conceitos científicos, principalmente do campo da psicologia (MATE, 2002, p. 41).

No Rio Grande do Norte a reforma do ensino estava respaldada na nova perspectiva educativa. Essa concepção se materializou nas orientações didático-metodológicas, por meio dos métodos intuitivos e pela disciplina *Lições de Coisas*.

¹⁷ No final do século XIX e início do século XX, inúmeras experiências educacionais, em solo europeu e americano, registravam o surgimento do escolanovismo. Em 1896, no Estados Unidos, o professor universitário John Dewey (1859-1952) criou a University Elementary School, vinculada à Universidade de Chicago. Seus textos causaram grande impacto na sociedade americana (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>).

Nos grupos escolares dar-se-á a instrução primária infantil e elementar, e onde for possível a complementar, de acordo com os programas anexos, sem preferências de uma sobre as outras matérias, as lições serão, sobretudo, práticas e concretas, os professores as encaminham, de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento das faculdades de observação, empregando-se para isso processos intuitivos (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 08. Art. 10).

Por meio dela, Júlia Medeiros desenvolvia práticas intuitivas com o desenvolvimento dos sentidos, audição, tato, olfato, paladar e visão. De acordo com Maria Augusta, ex-aluna, “Júlia Medeiros fazia palestra na sala de aula sobre assuntos do cotidiano, de objetos da sala de aula, como móveis e bancos. Era a disciplina das *Lições de Coisas*. Eram aulas divertidas, pois ela trazia frutas para a gente reconhecer por meio do olfato. Tia Júlia fazia muitas brincadeiras para a gente aguçar os sentidos. Era uma mestra afetuosa e carinhosa”.



Turma Júlia Medeiros. Sentados da esquerda para a direita Leonor Cavalcante (Diretora), Geraldo Magela (Paraninfo) e Júlia Medeiros (1939).

FONTE: Acervo do Arquivo do Grupo Escolar Senador Guerra.

Embora o carinho e o afeto fossem marcas no cotidiano escolar de Júlia Medeiros, em algumas situações, se mostrava enérgica e disciplinar. Um das suas características era a organização dos seus alunos. Cada qual em seus respectivos lugares, conforme diálogo de Ana Augusta, sua aluna, com a sua professora Júlia Medeiros:

- Coloque a sombrinha direito no pé da parede. Dona Ana Augusta (ela chamava a gente de dona), porque a senhora está sentada aqui na frente?
 - É que eu estou com os olhos doendo Dona Júlia.
 - O que a senhora fez durante a noite?
 - Estudei bastante.
 - Pois que seja só hoje, amanhã retorne para o seu lugar.
- (FÉLIX, 1997, p. 26).

Félix (1997, p. 26-27) afirma que é quase unânime a opinião dos seus ex-alunos e contemporâneos sobre o grau de inteligência e dedicação ao ensino dessa professora. Cito alguns trechos da pesquisa da autora, na qual a mesma optou por não identificar os seus interlocutores:

Não era adepta de castigos físicos. Era uma pessoa maneirosa, não era agressiva, tinha uma personalidade forte e firme. Como professora observava a programação oficial de ensino.

Uma excelente professora trabalhou muitos anos no Grupo Escolar Senador Guerra [...] Gostava muito de aconselhar para o amanhã dentro dos estudos: “estudem, depois vocês vão estar dizendo: bem que dona Júlia dizia, que se eu não estudasse iria botar água na cabeça, pedir esmola. Se não estudar no futuro, vai pedir esmola”.

Professora muito inteligente, mas era assim meio desligada, passava a tarefa, depois ia retocar a maquiagem.

Eu me dava muito bem com ela. Agora quando o aluno não agrada, é raro a professora também ser muito boa [...]. Só amamos quem nos preza. Na época tinha um menino trabalhoso e ela batia nele, não usava a palmatória, mas tinha um pauzinho que não se desfazia dele [...].

Uma excelente professora trabalhou muitos anos no Grupo Escolar Senador Guerra, mas não teve o reconhecimento por parte da sociedade. Tanto que no final da vida deparou-se com rapazes, ex-alunos dela, que a insultavam na rua. Conheceu os dois lados.

O programa oficial do Infantil-Misto, cadeira assumida por Júlia Medeiros, constava de Canto, Leitura e Escrita, Língua Materna, Aritmética, Geografia, História Pátria, Moral e

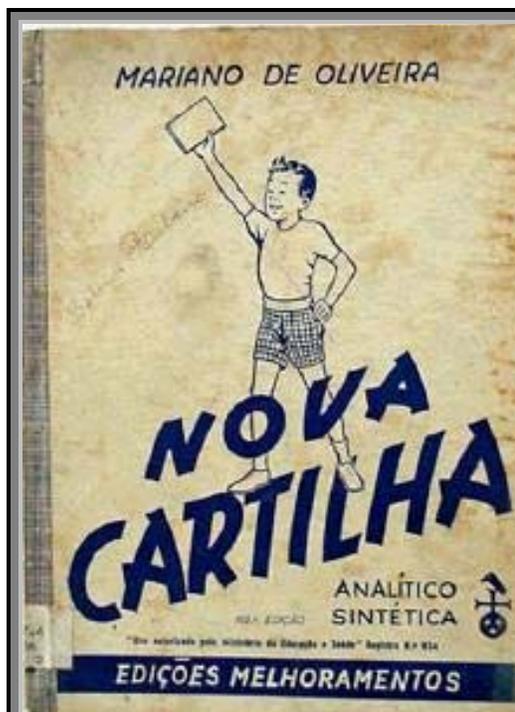
Civismo, Desenho Natural, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos. Dentre as referidas disciplinas, Português e Matemática eram as mais exploradas na sala de aula.

Segundo Pereira (2001), os professores do Grupo Escolar Senador Guerra seguiam uma seqüência de atividades na seguinte ordem: leitura (Português) tabuada (Matemática), calistêmica (Educação Física), depois o recreio (intervalo). Após o recreio, geralmente eram trabalhadas umas das demais disciplinas, ou seja, um dia História, outro dia, Geografia, outro, Moral ou Ciência. Na sala de aula de Júlia Medeiros ainda eram desenvolvidos ditados, caligrafias, recitação de poesia, histórias infantis, quase sempre encerrando as atividades daquele dia. Azambuja (2004, p. 103) fala sobre as atividades em sala de aula:

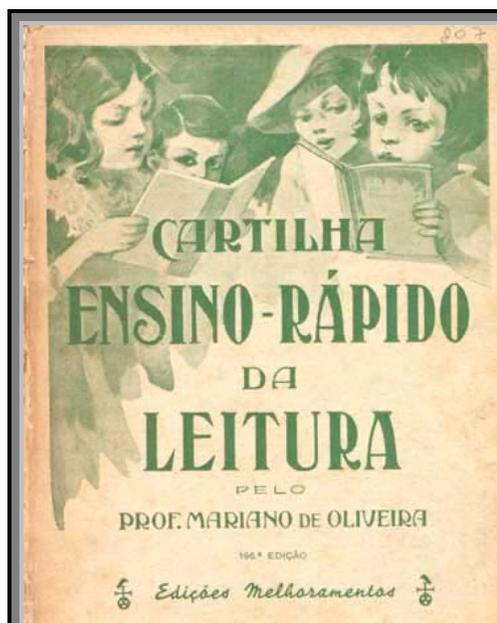
Enquanto fazíamos a caligrafia ou desenhos, ela ficava sentada à sua cátedra, à frente da turma, um tanto mais elevada que as nossas carteiras, observando a movimentação dos alunos. Para decorarmos a tabuada, Dona Júlia desenhava no quadro negro uma circunferência. No centro dessa circunferência escrevia um número e do lado de dentro, juntinho à linha, redigia os números de 1 a 10, num espaço de igual distância. Por fora da circunferência escrevia os respectivos resultados. Em voz alta, ia dizendo toda a tabuada para que, em seguida, nós a repetíssemos em coro. Quando achava que tínhamos decorado, apagava os resultados, chamando então cada aluno para ir ao quadro negro, para ler em voz alta a tabuada com suas respectivas respostas, corrigidas de imediato, pelos alunos mais adiantados. Havia erros e acertos.

Por meio de depoimentos de seus ex-alunos, Mailde Medeiros e Maria Augusta de Medeiros, consegui rastrear o material didático-pedagógico utilizado pela professora Júlia Medeiros: a *Nova Cartilha Analítico-sintética e Cartilha Ensino-Rápido da Leitura*, de autoria de Mariano de Oliveira;¹⁸

¹⁸ Mariano de Oliveira é educador paulista, poeta e escritor, publicou diversos livros didáticos, entre os quais a *Cartilha Ensino Rápido da leitura*, editada pela primeira vez em 1917. Conforme dados da editora Melhoramentos,



Nova Cartilha Analítico-sintética (1928).

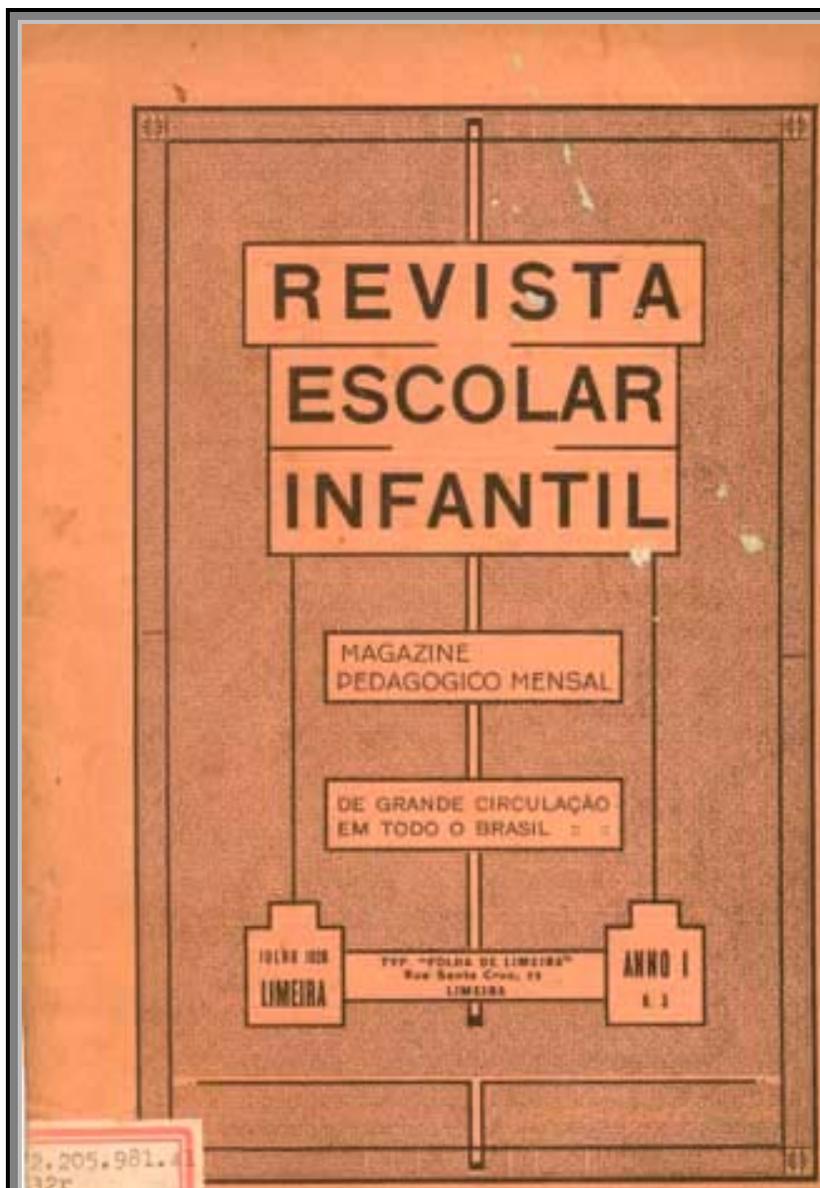


Cartilha Ensino-Rápido da Leitura (1932).

FONTE: Acervo particular de Elza Filgueira.

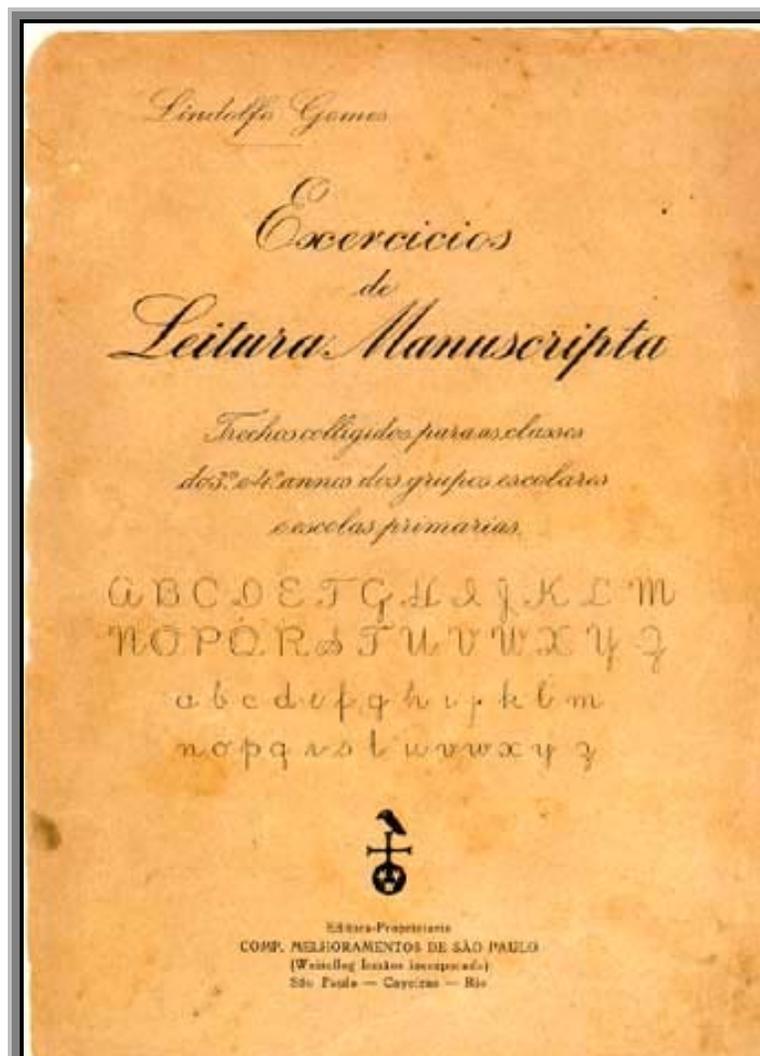
até 1941 ela já havia vendido mais de 1 milhão de exemplares, mantendo a média de tiragem por ano acima dos

Revista Escolar Infantil, de autoria de Mariano de Oliveira;



FONTE: Acervo particular de Maria Augusta de Medeiros (1928).

A cartilha de *Exercícios de Leitura Manuscrita*, do educador paulista Lindolfo Gomes¹⁹;



FONTE: Acervo particular de Maria Augusta de Medeiros (1926).

¹⁹ Lindolfo Gomes nasceu em 1875 em Guaratinguetá/SP. Foi professor, jornalista, folclorista, poeta e filólogo e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira patronímica de Aureliano Pimentel. Faleceu em 1953. Publicou a cartilha *Exercícios de Leitura Manuscrita*. A primeira edição é de 1926. Conforme dados da editora Melhoramentos, até 1963, data da última edição, foram produzidos 104.000 exemplares (<http://www.artnet.com.br/~pmotta/jf.htm>).

O jornal *A República* de 14 de janeiro de 1925, fez referência ao curso de férias, no qual noticiou que o professor da Escola Normal de Natal, Oscar Wanderley realizou uma palestra com o objetivo de demonstrar aos professores “os passos necessários para o desenvolvimento do método analítico”.

A professora Júlia Medeiros, tia Júlia, como era chamada, segundo a sua ex-aluna Elza Filgueira, era uma excelente professora; muito atuante na escola. Ela assinala que essa educadora sempre esteve presente em todos os eventos festivos do grupo Escola Senador Guerra, prezava pela organização e elegância, andava sempre na moda. Todas as meninas da turma eram loucas para se vestir iguais a ela. Viajava muito para Natal e sempre informava aos seus alunos os acontecimentos da cidade. Era uma atividade que sempre fazia antes de iniciar as aulas. Com Júlia Medeiros ela aprendeu a somar, dividir, a regra de três e Português.

No que se refere à carga horária de suas atividades educacionais em sala de aula, era aproximadamente de cinco horas diárias. Segundo Pereira (2001), na segunda-feira e na sexta-feira trabalhavam-se 3 horas no turno matutino (das 7h às 10h) e 2 horas no turno vespertino (das 15h às 17 h) e no sábado era horário corrido, ou seja, das 7 da manhã ao meio-dia. As aulas aos sábados eram quase sempre destinadas ao argumento, à avaliação semanal.

A Educação Física era ministrada diariamente, desde o ensino infantil, pelo próprio professor da turma. A higiene das crianças era uma preocupação constante no cotidiano da sala de aula de Júlia Medeiros. O ideário higienista no Brasil na década de 1920 imprimiu a construção do cidadão que adquirisse práticas coerentes com a ordem racionalista da sociedade. Era preciso formar o indivíduo para que ele se circunscrevesse na higienização corporal, mental e moral de alunos e educadores.

O ideário higienista objetivava combater as doenças físicas e os vícios que prejudicavam as condições mentais e morais dos futuros cidadãos. Nessa concepção, esse hábito saudável contribuía para prevenção de doenças endêmicas, contagiosas, e de conduta indesejada, como indisciplina, preguiça, dificuldade de aprendizagem. “Era necessário um homem higienizado de físico e de intelecto” (SILVA, 2004, p. 103).

A revista corporal de seus alunos era uma das providências que o educador deveria exercer diariamente, como assinala o Regimento dos Grupos Escolares. O artigo 106 preconiza que os alunos devem ser submetidos à revista diária. E os que “contraírem moléstias transmissíveis e repugnantes serão afastados do estabelecimento, até que desapareçam as causas que motivaram a medida” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 45).

A professora Júlia Medeiros fazia a revista diária de seus alunos na porta da sala de aula. Segundo Maílde Medeiros, a mestra averiguava se os hábitos higiênicos de seus alunos estavam em ordem. “Madrinha Júlia sempre fazia a inspeção higiênica de modo divertido. A gente entrava na sala de aula como se estivéssemos marchando e, ela, posta na porta, dizia: “mostre as unhas, as mãos”, olhava dos pés a cabeça a nossa aparência com objetivo de observar se havíamos feito a assepsia correta do nosso corpo”.

Vários alunos recordaram como Júlia Medeiros regia, de apontador na mão, os seus alunos nos dias de marcha. Distribuídos em fila, seus alunos marchavam na própria sala de aula, contornando as carteiras e entoando cânticos que eram aprendidos de cor. Cantavam também para iniciar e terminar as aulas. No início o hino de autoria de João Baptista Julião (1971,p. 58):

Deixemos os brinquedos, vamos estudar.
O mestre é nosso amigo, a escola o outro lar
Atentos pois ouçamos dos mestres
As lições que ilustram nossa mente e nos tornam bons.
A escola não fadiga quem amor lhe tem

Nos mostra a existência e nos aponta o bem
Colegas estudemos nesta quadra (sic)
Infantil para sermos no futuro
A glória do Brasil..

Elza Filgueira relembra uma das canções com que Júlia Medeiros costumava finalizar as aulas:

Até amanhã escola
Com saudades te deixamos
Na certeza que consola
Que bom cedo voltaremos

Depois de estudarmos tanto
Como é grato repousar
No amparo amigo e santo
Da sombra amável do lar.
(Apud PINHEIRO, 1997, p. 150-151).

Nas festividades cívicas, o hino do Grupo Escolar Senador Guerra, de autoria do padre Aderbal Vilar, sempre era entoado por Júlia Medeiros e seus alunos, como forma de reverenciar aquela instituição de ensino:

Quando alegres felizes marchamos
Sob o azul deste céu impoluto
Sem querer sorrir exaltamos
O áureo nome do nosso grupo
Há de o livre ser uma couraça
E a caneta há de ser um fuzil
Para a glória eterna desta raça
Que é o orgulho do nosso Brasil

Ó bravos filhos do norte
A pátria que nosso tributo
Nosso ideal excelso e forte
É ver a glória do nosso grupo
Se a nossa vida é uma liça

É mister tudo assim vencer
Só poderemos ter justiça
Com a luz sublime do saber

Não podemos perder um minuto
Precisamos lutar e vencer
Para a glória do nosso grupo
Excelso templo de imortal saber,
Grupo Escolar é uma grande oficina
Ao clarão da áurea luz do saber
Quem estuda há de ter disciplina
Para algum dia cumprir o seu dever

Honraremos o nosso grupo
Propagando sem trégua a instrução
Pois o nosso sublime reduto
Diz que o estudo, é melhor diversão
Somos filhos das plagas do norte
E vivemos a luz do cruzeiro
Defendemos tal qual, mais forte
O auriverde pendão brasileiro

Ó bravos filhos do norte
A pátria quer nosso tributo
Nosso ideal, excelso e forte
É ver a glória, do nosso grupo
Se a nossa vida é uma liça
É mister tudo assim vencer
Só poderemos ter justiça
Com a luz sublime do saber.

A prática de cantar, no início e no término da aula, estava em consonância com as diretrizes do Departamento de Educação. O Programa de Ensino dos Grupos Escolares para o Infantil-misto determinava para as suas classes:

Cânticos aprendidos de cor, por simples audição, letra e música: a) Para iniciar os trabalhos; b) para acompanhar as marchas ou a calistêmica. c) para encerrar as aulas. Determinava ainda: cânticos infantis, variados e em conjunto. Hinos patrióticos: Nacional Brasileiro, da Independência, da República, da Bandeira, do Rio Grande do Norte, do centenário, e o hino especial do Grupo, se houver (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 48).

Além dos cânticos, da sua sala, Júlia Medeiros participava das atividades comemorativas realizadas no grupo escolar Senador Guerra. O regimento Interno dos Grupos Escolares determinava a realização das seguintes festas:

Art. 42 — Ficam instituídas obrigatoriamente as festas escolares de 3 de maio, 7 de setembro e 19 de novembro.

§ 1º — A festa da natureza, a 3 de maio constará de uma reunião ou passeio geral, plantio de árvores, soltura de pássaros, atos de carinho com animais domésticos, admiração pelas flores e frutos e outras provas de afeto à criação natural, além de entretenimentos, recitação de poesia e prosa alusivos à descoberta do Brasil.

§ 2º — A festa da pátria, a 7 de setembro deverá consistir, pelo menos, em reunião cívica, recitativos, cânticos e entretenimentos alusivos à data, homenagem à Bandeira, recordação dos grandes nomes da Independência, havendo passeata geral, quando for possível.

§ 3º — A festa da Bandeira, a 19 de novembro, versará sobre o hasteamento dela, às 12 horas e, ponto, na fachada do edifício, hino de Bilac, saudações e palmas, passeio e outras homenagens especiais. Se houver Bandeira de desfile, ela será recebida pelas classes e dali retirada pelo porta-bandeira e guarda de honra, composta dos alunos mais distintos, ao som do hino e das aclamações infantis. A premiação dos alunos e o encerramento dos trabalhos letivos far-se-ão no mesmo dia da Bandeira, depois da festa cívica, segundo o programa organizado pelo Diretor Geral, se presente for, do presidente do Conselho Escolar, ou do seu delegado local (RIO GRANDE DO NORTE, 1925b, p. 19).

No livro de registro de festas do Grupo Escolar Senador Guerra, livro de número 04, encontrei atas de inúmeras festas e eventos. A presença e a participação de Júlia Medeiros era destaque, ora representando os colegas, ora discursando.

Entre as atividades escolares desenvolvidas por essa professora destacam-se as datas cívicas, como a festa da Bandeira, da Natureza e a Festa da Pátria. A Festa da Proclamação da República era um evento de destaque na programação das escolas primárias. O Departamento de

Educação destacava a importância de recitar poemas, de promover desfiles, e de recitar versos e poemas alusivos à data, bem como hastear a Bandeira Nacional.

Segundo Silva (2004), o civismo era considerado uma área de estudo que necessitava ser ensinado por meio de procedimentos práticos que valorizassem a ação física, o trabalho manual, e a voz. Esses eventos cívicos arregimentavam os alunos para tais práticas, através de desenhos, colagens e marchas cívicas pelas ruas.

O professor de Pedagogia lotado na Escola Normal de Natal, Eliseu Vianna, entendia que o aprendizado do civismo estava em consonância com o ensino através de práticas ativas, trabalhos mentais, manuais e corporais. Desse modo, a criança viveria na escola experiências que, na fase adulta, poderiam colocar em prática, sendo útil ao Estado com critério, inteligência e boa vontade, exercendo, assim, as funções de cidadão. É este o pensamento do referido educador:

Como a instrução é uma aprendizagem, aprendam os alunos a vida cívica organizando um estado no meio escolar [...] Por meio do trabalho ativo formam-se hábitos, habilitam-se os moços para a prática e exercício das funções de cidadão, a fim de que, mais tarde, no seu desempenho no meio social, sejam úteis ao seu Estado e o sirvam com inteligência, critério e boa vontade (VIANNA, 1930, p. 54).

Segundo Elza Filgueira, essas festas eram sempre esperadas durante todo o ano letivo, e quase toda a cidade de Caicó participava e reverenciava. Eram eventos importantes, pois eram promovidos pela instituição de maior destaque na vida educativa da cidade. Ela relembra que todos se vestiam com as suas melhores roupas, e organizavam-se em batalhões de meninas e meninos cantando hinos durante o desfile pelas principais ruas da cidade. A data comemorativa à Pátria acontecia durante todo o dia, e mobilizava todo o corpo docente, contando com a presença de autoridades como o prefeito da cidade:

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, o grupo Escolar Senador Guerra, com a presença dos professores abaixo assinados [...] Júlia Medeiros [...] e elevado número de alunos, realizou a festa da pátria, com o seguinte programa:

-Às 7 horas - Hasteamento da bandeira ao som do hino nacional

-Recitativos: independência ou morte – Por Hilda Vale, A bandeira, por Emilson Monteiro.

Segunda Parte: Às 16 horas – abertura da sessão cívica escolar pelo sr. Prefeito municipal.

-Hino da Instrução, entoado pelos alunos.

-Palestra sobre a data comemorativa pela professora Júlia Medeiros.

-Recitativos: O Brasil, por Célia Vale Xavier, O Ipiranga e o 7 de setembro, por Dalvani Macedo. [...].

- Recitativos: A bandeira do Brasil, por Mailde Medeiros.

- Encerramento da sessão ao som do hino da independência (LIVRO DE REGISTO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1938, p. 71).

Júlia Medeiros era a professora que se destacava na realização e na programação desses eventos. Sempre discursava de forma improvisada ou ficava responsável por palestras sobre as datas alusivas à Pátria. Mailde Medeiros relembra que numa dessas festas ficou responsável por um dos recitativos: *A Bandeira do Brasil*, e que Júlia Medeiros incentivava todos os alunos a participarem da Festa de Pátria, por meio de recitativos ou cantos.

Segundo Félix (1997, p. 24), “inicia-se assim uma história de respeito e dedicação. Culta, representava os colegas professores em todas as festividades da escola”. Tal afirmação pode ser constatada em um dos Termos da Festa Comemorativa do Grupo Escolar Senador Guerra, em setembro de 1939:

Aos quatro dias do mês de setembro de 1939, o grupo Escolar Senador Guerra iniciou as festividades comemorativas da Semana da Pátria com excepcional brilhantismo. Às oito horas, teve lugar o hasteamento da bandeira nacional na fachada do edifício do grupo escolar, ao som do hino nacional entoado pelos alunos e acompanhado pela banda de música. Às 8:30h professores e alunos desfilarão pelas principais ruas da cidade, numa extraordinária demonstração de patriotismo, rumo à praça da Liberdade [...]. Após haver a Diretora do Grupo Escolar convidado as autoridades a ocuparem o coreto da praça, deu-se início ao seguinte programa: Hino da Independência, cantado por todos os alunos presentes; preleção cívica pelo Pe. Dr. Walfredo Gurgel; Demonstração de ginástica educativa, pela professora Guiomar Nóbrega; Preleção alusiva à data, pela professora Júlia Medeiros (LIVRO DE REGISTO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1939b, p. 89).

As festas de civismo configuravam-se como grandes eventos na cidade, mobilizando todos os estudantes de diversas instituições de ensino. A professora Júlia Medeiros representava aquela instituição por meio de discursos, como atestam as atas da Semana da Pátria de 1937:

Após o hino nacional, ouviu-se em seguida a professora Júlia Medeiros, que em palavras vibrantes de patriotismo falou sobre a data, lembrando os feitos dos nossos antepassados e o dever que cada brasileiro tem de salvaguardar a pureza da nossa tradição (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1937a, p.79).

Na semana da pátria de 1938: “Discurso oficial pela professora Júlia Medeiros, que em palavras inspiradas falou sobre o grande dia da Independência” (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1938, p. 83). Conforme depoimento de Maria Augusta de Medeiros, Júlia Medeiros costuma discursar nas festas cívicas do Grupo Escolar Senador Guerra, com palavras vibrantes e eloqüentes, destacando a importância dessas datas, valorizando os símbolos nacionais como a Bandeira Nacional e o amor à Pátria. Ela rememora que sua professora costumava reunir todas as crianças, organizando-as em fila, para o tradicional desfile de 7 de Setembro:

Tia Júlia incentivava a participação também dos familiares. Dizia sempre: “Tragam toda a família para a bela festa que vai se realizar amanhã. Acordem revestidos de alegria e encham o peito ao dizer: eu sou brasileiro”. Em frente ao Grupo Escolar, ela organizava as crianças em fila e distribuía bandeirinha de papel do Brasil confeccionadas por nós nas aulas de pinturas. Marchávamos pelas ruas em volta da escola, sob seu comando, ao som da banda da cidade. Durante o desfile orientava para tremular com afinco as bandeirinhas produzidas por nós. Era uma festa na qual a cidade inteira participava.

As festas cívicas geralmente se encerravam com eventos recreativos e esportivos.

No encerramento, ouviu-se pela amplificadora, uma brilhante oração cívica do professor Tobias dos Santos. Em seguida o Centro Regional de Escoteiros realizou várias evoluções, provas escoteiras, uma pirâmide, jogo de indução e o cabo de guerra. Ouviram-se palmas e vivas dos alunos e do povo em geral. Constou na mesma uma partida de voleibol entre equipes femininas do Grêmio Lútero-esportivo Escolar sociedade Desportiva deste educandário (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1930, p. 5).

A Festa da Natureza era outro evento que envolvia a participação de alunos e professores. Dentre as práticas dessa festa estavam o hasteamento da Bandeira ao som do Hino Nacional, poesias alusivas à Bandeira, plantio de árvores no pátio interno, e saudação à árvore, palestras sobre a natureza, entre outros eventos. Júlia Medeiros costumava coordenar e ficar à frente dessas solenidades, como atesta Maria Augusta:

Tia Júlia era católica e na festa destacava a importância dos animais, de libertar os bichos e os pássaros. Lembrava que eram criaturas de Deus. Destacava que o Espírito Santo era representado por uma pombinha. Na escola plantávamos árvores e, ao jogarmos a terra, ela falava em voz alta da importância da natureza, da flora e os frutos saborosos que as árvores produzem. Era lindo.

As festas de encerramento do ano letivo também merecem destaque, com a participação de pais e alunos e entrega de certificados de concluintes. Nessas solenidades, a prática cívica se configurava também com o hasteamento da Bandeira Nacional, recital de poemas e saudação aos concluintes de cada ano.

Para Júlia Medeiros “a instrução era requisito fundamental para a ascensão social” (FÉLIX, 1997, p. 28). A educação era essencial para a formação do cidadão, independentemente

de sexo, raça ou religião.

Admiradora da poesia de Palmyra Wanderley, Júlia Medeiros sempre recorria aos seus poemas em eventos festivos. Os alunos recitavam a obra dessa autora em sala de aula ou em eventos comemorativos. Um dos mais apreciados por Júlia Medeiros é o poema intitulado *Inocência*, que reforça a sua postura católica e o desejo de imprimir em seus alunos a prática da fé e da crença em Jesus Cristo:

Mamãe é nesta hóstia pequenina
Do branco trigo, que você formou,
Cabe este Deus tão Grande que domina
A terra, o mar, e tudo que criou?

E Jesus troca a pátria celestina,
Cheia de estrelas? Para onde eu vou
Quando Morrer – O sacerdote ensina,
Ver o maninho que a sorrir voou...

Vive sozinho no sacrário escuro?!
Pobre Jesus! Mamãe, como desejo
Dar um beijo de amor um beijo puro

Nesta hóstia que vai se encher de luz
— quando vier, ao encontrar meu beijo
Que de contente ficará Jesus!

Os passeios escolares eram também práticas dessa professora. Ela aproveitava esses passeios para informar seus alunos, sobre localização geográfica e a parte recreativa propriamente dita. Todos esses eventos estão documentados no livro de número 4 do Grupo Escolar Senador Guerra.

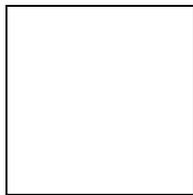
O aspecto que chama atenção é o número de alunos que participava dos passeios, nos quais quase todo o corpo discente do Grupo Escolar Senador Guerra se fazia presente. Geralmente aconteciam pela manhã, com a “presença de 251 alunos, pertencentes; 68 dos cursos

Complementares, 106 aos elementares e 85 aos infantis” (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1939a, p. 75), sob a coordenação da Diretora Maria Leonor Cavalcante e dos professores. Os alunos se destacavam pela forma organizada e disciplinada que seus professores imprimiam a esses eventos.

Os festejos do Dia da Criança se prolongavam durante quase uma semana. Mais uma vez Júlia Medeiros discursava enfatizando a “data alusiva ao dia da criança e recitou poesias, entre elas o poema *Brasil*, de autoria de Palmyra Wandelely” (LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA, n. 4, 1937b, p. 67).

Certamente, as festas escolares contribuíram para a construção do espírito patriótico da sociedade. As práticas de Júlia Medeiros eram próprias da escola inserida no contexto da modernidade. Ela escolheu a profissão de professora para participar efetivamente da vida letrada e social de sua terra. Além de ser remunerada por esse ofício, conquistou o respeito. Prestou serviço à educação norte-rio-grandense, conforme registra as suas práticas educativas, por meio de documentos e testemunhos a seu respeito.

9 Marcas dos seus escritos no *Jornal das Moças*



FONTE: Acervo particular de Nemias Gurgel (1926).

Finalizando a análises da prática pedagógica de Júlia Medeiros, vou em busca de outro marco da sua vida intelectual. Encontro-a redatora no *Jornal das Moças*, um periódico semanal dedicado aos interesses da mulher.

A circulação do jornal iniciou-se no dia 07 de fevereiro de 1926. Além de editado pela professora Georgina Pires e gerenciado por Dolores Diniz, o periódico contava também com as redatoras Santinha Araújo, Maria Leonor Cavalcante, Julinda Gurgel, como também várias moças da sociedade caicoense. Esse grupo de mulheres se propunha escrever sobre literatura, humorismo e críticas com relação à condição da mulher na sociedade norte-rio-grandense. Colaboravam também para o jornal, os senhores Renato Dantas, Janúncio Bezerra da Nóbrega e José Gurgel de Araújo. Este, sob o pseudônimo de *Flor de Lis*.

Entretanto, neste trabalho, analiso apenas os textos de Júlia Medeiros. Ela entrou para o quadro redacional do *Jornal das Moças* em julho de 1926. Sobre esse fato o jornal registra:

Temos hoje o prazer de contar com mais uma distinta e inteligente companheira, a nossa brilhante colaboradora professora Júlia Medeiros que entra para o corpo redacional. Aos nossos bons leitores e às nossas gentis leitoras, levamos os nossos parabéns pelo belo ornamento que vem realçar o nosso modesto jornalzinho (JORNAL DAS MOÇAS, 28/07/1926, p. 2).

Antes de se efetivar como redatora, Júlia Medeiros já colaborava com seus textos para o jornal, ainda residindo no bairro da Ribeira, em Natal. Um dos seus escritos é datado de 07 de fevereiro de 1926, na primeira edição do *Jornal das Moças*:

Este semanário filho do nosso esforço, bem compreendemos, encontrará muitas barreiras, muitas dificuldades, muitos dissabores, contudo, esperamos vencê-los sem paixão, sem ódio e sem mágoa de ninguém que nos falte com o seu generoso coração. Dentro da feição lítero-humorístico-crítica levaremos o nosso modesto periódico, sem nunca descermos do nível que ela nos proporciona pensar e escrever (JORNAL DAS MOÇAS, 7/02/1926, p. 1).

Em agosto, mês do seu aniversário, assumiu a gerência do *Jornal das Moças*, em parceria com a colega, também professora, Georgina Pires. O jornal registrou os festejos de sua festa de 30 anos de idade:

Festejou ontem a sua data natalícia a nossa inteligente e dedicada companheira e professora Júlia Medeiros do corpo docente do Grupo Escolar Senador Guerra e Gerente desta folha. O *Jornal das Moças* envia as sinceras felicitações” (JORNAL DAS MOÇAS, 29/08/1926, p. 3).

Ao atuar na imprensa caicoense como redatora e gerente do *Jornal das Moças*, então com 30 anos de idade, Júlia Medeiros contribuía para a história do jornalismo em Caicó, sobretudo, para a história da imprensa norte-rio-grandense, pois os jornais

serviram como meio importante para a troca de idéias e informações entre as classes letradas. No século XIX, e em direção ao século XX, proliferaram tantos jornais efêmeros quanto duradouros. Vários brasileiros recorreram ao jornalismo para a divulgação de uma vasta gama de crença e atividades (HAHNER, 1981, p. 51).

Por meio do jornal, Júlia Medeiros colocou em prática o desejo de uma geração de mulheres que reivindicava educação e o acesso às letras. O *Jornal das Moças*, portanto, foi o responsável pela inserção da mulher no jornalismo em Caicó.

Júlia Medeiros chamava a atenção com o objetivo de dar visibilidade às questões das mulheres. Assim, a Folha se configurava com precursora das práticas femininas na imprensa em

Caicó. No movimento de abrir e fechar jornais, Júlia Medeiros destaca o desejo de dar vida longa ao seu jornal:

O jornalismo feito por nós viverá, porque para tal lhe foi emprestado o brilho, a tenacidade e a força de vontade desse punhado de conterrâneas, que certamente lhe vão bordar as colunas dos mais agradáveis artiguetses. Agradáveis sim, porque a mulher tem o espírito talhado para fantasias, para o amor e para as coisas de pureza de ideal. De pureza digo bem, porque elas primam por manter de pé essa rara elegância de espírito, essa rara elegância mental, ela, só elas, sabem mais do que todos e sustenta alto, bem alto, esses princípios que lhes dão encanto e formosura na sociedade (JORNAL DAS MOÇAS, 08/07/1926, p. 3).

Percebo, ao folhar as páginas dos exemplares do *Jornal das Moças*, o destaque da vida social dessa professora, seja em eventos de relevo para a vida social de Caicó, seja como a representação dessa professora como mulher atuante no espaço público caicoense. Ela era a representação da mulher emancipada. Os aspectos de âmbito particular de Júlia Medeiros despertavam curiosidades.

Seus envolvimento amorosos, por exemplo, eram noticiados no jornal. Numa dessas ocasiões a Folha publicou o sentimento de dor proveniente de uma desilusão amorosa:

Uma das criaturas mais simpáticas de nossa elite, a professora Júlia Medeiros, que a estima na conta de um dos seus mais finos elementos de destaque. A nossa gentil perfilada amava e julgava ser amada. A essa ilusão era sua vida. Mas...como já disse alguém: “longe da vista...longe do coração dele. Ausentou-se do ente querido e um belo dia recebe notícias que o seu nobre coraçãozinho fora desprezado e substituído por outro, seu coração, porém é muito grande e não conhece o sentimento de vingança. Por isso perdoa e esquece. Hoje, dedicada por seus alunos esquece o mal que alguém lhe fez (JORNAL DAS MOÇAS, 29/08/ 1926, p. 5).

Diante desse momento da vida de Júlia Medeiros, encontro em um dos seus textos, o sentimento de tristeza na crônica intitulada *O morrer de uma ilusão*:

Nada há tão triste, nada há tão cruelmente doloroso, como o morrer de uma ilusão querida. Basta sentimo-la um pouco enferma e já sentimos também enferma a nossa alma, que parece exaurir-se da vida, viver para embalar-la carinhosamente, docemente, desveladamente.

Muitas vezes vivemos por longo tempo presa dessa delícia, sentindo-a alimentada só das promessas. Mas eis que um dia já não recebe alimento necessário ao seu viver, negam-lhe desapidosamente o néctar sacrossanto que a nutria.

Pobre desventurada sente esvair-se a força e definha...Definha sempre...Como sofremos então, vendo-nos órfãs de auxílios, sem possuímos um só remédio para cura desse grande mal, que atinge em cheio o nosso ser!.

A dor acerba que experimentamos, não é compreendida, nem ao menos o mundo com o seu rir irônico e contínuo, sabe respeitar o nosso cruciante sofrer íntimo, que se vai tornando cada vez mais forte e imenso.

Morre enfim a mais cara ilusão e deixa a nossa alma louca de dor agonizante, para morrer depois, amando ainda o assassino da sua ventura e esperando o nascer de outra ilusão, para ressuscitar a viver de ilusão...sempre de ilusão (JORNAL DAS MOÇAS, 14/09/1926, p.2).

Ainda sobre esse momento, escreve *A Lágrima*, demonstrando o momento de tristeza que estava vivendo:

A lágrima veio de uma gota de orvalho, desprendida do céu, numa manhã de luz. A violeta, pequenina e graciosa, compassiva, recebeu no seio a lágrima celeste. Outras lágrimas iguais caíam sobre a mesma flor que se curvou ao peso delas e as deixou rolar. Eis ai, nasceu o pranto.

Uma virgem colheu a violeta chorosa, e sentiu a beijá-la que os olhos umedeceram. E como a violeta, a virgem chorou também, a aurora desprendeu sobre a terra uma chuva de lágrimas, e a natureza inteira acompanhou a virgem no seu pranto.

Nasceu a dor. E a dor vingou, estendeu-se por todo o mundo, por isso toda a humanidade chora (JORNAL DAS MOÇAS, 18/10/1926, p. 2).

Na edição de 4 de novembro de 1926, Júlia Medeiros escreveu, por meio de versos, intitulado *O Mistério Descoberto*, o amor de um casal de namorados, retratando instantes de alegrias e tristezas, deixando transparecer a saudade de seu amor:

Rosinha era bela e de uma graça, sedutora! Rica e imensamente feliz. Vivia no doce enlevo dos seus. Cantava e ria sem parar; o seu companheiro predileto era o priminho Raul, que da mesma idade levava tudo numa doçura fraternal.

Radiantes enfrentavam à vida sem imaginar nas agruras da sorte! A Rosinha nunca faltava o riso divinal, inocente e constante! Um dia a passear com o seu priminho querido, apareceu-lhes subitamente uma visão: um rapazinho franzino de olhar meigo, seria naturalmente um caçador porque empunhava uma flecha.

Trocaram-se nesse ínterim o olhar indagador. Apesar de não conhece-os, saudou-os num gesto e passou. Já nessa tarde ela não sorriu bastante. Um outro dia assim, a mesma visão, passou-lhe na vista e desta vez sorriu.

Desde esse instante Rosinha perdera o riso habitual! Olhava tristemente o céu, tal como quem nada ver...raramente lhe escapava um riso forçado imerso nas meditações...e ambos sofriam...

Corajosa, uma vez perguntará à visão:– Que desejas? Porque me segues? Deixa-me o teu nome. Um tom desconhecido soou-lhe ao ouvido:- Não desejés saber. Confessando-se o meu intuito, sofrerá muito mais e sem mais palavras desapareceu na amplidão celeste!

Dando pela falta da priminha, Raul destinou-se a procurá-la, encontrando-a na sombra de um jasmineiro, pensativa de olhar inquieto.

Ansiosa para desvendar o mistério que lhe tomara todo o pensamento, resolvera tudo confessar:- Que tens?! Porque já não te vejo a sorrir como sempre?!

Faz-me confidente do teu pesar: ajudar-te-ei a sentir ou o farei desaparecer.

E sem esperar que dos lábios purpurinos nascesse a confissão desejada.

Ele começou. – Bem compreendo Rosinha do meu coração! O mistério de tudo isso é que...te amo loucamente, essa visão, vem nos mostrar o caminho da nossa felicidade, unindo-nos num amor puro e sincero.

Amemos-nos.

Foi aqui ali que Rosinha tudo compreendera e, justamente como lhe disse a visão sofreu muito mais porque o amou deveras e, tinha medo de perdê-lo, um momento infeliz (JORNAL DAS MOÇAS, 25/10/1926, p. 4).

A saudade aflora no seu texto, no qual ela retrata esse sentimento que insiste em permanecer no seu íntimo, embora reconheça que se encontra feliz:

O sol já se vai desaparecendo no oceano. Somente as saudades não desaparecem jamais do meu pobre coração! Pequenos pontinhos brancos espalham-se no firmamento longínquo – são estrelas. O sol que há pouco inundava o Universo com um banho de luz, agoniza agora por trás da serra deixando um adeus ao dia que morre lentamente. Ah! Como é triste viver de saudades! Saudades! Voz que crucia o coração dos que amam e vivem separados. Saudade! Palavra que encerra demais pungente para os corações que amam. Sofro! Sofro saudades, porém sou feliz apesar de ser ferida pela seta venenosa do destino (JORNAL DAS MOÇAS, 02/12/ 1926, p. 4).

A paixão, segundo Júlia Medeiros, é algo sem razão, típico dos que amam sem medo. No texto ela faz uma relação entre o coração e o cérebro, órgãos dicotômicos que configuram a representação do sentimento que compõem o amor e a razão:

Quem disse que as nossas paixões são filhas do cérebro? Não conheço na anatomia coisa nenhuma que me faça crer que o coração, que é fonte da vida, não seja o vaso dedicado que comporte combustível do amor – a paixão. Os loucos e os irracionais também amam, logo para se amar não é preciso cabeça. Um apaixonado é um louco.

O amor não é um cambão que prende duas cabeças, é o elo sublime que une dois corações, é o facho sacrosanto que guia duas almas. Só no coração nasce e cria-se o amor. Só pelo coração se ama, só o coração sente as delícias dessa paixão sublime. Quando se ama não se sabe pensar; a cabeça desequilibra-se e tem que ceder a todos os impulsos do coração para os efeitos do amor (JORNAL DAS MOÇAS, 22/11/1926, p. 5).

Por meio dos seus escritos, ela deixa clara a valorização dos sentimentos do coração, configurando os valores femininos da sociedade do seu tempo, ela prossegue abordando o assunto; desta vez, fazendo o uso de pseudônimos²⁴, para se resguardar publicamente. A prática de usar pseudônimo era bastante comum na imprensa, desde o século XIX:

Foi um artifício muito utilizado pelas mulheres nos séculos passados e nas primeiras décadas do século XX, para proteger e preservar a si e aos familiares da exposição pública e da crítica dos contemporâneos. Invadir o campo literário e jornalístico era uma atitude decididamente audaciosa para qualquer mulher daquela época, por mais competente ou talentosa que fosse (DUARTE; MACEDO, 2003, p. 22).

O pseudônimo era um subterfúgio para se resguardar, em uma determinada situação, tanto o homem, como a mulher. Sobre o refúgio do anonimato, Woolf (apud Moraes, 2002b, p. 70-71) assinala que todas as mulheres vítimas de conflito interno buscavam de forma sem sucesso, se esconder por trás de pseudônimos. Essa era uma prática cultural usada na época, sendo uma articulação utilizada tanto por escritores como por leitores:

Os pseudônimos e o anonimato eram fartamente adotados também entre os escritores e leitores. José de Alencar lançava sem assinatura no folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*

²⁴ A professora Maria das Dores de Medeiros conseguiu identificar alguns pseudônimos utilizados pelas redatoras e colaboradoras do *Jornal das Moças*. Inclusive pseudônimos femininos utilizados por homens que colaboravam para a folha, como Flor de Lis, utilizado pelo farmacêutico José Gurgel de Araújo.

o romance *O Guarani*. Machado de Assis era outro exemplo disto; utilizava vários pseudônimos com os quais assinava suas crônicas nos jornais: Gil, Job, Dr. Semana, Manasses, Elizar, Lélío e outros (MORAIS, 2002b, p. 71).

Consultei diversos exemplares do *Jornal das Moças*, e cataloguei em alguns os pseudônimos utilizados por Júlia Medeiros: XPTO, Ivette, Potyguara, Ivandith, Myriam, Sivolo, Carmelli, Sertaneja, e alguns masculinos como Ivo, Fábio. Com este último codinome, ela discorre sobre o noivado. Segundo ela, só os noivos podem alcançar os sonhos e a felicidade:

A época mais bela e mais sublime de nossa existência é sem dúvida a do noivado. Nada se lhe pode comparar. Nela vivemos mais, aspiramos com mais força a brisa que perpassa a cantar-nos sonorosamente todas as ilusões da vida, sentimos a nossa alma sempre cheia de um gozo sobrenatural e santo, o nosso coração pulsa com mais violência, como a querer fugir para o aconchego de outro coração.

Tudo nos parece fácil, tudo se nos apresenta ouro sobre azul. O céu não conserva a tibieza de sempre. Serve-se das mais belas estrelas e horda e tece incansavelmente lindos ramalhetes.

Outras vezes numa aureola de luz, burila os nomes amados, indizivelmente deliciosos.

- Ser noivo é viver num sorriso. Só os noivos ouvem nitidamente os concertos angélicos – privilégio exclusivo das criaturas de sentimentos puros – só eles podem subir nas asas do sonho às regiões fulgidas da felicidade (JORNAL DAS MOÇAS, 22/11/1926, p. 5).

Sob o pseudônimo de Ivo, ainda sobre os sentimentos de amor e saudades, Júlia Medeiros assinala:

É bem tarde meu amor. O vento desencadeado e forte geme por entre as frinchas das portas e o gemido é uma lança aguda que penetra em minha'alma soluçante. No meio das lágrimas ardentes que correm silenciosas minhas faces, tu me apareces a chamar-me aos teus braços. Oh! Quanta Saudade!... Diante da visão encantadora que me surge... e pressuroso, em delírio, corro ao teu encontro. Mas ah! Desilusão! Tu não estás e a dor de minha'alma volta com mais intensidade. Busco o passado para afogar-me nas suas ondas recordativas, e encontrar o lenitivo das minhas desolações.

Pelo cérebro agitado, passam os felizes momentos que te sentia mais minha e cuida experimentar ainda a carícia morna de tua mão, apertando amorosamente, detidamente a minha mão. Amo-te muito, minha querida!... E mesmo assim distante, numa angústia longa e tão dolorosa, sinto que te amo muito, que te adoro com mais veemência (JORNAL DAS MOÇAS, 14/11/ 1926, p. 3).

Penso que o turbilhão de acontecimentos na vida dessa professora, entre os quais o falecimento do seu pai, contribuiu para imprimir nas páginas do jornal sentimentos de tristeza e melancolia. Sobre a morte do seu pai, a folha registrou:

Repercutiu com profunda tristeza a notícia do falecimento, em sua fazenda Umari, do senhor Antônio Cesino de Medeiros acometido de pertinaz moléstia que zombou de todos os recursos médicos. O ilustre moço era casado com a excelentíssima senhora Octávia Benigna de Medeiros e deixa numerosa prole que chora inconsolada a perda do pai bondoso e desvelado.[...]. A todos de sua família, especialmente à senhorita professora Júlia Medeiros, nossa querida companheira de tenda, levamos o nosso sentimento de pesares (JORNAL DAS MOÇAS, 28/07/1926, p. 3).

O casamento representava a realização pessoal da mulher. Isso é percebido nos textos de Júlia Medeiros, como também no comportamento da mulher dos anos 1920. Comprovo isso no procedimento das editoras do jornal, pois elas deixaram suas atividades para efetivar o sacramento do casamento. Júlia Medeiros assumiu a redação completa do jornal em virtude da saída de suas colegas Georgina Pires e Dolores Diniz.

Desempenhando a função de gerente, desde a fundação do *Jornal das Moças*, Dolores Diniz saiu dos quadros do periódico em virtude de seu casamento com o comerciante de Caicó, Aderson Soares, proprietário de curtume, de uma loja de tecidos e do Hotel Avenida, em Caicó. Sobre o perfil e o relacionamento da sua colega, Júlia Medeiros escreve:

Pequenina, gentil e faceira. Nos seus lábios mimosos e coralinos vive sempre a desejar um sorriso feiticeiro. Olhos negros, tão negros como a noite escura, têm lampejos de estrela e às vezes, languidez de amor, Porque será essa mudança? Terá deixado o coração preso em Natal? Vive tão pensativa!...Lá também deixou na implacável tesoura do cabeleireiro, a sua meia cabeleireira preta e anelada que dava um encanto especial à sua cabecinha redonda e sedutora. Mas a moda tem nela uma de suas mais fervorosas vassalãs: e, é por isso hoje o à lá Garçone nos mostra o torneado do seu pescoço cor de jambo (JORNAL DAS MOÇAS, 23/07/1926, p. 3).

Ela encerra o relato do casamento de sua colega com as seguintes palavras: “À nossa querida ex-companheira, a quem o *Jornal das Moças* deve o melhor de sua estabilidade, de seu brilho e de sua aceitação, levamos os nossos sinceros votos de felicidades” (JORNAL DAS MOÇAS, 15/08/1926, p. 2).

Por meio dos escritos de Júlia Medeiros também é possível configurar o seu perfil de mulher católica. Ela demonstra sua adoração à Virgem Maria, num artigo sobre a chegada do mês de maio, período Mariano da Igreja, no qual convoca a mocidade para as novenas:

Quanta alegria! A natureza toda em festa! Uma onda verde cobre as campinas, os bosques e os jardins. É uma grande esmeralda. Palpitam e estremecem corações! O coração dos moços! É uma grande esperança! Alegria! É o mês de maio. Pois, se para a mocidade a vida é a hora que passa, plena de ilusões e coroadas de sonhos, de esperanças e embalsamada de Fé. Consolo de quem sofre, e não se cansa de sofrer por uma alma estremecida. Fé – flama sagrada que alimenta o amor e a crença. – Esperar é crer. Felizes os que crêem, felizes os que neste período de louvores e homenagens à Virgem de Maio tem a alma embriagada na vertigem da crença! Lovai-a, vós que sois moços e tendes esperanças. E vós, ó Maria, todo-amor, toda bondade, toda pureza, aceita as flores sagradas do afeto que vicejam em nossos corações (JORNAL DAS MOÇAS, 09/05/ 1927, p. 4).

Esse evento da Igreja configura um período de fé, como também de encontros e relacionamentos amorosos. Era um mês de festa em Caicó. Sua devoção à Virgem Maria fica latente quando Júlia Medeiros descreve *Um Sonho*:

Era na Igreja. Pela manhã, por ocasião da missa, quando grande número de fieis se dirigiam ao templo sagrado e a Virgem no seu trono, parecendo convidá-los a lhe prestar o devido culto, virei-me casualmente, e lançando um olhar por todo templo, apresentara-se à retina dos meus olhos a imagem de uma criatura, ajoelhada junto ao altar da Virgem. Fitei-a.

Notei no seu olhar, um verdadeiro olhar de santa, “como quem pede e deseja que Deus lhe venha perdoar”. No seu colo alabastrino, via-se presa à uma fita azul-celeste, uma insígnia.

Por seus dedinhos mimosos e delicados deslizava de quando em vez uma Ave Maria. Com o olhar fixo na Virgem Maria e a cabeça caprichosa e artisticamente inclinada,

persignava-se, cujos lábios cor de rosa e puros ao entreabriram-se deixavam aparecer o esmalte de sua bela dentadura.

Momentos depois, quando o sacerdote deixava o altar para dar o pão-hóstia, destaquei uma cabecinha loira, cujas madeixas se diziam feitas de fio de ouro. Com o olhar preso ao solo e o pensamento entregue àquela a quem há pouco rendia preces, ajoelha-se cabisbaixa, a fim de receber o alimento sagrado.

Levantara-se depois com as mãozinhas gentil e delicadamente comprimindo o coração, que naquele era o habitado do senhor, retornando ao seu lugar. Aproximava-se o término da missa.

Retirando-me do templo e postando-me em uma esquina, ouvir soar no meio daquela multidão uma voz tão meiga e delicada que dizia: Bom dia fulano. Reconhecendo quem tão gentilmente me cumprimentava naquela manhã primaveril, aos primeiros raios do sol, lhe respondi: Bendita sois vós entre as mulheres. Acordei (JORNAL DAS MOÇAS, 15/07/1926, p. 4).

Mulher de fé, Júlia Medeiros sonhava com dia melhores para as mulheres, e para a sociedade em geral. Com esse ideal, também transitava nos meios políticos do Estado. Seus escritos destacam, principalmente, as autoridades do Seridó. Um dos seus textos enfoca a administração democrática e as realizações do governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, na área da educação e da saúde:

As promessas de uma larga administração, dentro dos mais rígidos princípios democráticos se vão realizando dia a dia. As esperanças que a nossa imaginação de patriotas anteviu na completa personalidade política deste querido filho de Caicó se vão confirmando nas maneiras mais evidentes. [...]. Exultemos, pois ...com o Grupo Escolar Senador Guerra, com o Colégio Santa Terezinha e agora com este Hospital do Seridó, empreendimentos de uma administração que tem o dom super-humano de penetrar o futuro (JORNAL DAS MOÇAS, 15/08/1926, p. 2).

Ainda sobre o governador José Augusto Bezerra de Medeiros, Júlia Medeiros registra sua presença em Caicó com sua comitiva para receber o presidente Washington Luiz:

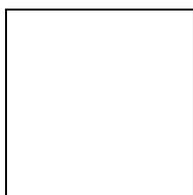
Chegou ontem em Caicó acompanhado de uma honrosa comitiva representado pelo melhor elemento social natalense, o governador do Estado José Augusto, que veio de véspera aguardar nesta cidade o advento do Dr. Washington Luiz, digníssimo presidente eleito e reconhecido da República. Figuram com distinção na comitiva os desembargadores Felipe Guerra, Dioniso Filgueira, Hermétero Fernandes, D. José Pereira Alves, bispo de Natal, Nestor Lima, diretor do departamento de Educação, Oscar Wanderley, representante do *Diário de Natal*, Luís da Câmara Cascudo, representante da

A Imprensa e Lélío Câmara representante da *A República*, órgão oficial do Estado. Deste modo brilhante e solene, o ilustre Dr. José Augusto recepciona a chegada do Magistrado Supremo da Nação, que nos concede uma visita especial (JORNAL DAS MOÇAS, 07/08/1926, p. 30).

Sintonizada com o momento de desenvolvimento da região por meio da administração estadual, sob o comando de Juvenal Lamartine (1928-1930), o espírito de progresso e modernidade se consolida em Caicó. Sobre os avanços do desenvolvimento em sua terra Júlia Medeiros assinala:

Caicó viveu dias de festa com a inauguração do nosso primeiro campo de pouso no Sítio do Arroz. Agora, por meio dos céus, os sertanejos poderão deixar de lado o tradicional transporte de cavalos e se locomover para os quantos cantos do mundo através da invenção do nosso digníssimo Alberto Santos Dumont. Todos nós poderemos dar asa à imaginação e voar, como o Fênix da Mitologia Grega. Viva modernidade chegando aos nossos sertões (JORNAL DAS MOÇAS, 20/08/1928, p. 4).

O Sítio do Arroz, ou Campo do Arroz, segundo Monteiro (1999), foi a primeira pista de pouso de Caicó. O primeiro avião que voou sobre Caicó trazia, como passageiro o governador Juvenal Lamartine. O campo foi inaugurado em 15 de agosto de 1928, com direito a banda de música. Na ocasião, a professora Júlia Medeiros discursou em público a convite do então governador. Inaugurava em Caicó a primeira ligação aérea com o mundo.



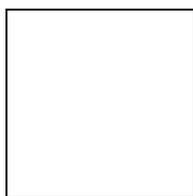
Inauguração do Campo do Arroz – Caicó/RN (15/08/1928). Júlia Medeiros em destaque.

FONTE: Acervo particular de Adjuto Fausto.

Segundo Adjuto Fausto, inúmeras vezes, Juvenal Lamartine decolou e pousou em companhia de Júlia Medeiros que, algumas vezes, o acompanhava com destino ao Rio de Janeiro, à época, Capital Federal. De acordo com o padre Antenor Salviano, ela foi a primeira mulher de

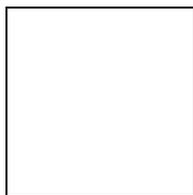
Caicó a viajar de avião. Numa de suas viagens ela aborda o avanço das suas colegas cariocas na sociedade:

No Brasil, máxime na Capital Federal, já se vão se sentindo a influência da mulher carioca em todos os ramos das realizações práticas [...]. Quando rica completa seu ideal em possuir um lindo carro de passeio, ir aos teatros e ler um pouco de literatura que esteja no rigor da evolução social. E isto não exagero (JORNAL DAS MOÇAS, 15/07/1927, p. 5).



Júlia Medeiros no Rio de Janeiro/RJ – (1928).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.



Júlia Medeiros de pé, com amigas cariocas na Floresta da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ (1928).

Fonte: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

Os escritos de Júlia Medeiros revelam sensibilidade quando aborda sentimentos como amor, a saudade e solidão. Religiosidade e fé ao tratar de assuntos como a Virgem Maria, como também demonstra ser uma mulher sintonizada com o seu tempo, quando escreve sobre a modernidade e a mulher na sociedade. Júlia Medeiros era uma mulher situada e datada no seu tempo. Ela também deixou marcas de seus escritos em um outro periódico a revista *Pedagogium*.

10 A missão da mulher segundo Júlia Medeiros

Nas primeiras décadas do Século XX, as mulheres começaram a se articular, exigindo sua participação como cidadãs, deixando os lares e exercendo o papel fundamental na busca de novos espaços. Bertha Lutz, feminista e entusiasta da luta pelo sufrágio feminino, percorreu o Brasil em prol do voto das mulheres e criou laços de amizade com Júlia Medeiros:

Numa de suas visitas ao Rio Grande do Norte, em campanha pelo voto feminino, Bertha Lutz esteve em Caicó e foi saudada por Júlia Medeiros. A partir daí, nasceu admiração e amizade com freqüentes trocas de correspondências. Além de cartas, Júlia Medeiros acompanhava a vida de Bertha Lutz pelos jornais. Guardava as notícias que faziam referências a esta feminista (FÉLIX, 1997, p. 30).

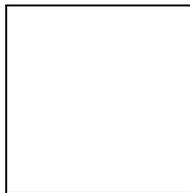
Nesse período, o feminismo ganhou um novo impulso na Inglaterra, estendendo-se aos demais países europeus. Os protestos das mulheres britânicas deixaram os salões, a imprensa e ganharam os logradouros públicos, delineando grandes movimentos de agitação e exaltação. As sufragistas inglesas, lideradas por Mary Phillips, Emily Wilding Davison, Emmeline e Cristabel Pankrust, as principais militantes, iniciaram a luta pelo voto. Quebraram vidraças, vitrines, invadiram o Parlamento, sabotaram o Correio, e provocaram incêndios, como forma de reivindicação e mais espaço para a mulher na vida pública. Compreendendo a publicidade de suas ações de forma teatralizada, essas mulheres praticaram o *Obstrucionismo* que, de acordo com

Aspesi (1973), é uma fórmula desesperada que todo grupo minoritário pratica, com o objetivo de enfrentar uma maioria hostil.

O Parlamento britânico aprovou o sufrágio das mulheres em 1918. Essas idéias atravessaram o atlântico e desembarcaram em solos americanos. Na década de 1920 o movimento feminista se expandiu pelo Brasil. Foram criadas a Federação pelo Progresso Feminino, sob a tutela de Bertha Lutz – líder do movimento no Brasil - e a União Universitária Feminista, por Carmem Portinho. Essas associações defendiam os direitos políticos e civis, como também o acesso ao ensino superior para as mulheres. “Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitaria maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público exigindo igualdade de direitos, de educação e profissionalização” (ALMEIDA, 1998, p. 27).

Em 1925, em um artigo intitulado *A missão da mulher*, publicado no revista *Pedagogium*, Júlia Medeiros questiona o papel da mulher na sociedade da década de 1920. Por meio desse texto ela revela sua opinião sobre a mulher e o desejo de cidadania.

Segundo ela a “a missão da mulher poderá se estender além do lar, cujo programa será sempre a dedicação, não procurando vencer senão pela virtude, visando que a nossa força e o nosso prestígio representam a modéstia e as delicadezas inerentes ao próprio sexo” (PEDAGOGUIM, n. 21, set/out.1925, p. 25).



Revista Pedagogium – órgão da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (1925).

FONTE: Acervo de Marlene Fernandes Ribeiro.

Júlia Medeiros assinala que o papel da mulher na sociedade deve e pode extrapolar as fronteiras do lar, salientando as características femininas como importantes na luta pela emancipação da mulher:

A questão da missão social da mulher não é nova e continua cada vez mais agitada, Se bem que não se esteja a bater palmas às exaltadas propagandistas do feminismo moderno, não deixo, entretanto de levantar o meu brado de revolta contra os antigos preconceitos que nos escravizavam ao mais baixo nível da civilização (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p. 25).

Nas palavras de Júlia Medeiros, fica evidente a sua posição a favor de mudanças e conquistas para as mulheres, muito embora não concordasse com as atitudes de suas colegas feministas exaltadas da Europa, principalmente as inglesas. No *Jornal das Moças* de 19 de julho de 1928 ela declara:

Numa época em que se fala insistentemente na reivindicação dos direitos da mulher, um jornal de moças não pode deixar de se definir no aparecimento, para que não seja tido como órgão de propaganda feminista, atualmente inoportuna. As jovens e inteligentes patricias que, dando um atestado eloqüente do nosso grau cultural, enriqueceram as letras caicoenses com este mimoso periódico, não têm em mira fins políticos nem tão pouco querem fazer jornal de comentários da vida alheia. Absolutamente.

Segundo Soihet (2000, p. 98), as mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam abertamente direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis, na ânsia de subverter a situação, lançando mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.

Sobre táticas, Certeau (2003, p. 41) frisa que elas tornam-se necessárias para desvendar as sutilezas engendradas de forma criativa pelos dominados, com vistas a reagir à opressão que

sobre eles incide.

Thompson (1979, p. 51), embora não estabeleça mulheres como objeto específico, dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos subalternos, por meio de táticas. A noção de resistência torna-se, desse modo, fundamental nas abordagens sobre as mulheres, e inúmeras historiadoras e pesquisadoras têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação da mulher.

Era pelo mecanismo das táticas que Lutz e um grupo de mulheres utilizavam-se de um discurso moderado. Prática também utilizada por Júlia Medeiros nos seus textos sobre o feminismo e sobre a mulher.

O Rio Grande do Norte foi o pioneiro na emancipação política no governo de Juvenal Lamartine. Segundo Soihet (2000, p. 103), Lamartine foi um dos primeiros políticos conquistados para a causa feminina e manifestou, em sua plataforma política divulgada em abril de 1927, o propósito de contar com o concurso da mulher não só na escolha daqueles que iriam representar o povo como entre os que iriam elaborar e votar a lei. Antes de sua posse, Lamartine incluiu na legislação do Rio Grande do Norte um dispositivo, estabelecendo a igualdade de direitos políticos para ambos os sexos.

O jornal *A República* publicou, na edição de 18 de novembro de 1927, uma entrevista com o então senador Juvenal Lamartine:

O Rio Grande do Norte, que sabe assim cultuar a mulher, vai fazer agora a justiça que se tem negado: reconheceu-a dando-lhe o direito de tomar parte ativa na direção dos negócios públicos do País. [...] Desde que ingressei na vida pública que me interessei pela colaboração da mulher na política. [...] A campanha está ganha. [...] Eu pouco fiz, apenas não me desinteressei do grande movimento já vencedor em quase todos os países cultos do mundo, e me esforcei para que o meu Estado os acompanhasse nessa reparação de direitos que devemos a mulher (p. 1).

Desse modo, as mulheres norte-rio-grandenses tiveram direito de escolher seus dirigentes

políticos, tornando-se pioneiras no Brasil. Para Júlia Medeiros, a vitória do feminismo está em preparar a mulher, educando-a, fazendo seu caráter forte e tornando-a amante da família e do lar:

O feminismo educado e moralizado será a dinâmica das gerações novas. Hoje, vemos na pátria de Washington as mulheres exercendo funções públicas, umas legislam na Câmara, outras são advogadas e uma chegou a governar um dos Estados daqueles singulares Estados Unidos. Vendo e perscrutando a marcha do feminismo, não podemos deixar de encorajar as sertanejas, que aliam suas virtudes cívicas ao seu devotamento extremo e nobreza de sentimentos. Que a vitória seja o prêmio dos vossos esforços (JORNAL DAS MOÇAS, 19/04/ 1928, p. 2).

Esse contexto de transformações sociais e políticas, nas primeiras décadas do século XX, em particular na década de 1920, fez do Rio Grande do Norte o destaque nacional nas lutas pelos direitos políticos femininos no Brasil. As mulheres norte-rio-grandenses foram exemplo da força feminina na política local e nacional. Júlia Medeiros estava sintonizada com esses acontecimentos e participou da conquista pelo direito ao voto.

A educadora Celina Guimarães, professora de desenho da Escola Normal de Mossoró, fez, no dia 25 de novembro de 1927, um requerimento para obter registro como eleitora da cidade de Mossoró. Segundo Rodrigues (2003, p. 72) a petição constava da seguinte solicitação:

Celina Guimarães, filha legítima de José Eustáquio de Amorim Guimarães e Elisa Aguiar de Amorim Guimarães, casada com o Bacharel Eliseu de Oliveira Viana, com 29 anos de idade, residente nesta cidade, achando-se habilitada, como prova com os documentos juntos, para se alistar como eleitora, requer a V. Exa, que se digne mandar incluí-la no rol dos eleitores deste município [...]. Na mesma data, um despacho do juiz interino do município, Sr. Israel Ferreira Nunes, defere o pleito, torna-se ela a primeira brasileira com direito a votar.

O deferimento do Juiz Israel Ferreira Nunes que concedeu o direito a voto a Celina

Guimarães, baseou-se no artigo nº 77 da citada lei de número 660, da Constituição de 1891, do Estado do Rio Grande do Norte. Portadora do título de eleitora, Celina Guimarães telegrafou ao Senado Federal, solicitando, em nome da mulher do Brasil, que fosse aprovado o projeto que instituía o voto feminino, amparando seus direitos políticos reconhecidos na Constituição. Ela continuou exercendo as funções de educadora ao lado do marido Eliseu de Oliveira Viana, também educador.

Segundo o pesquisador Rodrigues (2003, p. 72), o citado despacho foi vazado nos seguintes termos: “Tendo a requerente satisfeito as exigências da lei número 660, do artigo 77, para exercer a função de eleitora, mando que se inclua o nome nas listas de eleitores. Mossoró, 25 de novembro de 1927”.

O jornal *O Mossoroense*²⁵ noticiou o acontecimento na edição de 4 de dezembro de 1927, com o título “A primeira eleitora brasileira, felicitando a iniciadora do movimento eleitoral em nossa terra, no Brasil, na América do Sul”.

Em torno da questão do sufrágio feminino há controvérsias sobre quem realmente foi a primeira mulher a possuir direitos políticos no Brasil. De acordo com Rodrigues (2003.p. 72), a senhorita Júlia Alves Barbosa²⁶, professora de matemática da Escola Normal de Natal, solteira, conforme a sua completa qualificação, requeria, a 22 de novembro de 1927, em Natal, o seu alistamento eleitoral, três dias antes de Celina Guimarães. Entretanto, a sentença do juiz da capital, Manuel Xavier da Cunha Montenegro, somente foi lavrada em 1º de dezembro desse mesmo ano.

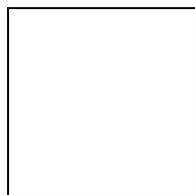
²⁵ Semanário político, comercial, noticioso e literário, nasceu no dia 17 de outubro de 1872, de propriedade de Jeremias da Rocha Nogueira (FERNANDES, 1998, p. 132-134).

²⁶ Educadora diplomada pela Escola Normal de Natal em 1920. Foi a primeira mulher a ensinar matemática na Escola Normal do Estado. Participou do grupo que criou a Associação de Professores do Rio Grande do Norte-APRN, também em 1920. Em 1927, foi eleita para a Câmara Municipal de Natal.

Júlia Medeiros foi a primeira mulher de Caicó a se alistar como eleitora. Bertha Lutz envia um telegrama a Júlia Medeiros, felicitando-a: “Rio 04 de Março de 1928. Nome Federação Brasileira Progresso Feminino e pessoalmente, felicito vossa excelência pelo seu alistamento eleitoral convidando consorcia desta federação. Bertha Lutz. Presidente”.

Segundo Rodrigues (2003) a professora Júlia Medeiros tornou-se eleitora em Caicó, com o direito a voto no dia 5 de abril de 1928. Esse fato pode ser constatado por meio de registro histórico fotográfico na seção de fotografias e pinturas de Museu Municipal de Mossoró. Rodrigues (2003, p. 101) assinala: “Júlia Medeiros, depositando o seu sufrágio na seção competente, sob as vistas do Juiz de Direito de Caicó, Dr. Renato Dantas, na primeira eleição em que a mulher votou no Brasil” tornando-se, desse modo, uma das poucas mulheres no Brasil que possuía esse direito àquela época. Na seção eleitoral estavam presentes também o Padre Floro Dantas, o Coletor Estadual Eulámpio Monteiro, Eduardo Gurgel e Olegário Vale.

A imprensa norte-rio-grandense divulgou a questão do voto feminino. Na edição de número três da revista *Cigarra*²⁷ (1927, p. 31), encontrei o registro do voto feminino, por meio da foto de um grupo de eleitoras. Entre elas, a professora Júlia Medeiros.



Grupo de eleitoras alistadas e aptas a votar em 1928, Júlia Medeiros em destaque (1928).

²⁷ *Revista Cigarra* (1928-1929). Revista ilustrada, editada em Natal. Era dirigida por Aderbal França. O primeiro número circulou em novembro de 1928.

FONTE: Revista Cigarra.

O desejo do voto, do sufrágio configura o momento de modernidade da mulher potiguar.

Segundo Júlia Medeiros,

Uma das tendências mais acentuadas de nossa época, na mulher moderna, é o desejo confessado de não ficar inferior o homem, procurando igualá-lo ou imitá-lo em todos os cargos da vida pública, e até mesmo excedê-lo. Essa a verdadeira missão da mulher, e fim para qual Deus a destinou? (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p. 25).

A indagação de Júlia Medeiros sobre a mulher moderna se configura, de certo modo, atrelada aos paradigmas do patriarcado e dentro dos preceitos da religião Católica. Ela considera que a mulher deve ter os mesmos direitos dos homens, mas sua superioridade se daria no seio familiar:

Em primeiro lugar está a missão da mulher no lar, tendo a consciência votada para a realização perfeita dos três títulos que fazem a sua superioridade: mãe, esposa e filha, títulos sublimes que asseguram a serenidade dos seus atos, a singeleza das suas ações e o cumprimento do seu mandato na sociedade (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p. 26).

Sobre o papel dos sexos na sociedade, Júlia Medeiros reafirma as posições pré-estabelecidas, valorizando as características inerentes às mulheres do seu tempo, como pessoas mais compreensivas e justas do que os homens:

Não é nova a lição de um grande sábio que, estudando comparativamente a influência do homem e da mulher na sociedade, conclui que a primeira era mais forte, mais extensa, e a segunda, mais justa e mais penetrante (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p. 26).

Essa professora reivindica instrução para a mulher, e deseja a ampliação da participação da mulher no mundo moderno, sem prejuízos para célula da família na sociedade:

A evolução dos séculos e a marcha progressiva de cada nação estão abrindo novos horizontes à atividade da mulher contemporânea. Intensifica-se a luta pela vida e nada mais natural que procurar o ideal feminista subir a um melhor grau de aperfeiçoamento, contanto que não seja à procura de idéias emancipadoras incompatíveis com os deveres reservados no seio da família (PEDAGOGIUM, n. 21, set/out.1925, p.25).

Para Júlia Medeiros, a família e a educação para ambos os sexos eram o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária: “Afinal, como um colorido às minhas fracas apreciações, posso chegar à conclusão de que o nosso papel mais importante se resume em sermos pioneiras do bem e da virtude, mensageiras da paz, a par de uma educação vasta e verdadeiramente cristã ” (JORNAL DAS MOÇAS, 19/04/ 1928, p. 2).

Vasto era o círculo de amizade de Júlia Medeiros. A poetisa Palmyra Wanderley, colaboradora de vários jornais locais e de outros estados e a feminista Bertha Lutz, faziam parte do seu grupo de amigos. Mas eram os homens que desfrutavam do convívio com essa professora. Dentre os seus amigos, destacavam-se personalidades e políticos potiguares como o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, o Pe. Luís da Cunha Mota e Dom José de Medeiros Delgado. Este último a chamava de *minha jornalista*, por ser uma mulher de destaque e sintonizada com os acontecimentos da época. Diariamente, ela o mantinha informado de todos os fatos da cidade.

Segundo Félix (1997, p. 31) Júlia Medeiros “era uma figura marcante, todos aqueles que desfrutaram do seu convívio e amizade guardam com respeito e admiração à lembrança daquela que foi expoente da cultura do Seridó”.

O historiador Aduino Guerra falou-me da vasta produção de poesias dessa professora. Tentei buscar esses escritos por meio dos seus familiares, e numa dessas tentativas, falei com uma de suas sobrinhas, Maria Julieta Dantas, que confirmou ter o material sido danificado pelo tempo. Não conheci a poeta Júlia Medeiros. Mesmo assim, através dos seus textos é possível entender e compreender a prática dessa professora. Ela não publicou livro, contudo utilizou a imprensa para tornar público o seu pensamento e o seu desejo por liberdade.

Por meio de sua prática, reconstituí parte da história da mulher, a configuração das décadas de 1920 e 1930 e, mais especificamente, a missão da mulher segundo Júlia Medeiros.

11 Conclusão

Adentrar no campo da pesquisa histórica não é tarefa fácil. Durante o percurso da elaboração desta pesquisa, trilhei por caminhos tortuosos e, concomitantemente, prazerosos. As dificuldades foram muitas. Na busca dos indícios deixados pela professora Júlia Medeiros, vivi momentos de angústias e incertezas.

Além da distância temporal entre mim e o meu objeto de pesquisa, tive que transpor outra barreira, a da distância geográfica. De Natal a Caicó foram, aproximadamente, trezentos quilômetros de inquietações, alegrias e decepções. Nesses momentos viajava no espaço e no tempo, com o objetivo de recuperar as práticas dessa educadora e jornalista. Nas minhas idas e vindas, desejava reconstituir a trajetória de Júlia Medeiros e, ao mesmo tempo, configurar a sua época e o panorama da educação norte-rio-grandense.

Como construir o meu objeto em meio a inúmeros documentos, papéis, revistas, fotos, jornais? O que usar e o que não utilizar? O que era pertinente e o que não? Eram inquietações daquele momento.

Lembrei-me da fala da pesquisadora Constância Lima Duarte, durante um evento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando ela abordava a questão de catalogar e dar ordem às fontes, *dar ordem ao caos*. Suas palavras ficaram marcadas na minha memória. Em alguns momentos quase fraquejei devido à péssima conservação de documentos, dos exemplares dos jornais pesquisados, da falta de informação e documentação que comprovassem, por exemplo, a participação de Júlia Medeiros na eleição de 1928. Entre as inúmeras buscas, muitas sem sucesso, inseriram-me num caos particular: as limitadas fontes sobre esse episódio.

Segundo Duby (1993, p. 21), as fontes são como um “material brutal. É dele que se extrai o essencial, pois convém perfeitamente para designar a massa inerte, o enorme amontoado de palavras escritas e mal extraídas das pedreiras, onde os historiadores se abastecem, selecionando, recrutando, ajustando para construir em seguida o edifício cujo projeto eles conceberam provisoriamente”.

Percebi que muitos relembram Júlia Medeiros apenas como a primeira mulher a votar e a dirigir um veículo; ou um nome de logradouro no centro de Caicó; ou ainda, uma escola profissionalizante no bairro da Paraíba, em Caicó.

Assim com Júlia Medeiros, muitas mulheres sofreram algum tipo de discriminação a exemplo da feminista e escritora carioca Ercília Nogueira Cobra que publicou, em 1927, uma obra considerada perniciososa e vulgar para uma mulher da década de 1920. O livro intitulado *Virgindade inútil*, chocou a sociedade e, por isso, foi recolhido pela censura. Entretanto, essas

mulheres estavam pavimentando e construindo o direito de cidadania que suas colegas da contemporaneidade usufruem. Eram mulheres idealistas.

Nesta pesquisa, alguns aspectos da prática pedagógica e da vida de Júlia Medeiros não foram analisados. Muitas lacunas ainda existem. Por exemplo, privilegiei as décadas de 1920 e 1930, período de maior atuação dessa mestra, deixando de fora as suas práticas educativas nas décadas de 1940, como também a sua trajetória como vereadora nos idos de 1950. Será um trabalho que pretendo aprofundar em outro momento.

A prática de Júlia Medeiros a habilita a figurar entres as mulheres ilustres da região do Seridó. Apesar de sua importância na construção da educação e da cidadania das mulheres, ela viveu os dois lados da moeda: visibilidade e anonimato.

Em uma das minhas viagens de lazer, a memória de Júlia Medeiros pulsava no meu íntimo. Na Cidade de Goiás/GO, antiga capital daquele estado, ao visitar o museu da poeta Cora Coralina, encontrei um poema intitulado: *Coisas de Goiás: Maria*. A lembrança de Júlia Medeiros veio à tona através de Maria, uma espécie de filha adotiva da poetisa. Devido aos seus lapsos de lucidez, ela foi carinhosamente batizada de “Maria Grampinho”, por sair pelas ruas com muitos grampos de cabelo e sem destino. Nos versos de Cora, Maria ganha vida, mesmo com sua insanidade, com seu olhar triste, como retrata uma fotografia de Maria naquele Museu. Ao ver Maria, por um momento, estive diante de Júlia Medeiros nos seus últimos anos de vida. Os versos de Cora Coralina (2004, p. 87), representam a minha Maria de então, a professora Júlia Medeiros:

Maria, das muitas que rolam pelo mundo.
Maria pobre. Não tem casa nem morada.
Vive como quer.

Tem seu mundo e suas vaidades. Suas trouxa e seus botões.

Seus haveres. Trouxa de pano na cabeça.
Pedacos, sobras, retalhadas.

Centenas de botões, desusados, coloridos, madre-pérola, louça, vidro, plástico, variados,
pregando em tiras pependentes.
Enfeitando. Mostruário.

Tem mais, uns caídos, bambinelas, enfeites, argolas, coisas dela.
Seus figurinos, figurações, arte decorativa, criação, inventos de Maria.
Maria grampinho, diz a gente da cidade.

Maria sete saias, diz a gente impiedosa da cidade.
Tão vazia da gente, tão cheia de sonhos, fantasmas e papelada

Hoje, Júlia Medeiros é uma lembrança muito forte para mim. A Júlia Medeiros que ora demonstro, é a mulher e educadora que reconstitui. Tentei lançar mão da subjetividade. Como jornalista, a meta da objetividade é sempre um ideal a ser perseguido. No entanto, tranqüilizo-me quando relembro as palavras do jornalista Arbex Júnior (2001) nas quais ele assinala que não existe “observador neutro”. Portanto, a Júlia Medeiros retratada neste texto tem muito da minha subjetividade, da minha paixão. Não poderia ser diferente. Por mais neutro que tentasse ser, a objetividade escapa nas entrelinhas e na essência da minha escrita.

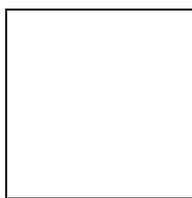
Apropriando-me de um dos seus únicos discursos escritos a que tive acesso, em homenagem a colega professora Eunice do Vale Monteiro, falecida tragicamente em um acidente, na entrada da cidade de Caicó, em 1944, ela discursa afirmando não morrerem aqueles que vivem na lembrança dos seus conterrâneos:

Teria mesmo ela desaparecido? Nos sendo roubada pela morte? Não. Não morrem os que vivem na lembrança dos amigos. Mas, meus senhores e minhas senhoras, que é a vida, senão a essência divina do Criador? E a morte, que é senão o primeiro beijo de Deus? É esta homenagem de afeto, de amor e de saudades para aquela que sempre há de viver no coração de suas colegas e na lembrança de suas alunas.

Júlia Medeiros vive na lembrança dos seus ex-alunos, colegas e familiares. Recebeu justas homenagens que comprovam sua importância hoje. São homenagens póstumas à educadora,

como a um logradouro que recebeu seu nome, no centro da cidade de Caicó; e a Escola Profissionalizante Professora Júlia Medeiros, inaugurada no dia 16 de abril de 1975, localizada à rua Coronel Bem Bem, n° 145, no bairro Paraíba. Essa instituição foi inaugurada em 1975. Três anos após o seu falecimento. Hoje, a escola possui 16 instrutores e conta com 380 alunos, distribuídos em cursos de Pintura, Malharia, Informática, Bordado Industrial e Clássico. Com trinta anos de atividade, a Escola Profissional Júlia Medeiros tem contribuído com a profissionalização da cidade de Caicó.

Desse modo, não morrem os que vivem nas lembranças dos amigos. Por mais que o tempo e a distância insistam em atenuar sua memória, sua trajetória de educadora e mulher atuante na vida de uma cidade encravada no sertão, numa das regiões mais secas do Brasil, sempre haverá de viver na lembrança de muitas gerações. As referências e lembranças dos seus parentes, amigos e ex-alunos, ainda vivos, descrevem essa educadora como uma figura quase lendária na sua terra-natal.



Júlia Medeiros (1938).

FONTE: Acervo particular de Maria Julieta Dantas.

12 Referências

Documentos

BRITO, Nilson. *Hino em comemoração aos 70 anos do Grupo Escolar Senador Guerra*. Caicó, 26 out. 1995.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine. Natal: FJA/CEPPEJUL, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resolução n.º. 24*. Caicó, 25 jul. 1997.

LIMA, Nestor dos Santos. Diretoria Geral de Educação. Natal, 15 mai. 1925.

MEDEIROS, Júlia. [Certidão de Óbito]. 4º Ofício de Notas, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. Termo de visita de inspeção técnica, 22 mar. 1938.

_____. Livro de registros de diplomas – 1922-1932. [Escola Normal de Natal], Natal, 1932.

_____. Mensagem dos governadores. Natal: Tipografia da República, 1927.

_____. Relação dos professores diplomados pela Escola Normal de Natal. Natal: Tipografia da República, 25 e 26 mai. 1925a.

_____. Regimento interno dos grupos escolares. Natal: Tipografia A República, 1925b.

_____. Regimento interno das escolas isoladas. Natal: Tipografia A República, 1925c.

_____. Regimento interno das escolas rudimentares. Natal: Tipografia A República, 1925d.

_____. Regulamento da Escola Normal de Natal. Natal: Tipografia A República, 1917.

_____. Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909a. Estabelece que o Grupo Escolar Augusto Severo torna-se modelo ao ensino público do Rio Grande do Norte. Arquivo Público Estadual. Setor de Legislação e Mensagens, Natal, v.11, p.56-57.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº. 189, de 16 de fevereiro de 1909b. Estabelece a criação do Grupo Escolar Senador Guerra, no Município de Caicó (RN). Arquivo Público Estadual. Setor de Legislação e Mensagens, Natal, v.11. p.52.

_____. Mensagem dos governadores. Natal: Tipografia A República, 1909c.

_____. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria Geral da Instrução, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. Atos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, 1908-1913. Arquivo Público Estadual. Setor de Legislação e Mensagens, v.11. p.46-48.

_____. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. Atos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, 1906-1908. Arquivo Público Estadual. Setor de Legislação e Mensagens, v. 10. p.5.

VILAR, Aderbal. *Hino do Grupo Escolar Senador Guerra*. Caicó, 1925.

Manuscritos

LIVRO DE REGISTRO DE EVENTOS DO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA. *Termo do passeio escolar*. Caicó, 25 mar. 1939a. v. 4.

_____. *Termo da festa da Pátria*. Caicó, 04 set. 1939b. v. 4.

_____. *Ata da festa da Independência*. Caicó, 07 set. 1938. v. 4.

_____. *Termo da festa da Semana da Pátria*. Caicó, 07 set. 1937a. v. 4.

_____. *Termo da festa da Semana da Criança*. Caicó, 15 out. 1937b. v. 4.

_____. *Ata da posse da professora Júlia Medeiros*. Caicó, 14 abr. 1936. v. 4.

_____. *Termo da festa comemorativa da Semana da Pátria*. Caicó, 04 set. 1930. v. 4.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Educação Pública. Livro de Inspeção de Ensino. Natal: 1924.

Periódicos Pesquisados

A República. Periódico republicano, fundado no dia 01 de julho de 1889, por Pedro Velho. Atualmente circula como Diário Oficial do Rio Grande do Norte.

Diário de Natal (1924 - 1932). Folha matutina, de propriedade do Centro de Imprensa Católica. O seu primeiro número circulou no dia 19 de outubro de 1924. Em 1947, um outro jornal intitulado *O Diário* (1939), passou a se chamar *Diário de Natal*, que circula diariamente.

Jornal das Moças (1926-1932). Semanário editado pelas professoras Georgina Pires, Dolores Diniz, Júlia Medeiros e outras colaboradoras da cidade de Caicó (RN).

Jornal do Seridó (1927-1929). Periódico fundado por Pedro Militão. O primeiro número circulou em 1º de janeiro de 1927. Colaboravam para o jornal Celso Afonso Dantas, Hilarino Pereira e José Gurgel de Araújo. O último número circulou em outubro de 1929.

O Binóculo (1916-1918). Jornalzinho crítico, humorístico e noticioso. Circulou de 14 de maio de 1916 até 02 de junho de 1918, na cidade de Caicó (RN).

O Eco Sertanejo (1907-1908). Jornalzinho com poesias, notícias e críticas, fundado por João Victoriano. Era editado na cidade de Caicó (RN).

O Mossoroense. Semanário, político, comercial, noticioso e literário, nasceu no dia 17 de outubro de 1872, de propriedade de Jeremias da Rocha Nogueira. Em 1902, surgiu outro jornal com o mesmo título, de caráter humorístico e ilustrado.

O Povo (1889-1892). Jornal republicano de Caicó, fundado em 4 de março de 1889. Pertencia a José Renaut e tinha direção de Diógenes Santiago da Nóbrega. Deixou de circular em 17 de setembro de 1892.

Revista Cigarra (1928-1929). Revista ilustrada, editada em Natal. Era dirigida por Aderbal França. O primeiro número circulou em novembro de 1928.

Revista de Caicó (1978). Revista editada em Natal e circulou em Caicó com cerca de 78 páginas. Sua segunda edição é datada de 26 de julho de 1978. Tinha como editor Orlando Rodrigues e colaboradores Silvano Ximenes Frota, Wanderley Cotuba Rodrigues, entre outros.

Revista Pedagogium (1921-1925). Órgão da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, tendo como diretor Nestor dos Santos Lima. O primeiro número circulou em julho de 1921.

Tribuna do Norte. Jornal diário fundado por Aluízio Alves, em 24 de março de 1950.

Revistas

AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 36, fasc. 141, mar. 1976.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica) In: *Cadernos Pagu, fazendo história das mulheres*. Campinas: Núcleo de Estudo de Gênero/UNICAMP, 1995. v.4.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em história de educação. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.21, jul/dez. 1996.

LIMA, Nestor dos Santos. Síntese do nosso movimento pedagógico. Conferência inaugural da Associação de Professores. In: *Revista Pedagogium*. Natal: Tipografia Natalense, n.1, 1921.

_____. A questão educativa. In: *Revista Pedagogium*. Natal: Tipografia Natalense, n.9, 1923.

MEDEIROS, Júlia. A missão da mulher. In: *Revista Pedagogium*. Natal: Tipografia Natalense, n.21, 1925.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Caicó: Tudo começou no sítio Penedo. In: *Revista do 5º Jubileu da Paróquia de Sant'Anna de Caicó*. João Pessoa, jul. 1998.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Tributo à mestra Chicuta, intelectual de mérito. In: *Revista PREÁ – Revista de Cultura do Rio Grande do Norte*, Natal, 23 dez. 2004.

NUNES, Clarice. Uma leitura das práticas educacionais à luz da nova história cultura. In: *Educação em questão*, v. 06, n. 02. Natal: EDUFRN, 1996.

_____. História de Educação: espaço do desejo. In: *[Em aberto]*. Brasília, n.47, jul./set., 1990. 9.v.

REVISTA CAICÓ. Natal: Clima, 1978, n.2.

SOIHET, Rachel. A pedagogia do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 15 set/out/nov/dez. 2000.

SANTA ROSA, Jaime da Nóbrega. A linguagem do seridoense: a influência do português arcaico e do clássico. In: *Tempo Universitário*. v. 1, n.1. Natal: UFRN, 1976.

Jornais

GUERRA FILHO, Aduino. A história da professora Júlia Medeiros. *Jornal de Caicó*. Caicó, 16 mar. 2002.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A escola da Mestra Chicuta. *Tribuna do Norte*, Natal, 06 fev. 2003.

DIÁRIO DE NATAL. *Políticos e política*. Natal, fasc. 8, 30 abr. 2004. (Suplemento).

Livros

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnlismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARAÚJO, Marta Maria de. *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante*. 2. ed. Natal: EDUFRN; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte; Fundação José Augusto, 1998.

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origem e tentativa de uma organização da rede escolar do Rio Grande do Norte*. Da colônia à Primeira República. Natal: PRAEU, 1982.

_____. *O ensino no Seridó*, 1973. Mimeografado.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ASPESI, Natália. *A guerra pelo voto*. São Paulo: [s.i.], 1973.

AZAMBUJA, Maílde Medeiros. *Sentimentos de uma infância não esquecida*. Natal: Natal Gráfica, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Introdução a uma sociologia crítica. In _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Nilson de. *Brasil 500, ano 2000*. 2. ed. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

BURKE, Peter. (Org.). Abertura: nova história, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂMARA, Anphilóquio. *Cenários norte-rio-grandenses*. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1923.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et ali. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade de Natal*. 3. ed. Natal: IHGRN, 1999.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal; Rio de Janeiro: FJA ; Achiamé, 1984.

_____. *O livro das velhas figuras: pesquisa e lembranças na história do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 1977a.

_____. *Locuções tradicionais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977b.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. São Paulo. In: [Em aberto]: ANPOCS, 1994.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CIRNE, Moacy. *A invenção de Caicó*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

COBRA, Ercília Nogueira. Virgindade inútil. Virgindade anti-higiênica. In: QUINLAN, Susan; SHARPE, Peggy. *Visões do passado, previsão do futuro*. Goiânia ; Rio de Janeiro: Editora da UFG ; Tempo Brasileiro, 1927.

CORALINA, Cora. *Melhores poemas*. São Paulo: Global, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Educando-se com a leitura: mulher e professora nos romances da coleção biblioteca das moças. In: *Cadernos condição feminina*, n. 43. Lisboa: [s.i.], 1995.

DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. História do cotidiano e da vida privada In: CARDOSO, Ciro Flamarin & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. São Paulo: Campus, 1997.

DUARTE, Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de. *Via-Láctea: de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914-1915*. Natal: NAC; CCHLA; NEPAM; Sebo Vermelho, 2003.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: EDUFRN, 1995.

DUBY, Georges. *A história continua*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Tradução de Pedro Susseking. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luíza Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

FALCI, Miridam Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; UNESP, 1997.

FERNANDES, Luiz. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Sebo Vermelho, 1998.

FERREIRA, Maria Tereza de Araújo. *Caicó contada a seus netos*. Caicó: SEBRAE/RN, 2004.

FESTA, Regina. *Mídia trabalha imagem da mulher de modo mais abrangente*. Brasília: Conselho Federal dos Direitos da Mulher, 1997.

FIRMINO, Jane Cortez. *O voto de saias: a gênese do voto feminino no Rio Grande do Norte através do jornal A República*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 2003. (Coleção Mossoroense).

FLORESTA, Nísia. *Direitos da mulher, injustiça dos homens*. Recife: Typografia Fidedigna, 1832.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro. [s. i], 1951.

GUERRA FILHO, Adauto. *O Seridó na memória de seu povo*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JULIÃO, João Baptista. *Hinos e cantos escolares: para o uso das escolas*. 25. ed. São Paulo: Casa Wagner, 1971.

LACERDA, Lílían de. *Álbum de leitura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: UNESP, 2003.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: *História das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LIMA, Nestor dos Santos. *Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal*. Natal: Tipografia A República, 1913.

_____. *Um século de ensino primário*. Natal: Tipografia A República, 1927.

LIMA, Daladier da Cunha. *Noilde Ramalho: uma história de amor à educação*. Natal: Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, 2004.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília: INEP; MEC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Bárbara et ali. (Orgs.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MARIZ, Dinarte de Medeiros. A universidade que eu criei. In: MAIA, Agaciel da Silva. *Dinarte Mariz – vida e luta de um potiguar*. Brasília: CEGRAF, 2005.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru : EDUSC; Brasília : INEP, 2002.

MEDEIROS, Maria das Dores. *Seridó antigo: história e cotidianos*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 1997.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Brasília: CEGRAF, 1980.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: CEGRAF, 1984.

_____. *Velhos Inventários do Seridó*. Brasília: CEGRAF, 1983.

_____. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: CEGRAF, 1981.

_____. *Caicó, cem anos atrás*. Brasília: CEGRAF, 1980.

MELQUIÁDES, José. *Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte (1907-1987)*. Natal: Fundação José Augusto, 1999.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. 2. ed. Natal: Nordeste Gráfica/ Sebo Vermelho, 1999.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher*. Natal: Terceize, 2003 (Coleção Mossoroense).

_____. História da escola normal de Natal: memórias da professora Francisca Nolasco Fernandes (D. Chicuta 1908-1995). In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Anais. Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN - NAC, 2002a. v. 1. p.289-291.

_____. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002b.

_____. Isabel Gondim: educação enquanto prática de vida. In:_____. (Org.). *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001. p.13-28.

_____. Vida íntima das moças de ontem: um encontro com Sophia Lyra. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et ali. (Org.). *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.109-122.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Desvendando a cidade de Caicó em sua dinâmica espacial*. Brasília: CEGRAF, 1999.

NAGLE, Jorge. *A educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NÓBREGA, Janúncio Bezerra da. *Revivendo o Seridó*. Natal: Clima, 1981.

_____. *Saudades do Seridó*. Natal: Clima, 1978.

NOVAIS, M. Eliana. *Professora primária: mestre ou tia*. São Paulo: Cortez, 1984.

NÓVOA, Antônio. *Vida de professores*. 2. ed. Portugal: Porto, 1995.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Org.). *História das mulheres no ocidente*. O século XX. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Rossana Kess B. S. Instrução feminina em Natal: 1889-1899. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002, Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN. v.1.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira (Org.); CURY, Cláudia Engler. *Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: MEC/INEP. 2004.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. (Org.). Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et ali. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira: direitos políticos e civis*. Brasília: Brasiliense, 2003.

ROSUT, Aleixo. *Dicionário completo da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

SAFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um sonho de Nordeste: algodão na economia do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1985.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Paraíba, Imprensa Oficial, 1908.

TEIXEIRA. Anísio S. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2 ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.

TRINDADE, Iracema. O baile da festa. In: *Rastros caicoenses*. Mossoró: Gráfica Tércio Rosado; ESAM, 1983. p. 33. (Coleção Mossoroense).

VIANNA, Elyseu. *A escola ativa: pela sua propaganda*. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

Teses, dissertações e monografias

AQUINO, Luciene Chaves de. *A Escola Normal de Natal (1908-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

BORGES, Cláudia C. L. *A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Caicó da Capitania do Rio Grande do Norte*. 1997. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidades Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristine Machado de. *Participação feminina na imprensa potiguar: a contribuição de Palmyra Wanderley (1914 -1929)*. 2002. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

_____. *Palmyra Wanderley e a educação da mulher no cenário norte-rio-grandense (1914-1920)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

DIAS, Franknilda Márcia de Medeiros. *Da escola ao lar: a mulher na cidade de Natal (1915 - 1930)*. 2002. Monografia (Bacharelado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

FÉLIX, Ezequiel da. MOREIRA, Aldo. FREIRE, Francisca Daise Galvão. *Júlia Medeiros: peso da tradição, desejo de liberdade*. 1997. Monografia (Graduação em História) – Departamento de Estudos Sociais e Educacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó (RN), 1997.

HOLLANDA, Valkley Xavier Teixeira de. *A expansão do ensino no Rio Grande do Norte (1910-1920): presença de professoras*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Natal, 2001.

MACHADO, Charliton José dos Santos. Práticas de escrita de mulheres do seridó paraibano (1960-1980). 2001, Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – UFRN, Natal, 2001.

MENEZES, A. B Novaes Thomaz. *Nestor do Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do discurso (1911-1928)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras femininas no século XIX*. Campinas, 1996. Tese, (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1996.

MOREIRA, Keila Cruz. *Grupos escolares - modelo cultural de organização (superior) da instrução primária (Natal, 1908 -1913)*. 1997. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

NOGUEIRA, Elisângela de Araújo. *Dolores Cavalcante: entre a docência e o jornalismo em Ceará-Mirim/RN*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

OLIVEIRA, Patrícia Cristina de. *Lendo o masculino pelo feminino: a construção do gênero masculino no Jornal das moças (Caicó, década de 20)*. 2003. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2003.

PEREIRA, Maria do Carmo Medeiros. *Grupo Escolar Senador Guerra: uma tradição escolar que resiste aos embates do tempo*. 2001. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Estudos Sociais e Educacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó (RN), 2001.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1876-1954)*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. *Revista Pedagogium: um olhar sobre a educação no Rio Grande do Norte (década de 1920)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. *Jornal das Moças (1926-1932): educadoras em manchete*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, Maria da Conceição. *Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

VIEIRA, Andréa Amorim. *A feminização do magistério de séries iniciais da rede pública do Distrito Federal: formação de professores, feminização do magistério e profissão*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2003.

Endereços eletrônicos

BORTOLOTI, Karen Fernanda da Silva. *O Ratio Studiorum e a missão no Brasil*. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/ratio.htm>. Acesso em 18 de abril de 2005.

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=cartilhas01. Acesso em 23 de maio de 2005.

<http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2005.

<http://www.seol.com.br>. Acesso em 15 de junho de 2005.

<http://www.tribunadonorte.com.br/antiores/001231/viver/viver11.html>. Acesso em 23 de junho de 2005.

<http://www.biblio.com.br/Templates/JuliaLopesdeAlmeida/molduraobras.htm>. Acesso em 27 de junho de 2005.

<http://www.artnet.com.br/~pmotta/jf.htm>. Acesso em 3 de julho de 2005.

Entrevistas

AMORIM, Patrícia. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 05 mai. 2002.

ARAÚJO, Antônia Figueirêdo de. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 14 jun.2004.

AZAMBUJA, Mailde Medeiros. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 20 jun. 2004.

BRITO, Nilson de. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 07 mai. 2002.

BRUNO, Lúcia. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 18 jun.2004.

DANTAS, Maria Julieta. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 14 jun. 2004.

DANTAS, Ivete. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 06 maio. 2002.

FAUSTO, Adjuto. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 04 fev. 2002.

FILGUEIRA, Elza. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 17 jun. 2004.

GURGEL, Nemias. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 05 jun. 2002.

GUERRA FILHO, Adauto. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Caicó, 07 mai. 2002.

MARIZ, Maria Melo. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto Caicó, 07 mai. 2002.

MEDEIROS, Maria Augusta de. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto Natal, 03 jun. 2005.

MEDEIROS, Maria José. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto Caicó, 15 jun. 2004.

MEDEIROS, Maria das Dores de. Sobre as moças de Caicó e a professore Júlia Medeiros. Caicó, 08 mai. 2002.

MELO, Manoel Alves de. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 18 out. 2001.

MONTEIRO, Eldi. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 17 set. 2001 e 20 jun. 2004.

MONTEIRO, Euza. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 17 set. 2001 e 20 jun. 2004.

NÓBREGA, Luciano. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 27 abr. 2002.

OLIVEIRA, José Brito de. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto Natal, 18 out. 2001.

PEREIRA, Olívia. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 23 jun. 2004.

SALVIANO, Pe. Antenor. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto Caicó, 6 mai. 2002.

SOUTO, Venceslau. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 18 jun. 2004.

VIEIRA, Anita Gurgel. Entrevista concedida a Manoel Pereira da Rocha Neto. Natal, 17 jun. 2004.